



# VISÕES DE VALOR

A vantagem  
colaborativa

V20 COMMUNIQUE BRASIL  
NOV 2024

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - 5

PREÂMBULO - 5

0. INTRODUÇÃO - 6

1. EDUCAÇÃO EVOLUTIVA - 8

2. LIDERANÇA INCLUSIVA - 10

3. IA E ÉTICA DIGITAL - 11

4. TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E SABEDORIA DA NATUREZA - 12

5. RECONHECIMENTOS - 12

## **FORÇA TAREFA:**

EDUCAÇÃO EVOLUTIVA – INTRODUÇÃO - 14

PROMOVENDO A PEDAGOGIA ORIENTADA POR VALORES PARA UM MUNDO GLOBAL MAIS JUSTO: RUMO A UMA PEDAGOGIA DA PAZ - 15

EDUCAÇÃO INFANTIL BASEADA EM VALORES PARA UM MUNDO MAIS INCLUSIVO, EQUITATIVO E CULTURALMENTE RESPONSIVO- 21

PERSPECTIVAS ANCESTRAIS: INCORPORANDO SISTEMAS DE CONHECIMENTO INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO MODERNA - 26

EDUCAÇÃO PARA O FUTURO DA HUMANIDADE: TRANSFORMANDO A EDUCAÇÃO, REALIZANDO A METAMORFOSE SOCIAL NO ESPELHO DE TAMKEEN - 30

"POLICRISE" E A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO EVOLUTIVA - 35

**EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA COM UMA MENTALIDADE BASEADA EM VALORES E HABILIDADES PARA A VIDA, PARA COMUNIDADES INCLUSIVAS- 38**

**9,8 MILHÕES DE JOVENS FORA DA ESCOLA: CAMINHOS PARA O RETORNO, RETENÇÃO E CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO.- 43**

**FORÇA TAREFA:**

**LIDERANÇA INCLUSIVA – INTRODUÇÃO- 46**

**O PAPEL DOS CENTROS DE JUVENTUDE NA AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E INOVAÇÃO PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL- 50**

**CONSTRUINDO UM CASO MORAL E ECONÔMICO PARA A DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES NOS PAÍSES DO G20 E ALÉM - 53**

**APRIMORANDO A DIVERSIDADE E INCLUSÃO PARA UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL- 57**

**LIDERANÇA RESPONSÁVEL PARA POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO INCLUSIVAS: CULTIVANDO CARREIRAS SUSTENTÁVEIS PARA CÔNJUGES DE MIGRANTES ALTAMENTE QUALIFICADOS - 62**

**A COALIZÃO DAS COMUNIDADES CULTURAIS DE MANITOBA  
PARA FAMÍLIAS INC. (CMCCF)- 67**

**O VALOR DA DIGNIDADE HUMANA ESTÁ NO CENTRO DA  
INTEGRIDADE DA LIDERANÇA E DA INCLUSÃO SOCIAL- 74**

**FORÇA TAREFA:**

**IA E ÉTICA DIGITAL – INTRODUÇÃO- 78**

**NAVEGANDO NA CORRIDA GLOBAL DA IA: UMA ESTRUTURA  
CONCEITUAL PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL EQUITATIVO -  
81**

**ENTRE O NATURAL E O ARTIFICIAL – ABORDANDO UM PONTO  
CEGOVITAL NO DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL DA IA- 97**

**FORÇA TAREFA:**

**TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E SABEDORIA DA NATUREZA –  
INTRODUÇÃO - 93**

**RINCÍPIOS DA VIDA COMO PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA  
POLÍTICAS PÚBLICAS - 96**

**TRANSIÇÃO ENERGÉTICA BASEADA EM VALORES: GARANTINDO  
TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA- 100**

**MOBILIDADE INTELIGENTE NO BRASIL: DADOS E A  
IMPORTÂNCIA DAPARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM PROJETOS  
TECNOLÓGICOS - 105**

**TIME V20 BRASIL 2024 - 109**

**PARCEIROS ORGANIZADORES - 110**



# INTRODUÇÃO



## PREÂMBULO

### QUEM SOMOS

Somos uma comunidade global de especialistas e profissionais em valores dedicados a engajar ativamente com o Grupo dos Vinte (G20).

### NOSSA VISÃO

Nosso objetivo é aprofundar a compreensão dos valores nas políticas públicas, fornecendo ao G20 soluções políticas baseadas em evidências e centradas no ser humano para superar os desafios globais.

### DE “O VALOR DOS VALORES” A “VISÕES DE VALOR: A VANTAGEM COLABORATIVA”

Fundado em 2020 sob a presidência da Arábia Saudita, o V20 inicialmente ressaltou a importância dos valores com o tema “Valor dos Valores”. Em 2021, sob a presidência italiana, aprofundamos nosso foco na aplicação prática desses princípios com o tema “Valores em Ação”. Em 2022, sob a presidência indonésia, o V20 adotou “Valores no Centro” como tema orientador, garantindo que nossas iniciativas fossem impulsionadas pela sustentabilidade e pelos valores.

Em 2023, sob a presidência indiana, o Grupo de Engajamento V20 enfatizou “LIDERAR com Valores”, destacando o papel crítico da liderança baseada em valores para enfrentar desafios globais nas áreas de Educação, Emprego & Empreendedorismo e Meio Ambiente.

Avançamos em nossa missão em 2024 sob a presidência brasileira, com foco em “Valores como Vantagem Colaborativa” para enfrentar as complexidades de nosso tempo. As contribuições desenvolvidas pela equipe V20 este ano, sob as áreas de trabalho apresentadas no relatório do comunicado de 2024, estão alinhadas de perto com os temas centrais definidos pelo G20, garantindo relevância e impacto. O lema da presidência brasileira do G20

## VISÕES DE VALOR: A vantagem colaborativa

2024, “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”, personifica a dedicação do Brasil em promover acordos justos que fomentem o desenvolvimento econômico e social global, enquanto enfrentam a fome, a pobreza e a desigualdade em todo o mundo.

Nossa comunidade global do V20 tem consistentemente produzido políticas e recomendações de alto impacto, que apresentamos aos Chefes de Estado do G20 para sua consideração e implementação. Isso garante que as abordagens baseadas em valores estejam no centro da tomada de decisões globais. Acreditamos que, ao incorporar políticas públicas orientadas por valores no framework do G20, contribuimos para a cocriação de um futuro mais equitativo e regenerativo globalmente.



## 0. INTRODUÇÃO

### 0.1 “VISÕES DE VALOR”

Nós, membros do Values20 (V20), reunidos no Rio de Janeiro, Brasil, durante a Cúpula V20 em 14 de novembro de 2024, reafirmamos nosso compromisso com a promoção de políticas baseadas em valores no diálogo global do G20. Este ano, escolhemos o tema “Visões de Valor: A Vantagem Colaborativa”, destacando a importância dos valores como uma vantagem colaborativa que fortalece a eficácia do multilateralismo e reconhecendo o Planeta Terra como um participante crucial em todas as decisões.

### 0.2 QUATRO FORÇAS TAREFA

A atividade colaborativa do V20 durante a presidência do Brasil foi organizada em quatro Forças Tarefa, com um esforço deliberado para compreender a natureza interconectada dos temas, oferecendo aos stakeholders do G20 um conjunto de ações detalhado e focado, que possam ser claramente orientadas por valores no desenvolvimento de políticas.

#### 0.2.1 Força Tarefa: Educação Evolutiva

A Força Tarefa de Educação Evolutiva apresentou estratégias visionárias para adaptar os sistemas educacionais às demandas futuras da sociedade

e do planeta. Essas estratégias garantem ambientes de aprendizado holísticos, sistêmicos e inclusivos, alinhados ao foco da agenda do G20 2024 em “promover educação e habilidades para uma economia verde.

### 0.2.2 Força Tarefa: Liderança Inclusiva

A Força Tarefa de Liderança Inclusiva delinea abordagens inovadoras para desenvolver uma liderança que valorize a diversidade e promova oportunidades equitativas em todos os níveis de organização e sociedade. Essas estratégias refletem a ênfase da agenda do G20 2024 na inclusão social e na erradicação da pobreza, reforçadas pela voz do Sul Global por meio da presidência brasileira do G20. Esse compromisso é destacado por iniciativas como o lançamento da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e o reconhecimento oficial das Favelas do G20, entre outras.

### 0.2.3 Força Tarefa: Inteligência Artificial (IA) e Ética Digital

A Força Tarefa de IA e Ética Digital apresenta diretrizes abrangentes para enfrentar os desafios éticos das tecnologias emergentes. Essas diretrizes promovem práticas de IA responsáveis e transparentes, demonstrando como os valores podem estar no centro dos objetivos da agenda do G20 2024 para governança digital e IA ética. Entre as iniciativas, destaca-se a “IA para Todos”, que visa liberar todo o potencial da IA e garantir que seus benefícios sejam compartilhados de forma equitativa.

### 0.2.4 Força Tarefa: Transição Ecológica e a Sabedoria da Natureza

A Força Tarefa de Transição Ecológica e Sabedoria da Natureza defende práticas regenerativas e sustentáveis, aproveitando insights dos ecossistemas naturais para enfrentar desafios ambientais e impulsionar a inovação. Essa iniciativa está alinhada ao chamado urgente para ação climática do Relatório ODS 2023, contribui para os objetivos da COP 30 relacionados à conservação da biodiversidade e soluções baseadas na natureza, e apoia a ênfase da agenda do G20 2024 na transição ecológica e capital verde.

## 0.3 VALORES ÉTICOS E REGENERATIVOS

Diante das complexidades e desafios contemporâneos, reconhecemos a importância de integrar va-

lores éticos e regenerativos em todas as esferas da governança global.

### 0.3.1 Foco Histórico no Crescimento

Historicamente, as decisões do G20 têm se concentrado fortemente no crescimento econômico. O foco principal muitas vezes foi no desempenho do PIB, promovendo o comércio internacional e aumentando a eficiência do mercado. Essa abordagem centrada no crescimento, em certos momentos, fez com que as considerações ambientais e sociais aparecessem como áreas secundárias de atenção. A ênfase na expansão econômica, embora benéfica em termos de aumento de riqueza e avanço tecnológico, veio, argumentavelmente, à custa da degradação ambiental e do aumento da desigualdade.

### 0.3.2 Comprometendo a Sustentabilidade a Longo Prazo

Por exemplo, projetos de infraestrutura em larga escala e expansões industriais, embora tenham impulsionado os indicadores econômicos, frequentemente resultaram em danos ambientais significativos e deslocamento de comunidades locais. Políticas que priorizam ganhos econômicos de curto e médio prazo podem comprometer a sustentabilidade a longo prazo e a coesão social, perpetuando um ciclo de exploração e esgotamento de recursos.

### 0.3.3 Abordagem Sistêmica para a Tomada de Decisões

Para enfrentar esses desafios, é essencial que o G20 adote uma abordagem sistêmica na tomada de decisões que considere os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 como interconectados. Essa perspectiva holística garante que as dimensões econômica, social e ambiental sejam integradas, promovendo políticas que incentivem o desenvolvimento inclusivo e mais do que sustentável, a regeneração da sociedade e do planeta.

## 0.4 RECONHECENDO O PLANETA TERRA

### 0.4.1 O Stakeholder Crucial

Na era da mudança climática e dos desafios ambientais globais, reconhecer o Planeta Terra como um stakeholder na tomada de decisões do V20 é uma abordagem necessária e inovadora. Essa visão é

baseada no princípio de que o bem-estar da Terra está intrinsecamente ligado ao bem-estar de nossas sociedades e economias. Ao incluir o planeta em nossas decisões, estamos priorizando a saúde e a sobrevivência de todas as formas de vida.

### 0.4.2 Interdependência e Responsabilidade

O planeta é a fonte de todos os recursos naturais que sustentam a vida e as economias. Solo fértil, água limpa, ar fresco e biodiversidade são componentes essenciais de um ecossistema equilibrado, e sua degradação afeta diretamente o bem-estar humano. Portanto, a inclusão do Planeta Terra como um stakeholder é uma declaração de responsabilidade intergeracional e respeito pela interdependência entre o meio ambiente e a humanidade.

### 0.4.3 Tomada de Decisão Informada

Integrar o Planeta Terra como um stakeholder significa que todas as decisões tomadas dentro do V20 devem considerar os impactos ambientais de curto e longo prazo. Isso inclui avaliar como as políticas econômicas, sociais e tecnológicas influenciam os ecossistemas naturais. Tal abordagem requer uma análise holística que leve em conta não apenas os benefícios imediatos, mas também a regeneração futura.

### 0.4.4 Benefícios da Inclusão Ambiental

Ao reconhecer o Planeta Terra como um stakeholder, estamos promovendo um modelo de governança que prioriza a regeneração e a resiliência. Essa abordagem incentiva o desenvolvimento de práticas que regeneram, em vez de explorar, os recursos naturais. Também promove a inovação em tecnologias verdes e práticas de desenvolvimento regenerativo que podem ser compartilhadas globalmente, beneficiando todos os países.

### 0.4.5 Avaliação de Impacto

Por exemplo, ao considerar novos projetos de infraestrutura, a avaliação de impacto ambiental deve ser parte integrante do processo de tomada de decisão. Isso garante que os projetos não apenas atendam às necessidades humanas imediatas, mas também preservem os ecossistemas para as futuras gerações. A inclusão do Planeta Terra no processo de tomada de decisão do V20 é, portanto, uma maneira de assegurar um futuro viável e próspero para todos.

### 0.4.6 Mais evidências necessárias?

É uma observação frequentemente recebida por praticantes de valores que a base de evidências

para ser orientado por valores carece de robustez na medição. Embora haja inovações na medição de valores e cultura que surgirão através deste Grupo de Engajamento nos anos seguintes, é inegável que existe uma base de evidências altamente específica para aproveitar valores como uma vantagem colaborativa para promover um multilateralismo eficaz e reconhecer o Planeta Terra como um participante crucial em todas as decisões.

**0.4.6.1 Número de Conflitos:** De acordo com o Programa de Dados de Conflito de Uppsala (UCDP), em 2023, o número de conflitos envolvendo estados totalizou 59, o maior número já registrado desde o início da coleta de dados em 1946.

**0.4.6.2 Desastres Climáticos:** A Organização Meteorológica Mundial (OMM) relata que desastres relacionados ao clima e ao tempo aumentaram cinco vezes nos últimos 50 anos. De 1970 a 2019, esses desastres naturais representaram 50% de todos os desastres, 45% de todas as mortes relatadas e 74% de todas as perdas econômicas relatadas.

**0.4.6.3 Refugiados Climáticos:** O Instituto para a Economia e a Paz prevê que, no pior cenário, 1,2 bilhão de pessoas pode ser deslocado até 2050 devido a desastres naturais e outras ameaças ecológicas.

### 0.4.7 G21

Mais do que reconhecer o Planeta Terra como um participante, a percepção de que o G20 precisa evoluir para o G21—onde o Planeta Terra, devido ao seu imenso poder e impacto nas sociedades globalmente, é incluído—é um passo vital em direção a um futuro onde o desenvolvimento humano e a restauração ambiental andem de mãos dadas, criando um equilíbrio regenerativo que beneficia todas as formas de vida.



## 1. EDUCAÇÃO EVOLUTIVA

### 1.1 PEDRA ANGULAR PARA O FUTURO

Acreditamos que a Educação Evolutiva estabelece a pedra angular para o desenvolvimento de uma

liderança inclusiva, crucial para guiar as sociedades em direção a um futuro mais justo e equilibrado. Essa visão está alinhada com a ênfase do Relatório dos ODS 2023 na educação de qualidade inclusiva e equitativa e nas oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. No entanto, o progresso em direção ao ODS 4 tem sido lento, com a população fora da escola diminuindo apenas 9 milhões entre 2015 e 2021

### 1.2 TRANSCENDE A AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTO

A Educação Evolutiva transcende a mera aquisição de conhecimento. É a base para o desenvolvimento da consciência crítica sobre os impactos de nossas decisões no tecido social e ambiental. É crucial para apoiar as metas da COP 30 para o desenvolvimento sustentável e a ação climática. Ao focar na Educação Evolutiva, nosso objetivo é desenvolver indivíduos capazes de pensar de forma sistêmica, compreendendo a interconexão entre as ações humanas e suas consequências.

### 1.3 REGENERAÇÃO DO TECIDO SOCIAL

A regeneração do tecido social envolve reparar e fortalecer os relacionamentos dentro das comunidades e entre os seres humanos e a natureza. A Educação Evolutiva é essencial para essa regeneração, pois capacita os indivíduos a exercerem sua autonomia, permite os benefícios da colaboração e inspira o engajamento em diálogos construtivos, buscando, em última análise, soluções que beneficiem a todos. Ao tornar a educação evolutiva uma pedra angular de nossas políticas, estamos semeando as bases para um futuro mais justo, equitativo e regenerativo.

### 1.4 CULTIVAR CONEXÕES

Essa abordagem cultivará líderes e cidadãos que estão profundamente conectados a seus valores, à cultura local e às responsabilidades globais. Uma educação desse tipo promove a abertura para diálogos respeitosos entre diferentes visões de mundo, com o compromisso de criar um mundo onde a regeneração social e ambiental se torne uma realidade concreta. Enfrentamos esses desafios de frente, mergulhando em suas profundezas para garantir um impacto profundo e duradouro.

### 1.5 CONSCIÊNCIA E AÇÃO

A Educação Evolutiva promove uma maior conscientização sobre as realidades complexas que enfrentamos. Ao fomentar uma compreensão profunda das relações entre sociedade, economia e meio ambiente, permite que indivíduos e comunidades façam escolhas mais informadas e responsáveis. O objetivo é criar cidadãos que não apenas reconheçam os desafios atuais, mas também se sintam motivados e capacitados a agir na regeneração do tecido social e na proteção do planeta. Como Ailton Krenak sabiamente disse: **“Respeitar a Terra é respeitar a nós mesmos.”** Paulo Freire também enfatizou o poder transformador da educação, afirmando: **“A educação não transforma o mundo. A educação transforma pessoas. As pessoas transformam o mundo.”** Além disso, ele nos lembrou que **“Educação é imbuir significado em tudo o que fazemos a cada momento.”** Quando pensamos na educação nesses termos, estamos considerando a **educação baseada em valores**, onde a conscientização precede a ação para a co-construção de um mundo mais justo para todas as nações globalmente.

### 1.6 DISCURSO E NARRATIVA

As percepções de Humberto Maturana aprimoram ainda mais essa perspectiva. Maturana enfatizou que a linguagem não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas um meio de criar a realidade. “Por meio da linguagem, criamos os mundos que habitamos” argumentou ele. Isso destaca a ideia de que, ao mudar nosso discurso e nossas narrativas, podemos promover novas formas de entender e interagir com o mundo. Uma educação que evolui com os tempos e que se alinha aos princípios de regeneração e ética global é crucial para garantir a criação de uma sociedade mais consciente e regenerativa. Isso inclui promover práticas que respeitem a biodiversidade, busquem a equidade social e incentivem a inovação responsável. De acordo com o relatório “Terra para Todos”, 74% das pessoas nos países do G20 apoiam a mudança dos sistemas econômicos para ir além de um foco singular em lucro e crescimento, e, em vez disso, englobar a saúde e o planeta além de mudanças políticas e econômicas mais amplas para reduzir a desigualdade e aumentar o bem-estar. A importância da entrega de um sistema educacional evoluído não pode ser subestimada.



## **2. LIDERANÇA INCLUSIVA**

### **2.1 INCLUSÃO REAL NA TOMADA DE DECISÃO**

A Força Tarefa de Liderança Inclusiva enfatiza a necessidade urgente de inclusão real nos processos de tomada de decisão, defendendo a integração de perspectivas diversas de pessoas de diferentes origens, territórios e culturas. Essa abordagem é crucial, pois garante que as decisões não sejam apenas representativas, mas também enriquecidas pelas percepções e experiências únicas que grupos diversos trazem à mesa. Ao valorizar e incorporar essas vozes diversas, o Grupo de Trabalho promove uma liderança que é equitativa e justa, fomentando um ambiente onde todos os indivíduos têm a oportunidade de contribuir e moldar políticas.

### **2.2 UM NOVO EQUILÍBRIO NA GOVERNANÇA**

Como o presidente Lula enfatizou na Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2024: “Precisamos de coragem e vontade política para mudar, criando hoje o amanhã que desejamos.” Ele destacou ainda a importância de que o Sul Global seja representado de forma consistente com sua atual importância política, econômica e demográfica. Isso requer um novo equilíbrio na governança, impulsionando o progresso e a inovação de maneiras que realmente reflitam a comunidade global. A escuta ativa e a inclusão na tomada de decisões fora do “mainstream” podem ser demonstradas pela presidência brasileira do G20, desde o convite proativo a países fora do G20 para participar, até a oficialização dos Grupos de Engajamento do G20 Favelas20 e Oceans20, além da proposta de um imposto transnacional para apoiar as pessoas mais vulneráveis. Esses são exemplos de ações de liderança inclusiva, promotoras da paz positiva, para enfrentar e superar a complexidade dos desafios que enfrentamos globalmente. Essa estratégia

inclusiva melhora a qualidade e a eficácia das decisões, impulsionando o progresso e a inovação de maneiras que são verdadeiramente inclusivas para a comunidade global.

### **2.3 DESIGUALDADES COM O SUL GLOBAL**

No entanto, a acentuada desigualdade entre o Sul Global e regiões como a Europa e os EUA continua sendo um desafio significativo. O Relatório dos ODS 2023 destaca que os mais pobres e vulneráveis do mundo estão enfrentando os maiores impactos dessas desigualdades. As disparidades de gênero persistem, com mais de 340 milhões de mulheres e meninas projetadas para viver em extrema pobreza até 2030. O relatório pede uma abordagem integrada e holística para promover a igualdade de gênero, incluindo por meio da liderança inclusiva.

### **2.4 CUSTO SOCIAL DA EXCLUSÃO**

A tendência das nações de polarizar sua retórica para proteger interesses próprios, em vez de abraçar uma abordagem baseada em valores que considere o bem-estar de todo o planeta, pode dificultar esforços colaborativos e agravar problemas globais. O custo social de excluir perspectivas é profundo, levando a oportunidades perdidas para inovação, coesão social e desenvolvimento regenerativo.

### **2.5 UMA SOCIEDADE DE CUIDADO**

O surgimento de uma “sociedade de cuidado” necessita de diálogo com pessoas de diferentes perspectivas. Essa sociedade deve ser construída com base em visões transnacionais, respeito e dignidade pela humanidade e todas as formas de vida. Tal fundação é essencial para fomentar o multilateralismo, onde a cooperação global e a responsabilidade compartilhada levam a um futuro mais inclusivo e sustentável. Ao priorizar esses valores – respeito, dignidade pela humanidade, cooperação e responsabilidade compartilhada – podemos criar um processo de tomada de decisão que transcenda fronteiras nacionais e aborde os desafios globais de maneira holística.

## 2.6 NECESSIDADES URGENTES DA URBANIZAÇÃO

O Relatório dos ODS 2023 também menciona que 70% da população global deve viver em cidades até 2050. Essa tendência de urbanização ressalta a necessidade urgente de criar condições para mobilidade e vida digna, que permitam oportunidades reais para o potencial do capital humano se desdobrar. Garantir acesso a educação de qualidade, assistência médica e oportunidades de emprego em áreas urbanas é crítico para alcançar um crescimento sustentável e inclusivo.

## 2.7 EQUILIBRANDO O DESENVOLVIMENTO HUMANO E O MEIO AMBIENTE

Ao integrar esses valores nos processos de tomada de decisão, podemos criar um futuro onde o progresso tecnológico e a responsabilidade ambiental caminhem lado a lado. Essa abordagem orientada por valores se alinha perfeitamente ao conceito de uma “sociedade de cuidado”, que prioriza o bem-estar de todos os indivíduos e do planeta. Priorizar a equidade, a justiça e a regeneração em nossa abordagem promoverá um sistema de governança global mais inclusivo e regenerativo, abordando as necessidades de todos os indivíduos e garantindo um equilíbrio harmonioso entre o desenvolvimento humano e o meio ambiente.



## 3. IA E ÉTICA DIGITAL

### 3.1 PILARES PARA INOVAÇÃO

Em um mundo cada vez mais interconectado que depende de tecnologias avançadas, a IA e a Ética Digital surgem como pilares para a criação de soluções inovadoras para problemas profundos e urgentes. Apesar dos investimentos significativos em tecnologia - que devem ultrapassar US\$ 4 trilhões globalmente até 2025 - uma lacuna significativa persiste no Sul Global, dificultando o

progresso equitativo. O Relatório dos ODS 2023 enfatiza a importância de construir infraestrutura resiliente e fomentar a inovação para abordar essas disparidades.

### 3.2 ALÉM DAS MÁQUINAS

Dito isso, a tecnoética ressalta a responsabilidade da humanidade além das máquinas, enfatizando as obrigações morais que temos sobre o desenvolvimento tecnológico. Essa bússola moral é crucial enquanto navegamos pelo equilíbrio entre inovação e responsabilidade ética. Estudos mostram que focar apenas na IA para produtividade pode exacerbar desigualdades sociais, acelerar essas polaridades e ampliar a lacuna entre trabalhadores altamente qualificados e aqueles com baixa qualificação. Além disso, os vieses algorítmicos incorporados nos sistemas de IA podem perpetuar discriminação e desigualdade, particularmente contra comunidades marginalizadas.

### 3.3 IA BASEADA EM VALORES E ÉTICA

Ao nos aprofundarmos nos fundamentos do desenvolvimento ético da IA, com valores de justiça social, colaboração, compaixão e das futuras gerações no centro, podemos acelerar a criação de soluções inovadoras que promovam uma coesão social mais forte globalmente e soluções baseadas na natureza. A IA fundamentada em valores e ética possui o potencial de reduzir as lacunas sociais, garantindo acesso equitativo à tecnologia e promovendo crescimento inclusivo, como destacou a Presidência Brasileira do G20 no programa “IA para todos”, onde ser orientado por dados inclui explicitamente a voz do Sul Global.

### 3.4 SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA

Isso também pode impulsionar a adoção de soluções baseadas na natureza, otimizando a gestão de recursos e aprimorando nossa compreensão dos ecossistemas. Dessa forma, a IA ética não apenas aumenta a produtividade, mas também fortalece o tecido social e apoia a sustentabilidade ambiental e a regeneração do planeta Terra como parceira da evolução, em vez de um recurso.



## 4. TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E SABEDORIA DA NATUREZA

### 4.1 INTERDEPENDÊNCIA ENTRE A HUMANIDADE E O PLANETA

A Transição Ecológica, inspirada na profunda sabedoria da natureza, é central para o sucesso de nossas estratégias. Ao considerarmos decisões baseadas em valores, promovemos ações que respeitam e regeneram o meio ambiente, reconhecendo a interdependência entre a humanidade e o planeta. A natureza, nossa maior fonte de sabedoria, nos ensina os princípios de resiliência, equilíbrio e harmonia. O sucesso deste Grupo de Trabalho depende das conquistas de outras iniciativas, uma vez que um futuro regenerativo e colaborativo — onde a justiça social, a equidade e a responsabilidade ambiental são primordiais — só pode ser realizado por meio do progresso coletivo em Educação Evolutiva, Liderança Inclusiva e Ética da IA e Digital.

### 4.2 ESFORÇOS CONTÍNUOS E INTEGRADOS

Com o objetivo crucial de limitar o aquecimento global a 1,5 graus Celsius agora alcançado, estamos em um momento decisivo. De acordo com a Organização Meteorológica Mundial, há 50% de chance de atingir esse limite nos próximos cinco anos. Esse sucesso reforça a urgência de nossa missão, pois manter esse limite requer esforços contínuos e integrados em todos os domínios.

### 4.3 APRENDENDO COM OS POVOS ORIGINÁRIOS E A CULTURA

Além disso, nossa estratégia deve incluir a escuta ativa e a troca de aprendizados com os povos originários e diversas culturas. Seu conhecimento enraizado e perspectivas únicas são vitais na ela-

aboração de soluções que honrem e protejam nosso mundo natural. Abraçar a sabedoria global e a diversidade de territórios, experiências e soluções assegura que somos capazes de ir além da sustentabilidade, da regeneração e de um futuro mais justo para todos, ao harmonizar a ciência moderna com a sabedoria tradicional e fomentar um diálogo inclusivo que respeite, promova e eleve cada voz.



## 5. RECONHECIMENTO

5.1 Estendemos nossa sincera gratidão aos nossos parceiros internacionais pela colaboração inabalável ao longo deste último ano e reiteramos nosso compromisso com a colaboração global contínua para abordar e superar os desafios que ameaçam nossas sociedades e o planeta. As contribuições do Sherpa do V20, dos líderes dos Grupos de Trabalho, dos autores globalmente diversos, do grupo de financiamento e da equipe do V20 Brasil, com seus Parceiros do Conhecimento, todos voluntários, foram fundamentais para o nosso progresso, vivendo e praticando como os valores são a vantagem colaborativa.

5.2 Esse esforço coletivo destaca nosso compromisso em enfrentar e superar os desafios que ameaçam nossas sociedades e o planeta. Juntos, reafirmamos nossa dedicação à colaboração global, aproveitando a força de nossa comunidade diversa e unida para construir um futuro sustentável e equitativo, onde todas as vozes são importantes, com atenção especial e humildade para os aprendizados do Planeta Terra.



# FORÇAS TAREFA



## **FORÇA TAREFA: EDUCAÇÃO EVOLUTIVA – INTRODUÇÃO**

### **EDUCAÇÃO E TOLERÂNCIA COMO GARANTIA DO FORTALECIMENTO DA JUSTIÇA SOCIAL E ALCANCE DO RESPEITO DA DIGNIDADE HUMANA**

Desde a criação do V20, há 5 anos, a Educação tem sido um tema fundamental a cada ano, através do qual os benefícios de ser orientado por valores podem ser claramente explicados e demonstrados aos stakeholders do G20. Os valores se manifestam na Educação em todos os lugares, desde o design e entrega do currículo, até a formação de professores, o planejamento da força de trabalho de uma nação e tudo o que está entre esses aspectos. Como resultado, a Educação habilita de forma profunda e indiscutível a liberdade, autonomia e autorrealização dos indivíduos, o que, por sua vez, leva à melhoria da mobilidade social, à oportunidade de abordar desigualdades socioeconômicas e ao acesso a empregos gratificantes.

Mais do que nunca, durante este período de polícrise, a educação e a tolerância são garantias essenciais para fortalecer a convivência e assegurar o respeito à dignidade humana. O compromisso profundo e inderrogável com a liberdade, autonomia e autorrealização do indivíduo e da sociedade humana é um ativo indispensável para o novo futuro que emerge do presente. Portanto, torna-se cada vez mais importante valorizar a Educação, pois isso só é possível e alcançável por meio de uma Educação que promova a elevação e consolidação da crença no compromisso e na convergência na construção, cultura e defesa de valores que estimulem, preservem e garantam a igualdade de direitos, acesso, oportunidades e a realização dos indivíduos humanos.

Isso só será possível e alcançável quando nenhum indivíduo for privado, limitado ou cerceado por conta de sua cor ou raça, ou qualquer formulação além daquelas definidas por seus talentos, criatividade e inventividade; e, acima de tudo, quando todas as sociedades reconhecerem e garantirem integralmente a soberania desses direitos e dessa liberdade à sociedade.

Para garantir a prevalência dessa fundação e desse objetivo, é essencial que as sociedades e os governos erijam e fortaleçam a tolerância como um valor inconcessível e inexpugnável, cuidando e assegurando que o respeito e a reverência pela dignidade humana sejam estabelecidos como uma base inegociável e inexpugnável.

Dessa forma, com essa fundação estabelecida como um valor norteador, a promoção da socialização, formação e educação do indivíduo e da sociedade em todos os seus quadrantes deve, de maneira imperativa e incontestável, garantir e assegurar a liberdade e autonomia de acesso, trânsito e oportunidades, além do gozo de direitos e prerrogativas, enquanto ao mesmo tempo promove ativamente o enfrentamento e combate a qualquer e toda manifestação de intolerância.

Neste ano, o foco do V20 em Educação se concentrou em temas posicionados sob o termo guarda-chuva “Educação Evolutiva”, porque nossas necessidades estão evoluindo e nossas políticas educacionais e sistemas de entrega precisam mudar.

Uma Educação capaz de garantir as fundações necessárias deve ser democrática, plural e diversa. Deve ser receptiva a todas as contribuições e trajetórias sociais, e garantir tratamento igual, equitativo e justo. Deve assegurar a expressão da diversidade social, cultural e racial, promover a integração e o direito de todos os cidadãos de participar em pé de igualdade, independentemente de cor, raça, posição econômica ou escolhas políticas ou religiosas, moldada pela tolerância e garantir o mais alto e valioso reconhecimento, defesa e disseminação da dignidade humana.

A Força Tarefa sobre Educação Evolutiva desenvolveu uma coleção de artigos essenciais e fascinantes que visam conectar uma variedade de leitores a explicações narrativas específicas e uma gama de recomendações. Para formuladores de políticas e seus conselheiros imediatos em bus-

ca de recomendações acionáveis alinhadas com áreas políticas conhecidas, os artigos de Rosalina Soares e Charles Fowler, respectivamente, apresentam recomendações baseadas em evidências focadas nas crises de evasão escolar juvenil e na educação infantil. Recomendações precisas são apresentadas para que os formuladores de políticas adotem imediatamente ou não, dada a universalidade dos temas.

Para líderes e stakeholders que desejam explorar os valores dos sistemas educacionais e seu potencial de reforma, os artigos de Manuel Manga e Miriam de Magdala Pinto, Karima Kadaoui e colaboradores e Minal Kering oferecem argumentos fervorosos para a Educação Evolutiva, apresentando respectivamente um quadro curricular estruturado com pilares inovadores e seis valores específicos; um exemplo inspirador de transformação da educação no Marrocos; e um comentário abrangente sobre a transição de modelos de aprendizado ultrapassados para práticas atualizadas. As recomendações desses artigos inspirarão reflexões em líderes educacionais e estimularão a resolução de problemas em equipes que buscam integrar temas e detalhes nos programas de políticas educacionais de suas nações.

Para líderes de pensamento educacional, os artigos de Devika Shekhawat e Ann Marie Mealey introduzem, respectivamente, a necessidade de integração de “Sistemas de Conhecimento Indígena” e uma “Pedagogia da Paz” no desenvolvimento e implementação de políticas educacionais, com conexão profunda aos temas que emergem claramente da Presidência do G20 do Brasil: o empoderamento e a inclusão da cultura Indígena e a exigência de uma liderança global que inspire uma geração de cidadãos globais.

Com a esperada continuidade do tema dos valores e da Educação na Presidência do G20 da África do Sul em 2025, convidamos colegas e críticos internacionais a examinarem esta coleção de artigos e ajudarem a refinar os temas a serem levados adiante juntos a partir de uma perspectiva de valores, mas também de maneira mais ampla, à medida que os Grupos de Trabalho e os Grupos de Engajamento do G20 abraçam o impacto inevitável e fundamental da Educação Evolutiva em todas as grandes questões enfrentadas por todas as nações.

# PROMOVENDO A PEDAGOGIA ORIENTADA POR VALORES PARA UM MUNDO GLOBAL MAIS JUSTO: RUMO A UMA PEDAGOGIA DA PAZ

Autora:

Ann Marie Mealey, Ph.D. Universidade Leeds Trinity,  
Reino Unido

Grupo de Trabalho 'Educação Evolutiva' do V20: Cúpula do  
G20 – Brasil 2024.

## PRINCIPAIS DESTAQUES

Os principais destaques deste capítulo estipulam que construir um mundo melhor, mais justo, inclusivo e sustentável dependerá de como educamos as pessoas para usarem suas habilidades de maneira ética. O argumento central está ligado à necessidade de incorporar valores não apenas no ensino de habilidades acadêmicas e específicas de cada disciplina para um mundo melhor, mas também nas abordagens pedagógicas utilizadas por professores, instrutores e formadores nas salas de aula para ensinar valores. Uma ‘pedagogia da paz’ é o que se necessita no desenvolvimento de novos professores em todo o mundo. Educadores devem refletir os tipos de comportamentos e comunidades que gostaríamos de ver na sociedade, especialmente por meio das maneiras como ensinam e criam o ambiente de aprendizado para os alunos (Cf. Mealey 2023). Em resumo, ensinar valores e desenvolver a abordagem pedagógica orientada por valores de ‘paz’ em todas as disciplinas em nossas escolas, faculdades e universidades globalmente é vital para um futuro humano melhor como um todo. A sugestão de uma ‘pedagogia da paz’ também deve se concentrar em como respeitamos as diversas visões éticas e diferentes perspectivas e/ou visões de mundo que podem ser usadas para compreender as complexidades e a diversidade das necessidades prementes de nosso tempo. Essas são habilidades-chave para a construção de um mundo melhor e mais tolerante em geral – para cada um e para todos. Isso também garantirá que cada graduado de nossas universidades esteja preparado para lidar com a busca pacífica pela verdade ética em um cenário econômico global complexo e culturalmente diverso.

## DESAFIOS

Existem múltiplos desafios a serem enfrentados. O principal é conseguir convidar todas as partes para um ‘diálogo de compromisso’ e conversas pacíficas em torno do bem comum global compartilhado e o que isso significa em relação aos objetivos e valores educacionais. Mediar o discurso entre o universal e o específico é uma tarefa complexa e exigente, que requer que todos adotem uma disposição de engajamento pacífico e diálogo na busca por uma compreensão compartilhada do mundo e

da verdade ética. O segundo desafio envolverá a decisão coletiva de ensinar - em paz e em diálogo - sobre ‘competências culturais’ ligadas a diferentes visões de mundo de maneira que amplifique a compreensão de como diferentes partes da sociedade podem se encaixar na busca pela verdade, evitando assim a sensação de que as pessoas precisam se identificar com diferentes ‘escolas de pensamento’ (Dornsife 2023). Por fim, o terceiro desafio será incentivar os acadêmicos a reconhecer livremente a importância de assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento profissional contínuo, a fim de ensinar de forma competente e pacífica sobre valores éticos em seus currículos e criar um ambiente de aprendizado baseado em investigação aberto e adequado, que exemplifique uma sociedade respeitosa e amante da paz, na qual todos possam atingir seu pleno potencial. Nenhum educador deve se sentir coagido a adotar valores, mas sim ser gentilmente informado sobre os benefícios para a aprendizagem dos alunos, os resultados para os graduados e a empregabilidade, o que ajudará a promover uma comunidade global mais pacífica a longo prazo.

## SOLUÇÕES

Para implementar e projetar o que pode ser chamado de ‘uma pedagogia da paz’ em nossos ambientes de aprendizado, o primeiro passo é garantir que, quando os educadores são treinados para ensinar, também recebam uma formação básica específica da disciplina em ética acadêmica. É importante que a abordagem aqui seja acadêmica e credível. Essa formação básica poderia envolver dar aos acadêmicos um conhecimento fundamental sobre o “porquê?” da ética, incluindo o estudo de insights tanto da tradição clássica (Sócrates, Platão e Aristóteles) quanto de autores do período moderno. Isso permitirá que os educadores vejam onde as raízes da reflexão ética contemporânea podem ser encontradas e que ela está voltada para o ‘objetivo’ de uma sociedade mais pacífica e harmoniosa. Por meio dessa introdução, os educadores devem ser designados para tarefas de avaliação que proporcionem ‘alto retorno de aprendizado’, incentivando-os a se tornarem parte de um ciclo contínuo de auto-reflexão em relação à sua prática, no que diz respeito ao desenvolvimento da pedagogia da paz em sua disciplina e à sua capacidade de criar e manter um

ambiente de aprendizado que reflita uma sociedade justa (Mealey 2023).

Na prática, isso incluiria:

1. Respeito por todas as fontes de verdade que os indivíduos possam utilizar para examinar e avaliar o mundo e seus desafios éticos, combinado com o desejo de promover o ‘bem comum’ para todas as pessoas na sociedade;
2. Um desejo concertado por excelência acadêmica, aliado à compaixão pelo desafio que vem com a busca por altos padrões na educação – especialmente onde há grupos vulneráveis;
3. Criação de um sistema educacional orientado para resultados, combinado com consideração para os estudantes que não tiveram acesso a algumas comodidades básicas e oportunidades educacionais durante a infância. Isso significará que eles podem precisar de mais apoio para se desenvolverem plenamente;
4. Consideração por todos, independentemente de qualquer outra característica ou circunstância, exceto o fato de serem humanos.
5. Promoção de uma cultura de questionamento pacífico, ensino e aprendizado, análise crítica e investigação contínua sobre a disciplina e o estado do mundo do ponto de vista ético (Carless 2013).

Equilibrar as potenciais dicotomias que podem surgir nas salas de aula será uma habilidade chave necessária para o educador que deseja ensinar habilidades e valores simultaneamente. Ele precisará aderir à qualidade e aos padrões, além de ser capaz de se envolver com paz, alegria e admiração nas profundas questões humanas que estão no cerne da maioria das disciplinas – especialmente quando se trata de sua aplicação na sociedade. Fazer perguntas como “quem sou eu?”, “o que eu faria nesta situação?” e “qual é a resposta ética neste caso?” pode ajudar os alunos a desenvolver suas “identidades pré-profissionais” (Jackson 2016), além de se envolver em “experimentos de pensamento” (Ricoeur 1985) e dilemas éticos exemplares sobre quem ser como pessoa.

Inspirado por Descartes, Karl Stern destacou a necessidade de garantir que a alegria, a admiração e a apreciação da vida, bem como o “conhecimento interior”, eram o que era necessário para viver uma

boa vida nos anos sessenta (citado em Bertucio 2017, 488). Isso ainda é relevante hoje. Precisamos garantir que, ao desenhar o currículo global para nossos alunos, incluamos a oportunidade para que eles experimentem admiração e entusiasmo pelas possibilidades que seu aprendizado pode trazer para a mudança no mundo para o bem de todos. Na prática, portanto, as tarefas de avaliação e o currículo também devem levar em conta tempo suficiente para que os alunos se desenvolvam e cresçam como pessoas e para que “sintam” problemas e questões em um espaço voltado para a investigação pacífica e a prática pedagógica. Isso está ligado ao que Bloom chamou de “dimensão afetiva” da aprendizagem – ou seja, não aprendemos e entendemos simplesmente um problema, mas também precisamos ver a aprendizagem como um meio para levar nossos alunos a um lugar onde eles estejam “internalizando valores” (Odhabi 2007, 1127). É necessário reservar tempo no ambiente de ensino e aprendizagem, no currículo e nas tarefas de avaliação para permitir que isso aconteça. Isso pode exigir um currículo mais curto, mas dará maior destaque a “quem?” os alunos estão se tornando e aos valores que eles sustentam como pessoas, à medida que avançam em suas carreiras (Mealey 2023, 27).

Como Hamad Odhabi aponta, os componentes da aprendizagem “variam desde a capacidade de receber fenômenos até a internalização de valores, o que significa que certos valores exercem controle sobre o comportamento de uma pessoa por um tempo suficiente até que esse comportamento se torne um estilo de vida para essa pessoa” (Odhabi 2007, 1127). A internalização de valores e a permanência em um ciclo constante de autoquestionamento em relação a questões que surgem das disciplinas, bem como em relação à sociedade e ao bem comum global, são necessárias para o futuro do nosso mundo. Nossas tarefas de avaliação também devem ser projetadas tendo os valores em mente. Elas devem ser elaboradas com conhecimento sobre nossos alunos e o que eles estavam acostumados em termos de avaliação antes de entrarem em nossas salas de aula, a fim de garantir que a avaliação em si não perpetue injustiças (O’Neill 2017). Além disso, devemos garantir que projetemos avaliações autênticas que reflitam um engajamento pacífico com questões e demandas

do mundo real que sejam cognitivamente e eticamente desafiadoras e que ajudem os alunos a entender a necessidade de trabalhar juntos por valores de paz e globais (Pitt e Quinlan 2022).

No geral, se uma ‘pedagogia da paz’ fosse adotada globalmente, isso ajudaria nossa comunidade educacional global não apenas a contribuir para o desenvolvimento coletivo de nossos futuros líderes em todos os setores, mas também a formar graduados com um ‘coração voltado para o mundo e para a humanidade’. Desenvolver a capacidade dos alunos de usar a razão para resolver problemas globais é apenas um aspecto da educação; há também dimensões afetivas que necessitam de pensamento racional e uma abordagem compassiva para as necessidades prementes de nosso tempo.

Alguns dos desafios atuais do mundo exigem uma abordagem educacional que seja robusta o suficiente para promover a justiça e flexível o suficiente para apoiar pessoas vulneráveis que não conseguem viver os valores do bem comum em uma comunidade global. Nesses casos, a justiça é necessária. É preciso compreender a inter-relação entre amor e justiça. O filósofo francês Paul Ricoeur sugere que, muitas vezes, é necessário um abordagem amorosa e pacífica para a ética, enquanto em outras ocasiões é a justiça que se requer para mudar um sistema ou circunstância que mantém as pessoas em posições de inferioridade ou vulnerabilidade. E precisamos saber quando recorrer a qual valor. Na educação, por exemplo, às vezes os alunos precisam de uma abordagem amorosa em sala de aula para que possam alcançar seu potencial, o que pode ser proporcionado por meio de um ensino orientado por valores. Em outras ocasiões, pode ser o sistema que precisa mudar para fornecer ao aluno o que ele necessita, uma vez que está perpetuando algo injusto em alguns casos. Às vezes, não é apenas ‘amor’ que se precisa, mas justiça em relação às pessoas, contextos e sistemas (Ricoeur e Pellauer 1995, 23-39). E precisamos saber e ver a diferença.

Compreender o contexto e o horizonte de interpretação que os indivíduos utilizam como fonte de verdade também é importante como base para entrar em um diálogo pacífico sobre onde a verdade reside para a comunidade global. Conhecer nossos

alunos, de onde eles vêm e onde pensam que a verdade pode ser encontrada é essencial para prepará-los para uma mentalidade global necessária à transformação coletiva do sistema educacional, que enfatiza os valores como uma base essencial. Ensinar a partir da perspectiva da “pedagogia da paz” deve nos ajudar a preparar nossos alunos para o mercado de trabalho global (em vez de simplesmente o local) e facilitar sua contribuição como cidadãos globais capazes de entrar em diálogo – seja pessoal ou profissional – com todos.

Para que isso aconteça, precisamos de apoio estratégico do G20, junto com grupos de trabalho globais, para liderar essa nova abordagem de aprendizado para valores e habilidades e vê-los como atividades mutuamente interdependentes.

A liderança será a chave para o sucesso ou fracasso dessa abordagem. Sistemas e métodos precisam mudar e se adaptar para acomodar uma “pedagogia da paz”. Mas devemos estar atentos — e de fato esperançosos — de que as pessoas — tanto individual quanto coletivamente — têm o poder, a capacidade e o potencial para impulsionar e moldar um novo modelo educacional voltado para o desenvolvimento das futuras gerações. Dessa forma, podemos ter mais esperança em uma visão renovada da oferta educacional que proporcione aos alunos uma compreensão mais aprimorada e sutil do mundo — em suma, “uma educação bem equilibrada” que seja ensinada utilizando uma pedagogia da paz e que inclua o desenvolvimento dos valores e habilidades de cada aluno ao mesmo tempo.

## RECOMENDAÇÕES

Para que uma “pedagogia da paz” seja considerada uma visão renovada para a educação global, é necessário que o G20:

1. Trabalhar juntos para projetar e implementar um modelo de educação centrado no desenvolvimento de estudantes com habilidades específicas e valores, que sejam competentes e confiantes em como incorporar suas habilidades no mundo do trabalho e no tecido da sociedade para o bem comum;
2. Oferecer uma base básica em ética nos programas de formação de professores para escolas, faculdades e universidades, que incorpore

valores como um modo de vida para a educação e para a vida humana de maneira mais geral;

3. Desafiar modelos tradicionais de educação e práticas pedagógicas que sejam simplesmente inspeções, excessivamente focadas apenas na avaliação, ou que careçam da compaixão necessária para realmente desenvolver o potencial inerente de todos – especialmente de comunidades marginalizadas;

4. Compreender a necessidade de especialistas em valores e éticos se tornarem líderes estratégicos que apoiem os líderes mundiais, promovendo um sistema educacional de classe mundial que reconheça a necessidade de ensinar habilidades e valores para o aprimoramento de todos em nossa comunidade global compartilhada.

## REFERÊNCIAS

Bertucio, Brett. 2017. “The Cartesian Heritage of Bloom’s Taxonomy,” *Studies in the Philosophy of Education* 36: 477-497.

Carless, David. 2013. ‘Sustainable Feedback and the Development of Student Self – Evaluative Capacities,’ In Stephen Merry, Margaret Price, David Carless & Maddalena Taras (Eds.) *Reconceptualising Feedback in Higher Education: Developing Dialogue with Students*. London: Routledge, 19-29.

Dornsife, David and Dan. 2023. *How Cultural Competence in the Workplace Creates Psychological Safety for Employees*. USC University of Southern California. Available at: [Psychological Benefits of Cultural Competence for Employees | USC MAPP Online](#)

Mealey, Ann Marie. 2024. *The Lecturer’s Survival Guide: An Introduction to Successful Teaching in Higher Education*. Oxon: Routledge.

Odhabi, Hamad. 2007. ‘Investigating the Impact on Students’ Learning Using Bloom’s Learning Taxonomy.’ *British Journal of Educational Technology* 38/6: 1126-1131.

O’ Neill, Geraldine. 2017. “It’s not Fair! Students and Staff Views on the Equity of the Procedures and Outcomes of Students. Choice of Assessment Methods.” *Irish Educational Studies*, 36/2: 221-236.

Pitt E. & Kathleen Quinlan. 2022. ‘Impacts of Higher Education Assessment and Feedback Policy and Practice on Students: A Review of the Literature 2016-2021. Impacts of higher education assessment and feedback policy and practice on students:

A review of the literature 2016-2021 - Kent Academic Repository(accessed 11/03/2023).

Ricoeur and Pellauer. 1995. ‘Love and Justice.’ *Philosophy and Social Criticism* 21 (5-6): 23 – 39.

# EDUCAÇÃO INFANTIL BASEADA EM VALORES PARA UM MUNDO MAIS INCLUSIVO, EQUITATIVO E CULTURALMENTE RESPONSIVO

Autor:

Charles Fowler, Coordenador Global do Dia Mundial dos Valores, Diretor da UK Values Alliance e Presidente da Human Values Foundation, Reino Unido

## DESTAQUES PRINCIPAIS

Nos últimos anos, houve um foco global sem precedentes e bem-vindo na ECE - Educação Infantil (UNESCO 2019; OMS 2018), mas como muita ECE carece de uma base de valores explícita, muitas vezes não desempenha o papel que poderia na promoção de sistemas educacionais mais inclusivos, equitativos e culturalmente responsivos.

Este capítulo explora como a incorporação de valores fundamentais, como respeito, cuidado e responsabilidade social, na ECE pode criar ambientes onde todas as crianças, independentemente de seu histórico, possam prosperar. A ECE baseada em valores promove a coesão social e mitiga disparidades desde cedo, estabelecendo uma base sólida para um desenvolvimento pessoal saudável.

## DESAFIOS

### MUDANÇAS SOCIAIS RÁPIDAS

No mundo globalizado de hoje, as crianças são expostas a várias normas culturais, crenças e práticas desde cedo. Isso pode levar à confusão e ao conflito à medida que as crianças encontram sistemas de valores diferentes. A mídia e a tecnologia amplificam essas influências, apresentando uma mistura de mensagens positivas e negativas. Essas rápidas mudanças sociais podem criar ambientes onde as crianças têm dificuldade em formar um conjunto coerente de valores e diretrizes éticas, levando a problemas comportamentais e dificuldades nas interações sociais (Shonkoff & Phillips, 2000).

### DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

As desigualdades educacionais impedem significativamente a eficácia da Educação Infantil. Muitas crianças, especialmente aquelas de comunidades marginalizadas, não têm acesso a uma educação infantil de alta qualidade. Isso resulta em oportunidades desiguais para desenvolver valores fundamentais que promovem a coesão social e o crescimento pessoal. As inequidades em recursos educacionais, qualidade dos professores e ambientes de aprendizagem agravam esse problema, impedindo que crianças em desvantagem recebam o mesmo nível de educação que seus colegas mais

privilegiados (Heckman, 2008).

**Necessidades de Desenvolvimento em Evolução**  
As necessidades de desenvolvimento das crianças pequenas estão evoluindo rapidamente, e o sistema educacional muitas vezes luta para acompanhar esse ritmo. Os currículos tradicionais de educação infantil podem não abordar adequadamente o desenvolvimento emocional, social e ético, que é crucial nos primeiros anos. O reconhecimento crescente da aprendizagem social e emocional destaca a necessidade de que os sistemas educacionais incorporem esses elementos juntamente com a instrução acadêmica. A educação baseada em valores pode atender a essa necessidade de forma eficaz (Arthur et al., 2016), mas ainda não é amplamente adotada, e muitos educadores carecem de formação e recursos para integrar a aprendizagem baseada em valores em suas práticas de ensino, resultando em uma implementação e resultados inconsistentes (Lovat et al., 2010).

### Responsividade Cultural

Garantir a responsividade cultural na educação infantil é um desafio significativo. Em sociedades diversas, os sistemas educacionais muitas vezes lutam para respeitar diferentes contextos culturais. Estruturas tradicionais podem priorizar certas normas e valores culturais em detrimento de outros, levando à falta de representação e inclusão para grupos minoritários. Isso pode resultar em crianças de diferentes origens se sentindo alienadas ou desvalorizadas, impactando negativamente seu envolvimento, autoestima e desempenho acadêmico geral (Banks, 2016). Além disso, os educadores podem carecer da formação e dos recursos necessários para integrar práticas culturalmente responsivas em seu ensino. Essa lacuna perpetua preconceitos sistêmicos e dificulta o desenvolvimento de um ambiente de aprendizagem inclusivo.

### Formação Insuficiente em Educação de Valores para Praticantes de Educação Infantil

Pesquisas indicam que professores de pré-escola e jardim de infância frequentemente enfrentam dificuldades para incluir a aprendizagem baseada em valores nas atividades cotidianas devido à falta de formação e ferramentas. Ao contrário de disciplinas como matemática ou artes, valores (e as áreas relacionadas de ética ou desenvolvimento moral) são

menos enfatizados nos programas de formação de professores. Crianças em programas de educação pré-escolar raramente recebem cursos focados em valores, ética ou desenvolvimento moral, e quando o fazem, esses cursos muitas vezes não são obrigatórios. Essa lacuna na preparação dos professores resulta em educadores se sentindo mal preparados para abordar de forma eficaz as dimensões de valores, morais e éticas da educação infantil (Marinko et al.).

## **SOLUÇÕES**

A educação infantil baseada em valores oferece soluções abrangentes para enfrentar os inúmeros desafios enfrentados pelos sistemas educacionais tradicionais. Essas soluções se concentram em inclusividade, igualdade, responsividade cultural e desenvolvimento holístico, juntamente com uma formação aprimorada para os professores e o envolvimento da comunidade.

### **EDUCAÇÃO BASEADA EM VALORES E DESENVOLVIMENTO HOLÍSTICO**

A educação baseada em valores nutre a criança como um todo, integrando o aprendizado cognitivo, emocional, social e ético. Essa abordagem holística não apenas prepara as crianças academicamente, mas também aprimora suas competências emocionais e sociais. Ela promove qualidades essenciais, como respeito, empatia e responsabilidade social, estabelecendo uma forte base moral e apoiando a saúde mental ao ensinar habilidades de vida cruciais, como gerenciar emoções e construir relacionamentos positivos. Essas habilidades ajudam as crianças a se tornarem cidadãos empáticos, responsáveis e engajados, promovendo sociedades justas e harmoniosas (Lovat, 2010; Shonkoff & Phillips, 2000).

### **PROMOVENDO INCLUSIVIDADE E IGUALDADE**

Essa abordagem educacional cria ambientes inclusivos onde cada criança se sente valorizada e respeitada. Ao entrelaçar valores fundamentais no currículo, ela quebra barreiras sociais e promove o respeito mútuo e a cooperação. A educação baseada em valores desafia ativamente as desigualdades sistêmicas e as práticas tendenciosas, garantindo

acesso equitativo a oportunidades e recursos para todas as crianças (Lovat et al., 2009; Adiba et al., 2023).

## **APOIO À RESPONSABILIDADE CULTURAL**

A educação baseada em valores é crucial para promover ambientes educacionais culturalmente responsivos. Ela promove o respeito por diferentes origens culturais, ajudando crianças de várias culturas a se sentirem valorizadas e aumentando seu envolvimento e pertencimento. A integração de valores culturais locais e línguas torna a educação mais relevante e significativa, apoiando o sucesso acadêmico de crianças de origens diversas e promovendo a coesão social (Lovat et al., 2009).

### **APRIMORAMENTO DA COMPETÊNCIA EMOCIONAL E SOCIAL**

A educação baseada em valores desenvolve habilidades emocionais e sociais juntamente com as habilidades cognitivas. Programas que incorporam o aprendizado social e emocional demonstraram melhorar significativamente a regulação emocional e as habilidades interpessoais das crianças, que são essenciais para construir relacionamentos positivos, gerenciar o estresse e navegar com sucesso em desafios sociais. Essas competências são vitais para o bem-estar geral das crianças e seu sucesso futuro (Greenberg et al., 2003; Lovat, 2010).

### **FORMAÇÃO APRIMORADA DE PROFESSORES**

Uma educação baseada em valores eficaz requer educadores bem treinados, habilitados a integrar valores fundamentais em seu ensino. Programas de formação de professores aprimorados desenvolvem as capacidades dos educadores para promover ambientes de aprendizado inclusivos, respeitosos e culturalmente responsivos. Esses programas também enfatizam estratégias para promover o aprendizado social e emocional, garantindo que os professores estejam preparados para atender às diversas necessidades dos alunos e implementar currículos baseados em valores de forma eficaz (Nucci et al., 2014; Lovat et al., 2010).

O projeto Erasmus+ destaca a importância de preparar melhor os professores de pré-escola em ética e desenvolvimento moral. Integrar cursos

obrigatórios sobre valores e educação moral nos programas de formação de professores é essencial para capacitar os educadores a se sentirem confiantes e competentes nessa área crítica (Marinko et al., 2020).

### ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE E DOS PAIS

Além da sala de aula, a educação baseada em valores envolve os pais e a comunidade mais ampla. Pais e membros da comunidade engajados ajudam a reforçar os valores ensinados na escola, oferecendo orientações consistentes sobre comportamentos importantes. Organizar oficinas, criar programas voltados para a família e incentivar atividades de serviço comunitário são maneiras de as escolas promoverem esse envolvimento, nutrindo ainda mais o desenvolvimento das crianças (Noddings, 2005; Nucci et al., 2014; Berkowitz & Bier, 2005).

### RECOMENDAÇÕES

Para os formuladores de políticas nacionais em todo o mundo, priorizar a adoção e a promoção da educação infantil baseada em valores é essencial. Aqui estão recomendações simplificadas para facilitar esse processo:

1. Integrar a Educação Baseada em Valores nos Currículos Nacionais: Tornar obrigatória a inclusão da educação baseada em valores nos currículos da infância em escolas e creches/jardins de infância. Focar em valores centrais como respeito, compaixão e responsabilidade social.
2. Oferecer Desenvolvimento Profissional para Educadores: Investir em programas de formação abrangentes para capacitar os educadores com as habilidades e conhecimentos necessários para a implementação eficaz da educação baseada em valores. Enfatizar a inclusão, a responsividade cultural e a aprendizagem socioemocional na formação.
3. Promover Práticas Inclusivas e Culturalmente Responsivas: Incentivar as instituições educacionais a adotarem práticas que sejam inclusivas e culturalmente responsivas, apoiando representações culturais diversas no currículo e nos ambientes de aprendizagem.
4. Alocar Recursos de Forma Equitativa: Garantir a distribuição equitativa de recursos em todos

os ambientes educacionais, fornecendo financiamento adequado para escolas em comunidades marginalizadas e apoiando iniciativas que promovam a igualdade e a inclusão.

5. Fomentar o Engajamento da Comunidade e das Famílias: Desenvolver iniciativas que envolvam famílias e comunidades no processo educacional, ampliando o impacto da educação baseada em valores e fortalecendo as conexões entre a casa e a escola.
6. Monitorar e Avaliar o Progresso: Estabelecer mecanismos para monitorar e avaliar a eficácia dos programas de educação baseada em valores, utilizando avaliação contínua e feedback para refinar e melhorar essas iniciativas para todas as crianças.

### REFERENCIAS

- Adiba, L.F.,Zahrudin, Z., Bahrissalim, B., (2023). Value Based Education to Develop Attitude of Inclusive. Jurnal Dimensi Pendidikan dan Pembelajaran
- Arthur, J., Kristjánsson, K., Harrison, T., Sanderse, W., & Wright, D. (2016). Teaching Character and Virtue in Schools. Routledge.
- Banks, J. A. (2016). Cultural diversity and education. Routledge.
- Berkowitz, M. W., & Bier, M. C. (2005). What works in character education: A research-driven guide for educators (pp. 16-17). Character Education Partnership.
- Gay, G. (2000). Culturally Responsive Teaching: Theory, Research and Practice. Teachers College Press
- Greenberg, M. T., Kusche, C. A., Cook, E. T., & Quamma, J. P. (2003). Promoting Emotional Competence in School-Aged Children: The Effects of the PATHS Curriculum. Development and Psychopathology, 6(1), 117-136.
- Heckman, J. J. (2008). Schools, skills, and synapses. National Bureau of Economic Research
- Lovat, T., Toomey, R., Clement, N., Crotty, R., & Nielsen, T. W. (2009). Values Education, Quality Teaching and Service Learning: A Troika for Effective Teaching and Teacher Education. Terrigal, NSW: David Barlow Publishing.
- Lovat, T. (2010). Values education and holistic learning: Updated research perspectives. International Journal of Educational Research 50(3), 148-152

- Lovat, T., Toomey, R., Dally, K., Clement, N., & Toomey, R. (2010). *Values Education and Quality Teaching: The Double Helix Effect*. Springer.
- Marinko, I., Marinko, J., Istenič, V., Alič, C., Benec Čuk, E., Burjek, J., Emeršič, M., Ipavec, N., Jerina, M., Kržič, K., Le Roux, N., Nidorfer, A., Opeka, T., Rezan, G. R., Slakan, U., Ünlükahraman, G., Zori, N., & Zrimšek, P. (2020). *Values for Preschool Children*. Erasmus+ Project.
- Noddings, N. (2005). *The Challenge to Care in Schools: An Alternative Approach to Education*. Teachers College Press.
- Nucci, L., Narvaez, D., & Krettenauer, T. (2014). *Handbook of Moral and Character Education* (pp. 254-256). Routledge.
- Shonkoff, J. P., & Phillips, D. A. (2000). *From neurons to neighborhoods: The science of early childhood development*. National Academies Press.
- UNESCO. (2019). *Global education monitoring report*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- WHO. (2018). *Mental health: Strengthening our response*. World Health Organization.

# PERSPECTIVAS ANCESTRAIS: INCORPORANDO SISTEMAS DE CONHECIMENTO INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO MODERNA

Autores

Devika Shekhawat, Índia, Diretora, The Global Education  
and Leadership Foundation (tGELF)

Karn Kasturi Sharma, Índia, Associado, The Global Education  
and Leadership Foundation (tGELF)

### FRASES DE ABERTURA

O setor educacional está sujeito a um escrutínio e discussão contínuos, com um consenso crescente de que ele precisa evoluir. Uma das principais ideias é que o setor educacional deve começar a integrar Sistemas de Conhecimento Indígena (IKS) que contêm ensinamentos tradicionais baseados em valores e abordam desafios modernos, como sustentabilidade, inclusão e equidade social. Isso permitirá que alunos de todas as idades desenvolvam as habilidades necessárias para enfrentar os desafios globais do mundo atual. Para isso, os sistemas educacionais devem incluir componentes de IKS nos cursos obrigatórios e estabelecer Autoridades IKS dedicadas.

### DESAFIO GLOBAL

Integrar Sistemas de Conhecimento Indígena (IKS) ao currículo educacional aborda vários problemas importantes. Atualmente, a maioria das políticas nacionais frequentemente negligencia as epistemologias únicas do conhecimento indígena, o que leva à invisibilidade de grupos minoritários e limita as experiências de aprendizado dos estudantes. Isso desconecta o aprendizado do patrimônio cultural e resulta na perda de experiências sociais que poderiam oferecer alternativas a perspectivas dominantes. Além disso, a falta de diálogo entre visões de mundo indígenas e não-indígenas impede a criação de um ambiente educacional inclusivo. O conhecimento tradicional é crucial para as comunidades locais em decisões sobre alimentação, segurança, educação, saúde e gestão de recursos naturais, servindo como um elemento vital do capital social, especialmente para comunidades economicamente desfavorecidas. Para ser verdadeiramente libertadora, a educação deve focar em contextos relevantes e sistemas de conhecimento local, ajudando as comunidades a se adaptar e prosperar em uma economia mundial em rápida mudança.

No entanto, integrar os Sistemas de Conhecimento Indígena (IKS) apresenta múltiplos desafios, enraizados em barreiras práticas e institucionais. O principal problema é o processo demorado de desenvolver um currículo que autenticamente represente os IKS, exigindo uma extensa consulta com comunidades indígenas. Esse processo demanda tempo

significativo e esforços para construir confiança. Além disso, é essencial um programa abrangente de capacitação de professores, pois eles precisam de habilidades para transmitir os ensinamentos de IKS de maneira eficaz. Esse treinamento exigirá também um investimento substancial de tempo e recursos, além de uma mudança no modelo educacional atual para valorizar abordagens de aprendizado holísticas e experienciais.

A resistência institucional complica ainda mais esses esforços. Muitas instituições acadêmicas estão profundamente enraizadas em currículos de perspectiva ocidental, criando barreiras para a aceitação e integração dos Sistemas de Conhecimento Indígena (IKS). Superar essa resistência exige educar e persuadir as partes interessadas sobre os benefícios dos IKS. Manter a autenticidade do conhecimento tradicional, especialmente durante a tradução, representa outro desafio crítico. As nuances e contextos culturais inseridos nas línguas indígenas são difíceis de transmitir com precisão, correndo o risco de interpretações errôneas. Transmitir o conhecimento indígena em idiomas nativos é essencial para preservar a integridade cultural, mas isso requer educadores fluentes e recursos multilíngues, que muitas vezes são escassos.

Os métodos de avaliação atuais também são inadequados para avaliar a educação baseada nos Sistemas de Conhecimento Indígena (IKS). Métodos tradicionais, projetados para conhecimentos teóricos e padronizados, não se alinham com a natureza experiencial dos IKS. Novas metodologias de avaliação precisam ser desenvolvidas em colaboração com educadores indígenas para garantir adequação cultural e eficácia.

### SOLUÇÃO PROPOSTA

Para integrar eficazmente os Sistemas de Conhecimento Indígena (IKS) nos sistemas formais de educação, diversas medidas estratégicas podem ser implementadas. Uma abordagem central é a inclusão de componentes dos IKS em disciplinas obrigatórias e cursos com créditos em níveis de ensino superior, conforme defendido em uma recente discussão acadêmica organizada pelos Ministérios da Educação e de Desenvolvimento de Competências e Empreendedorismo da Índia. Iniciativas como

essa garantem que estudantes de várias disciplinas interajam diretamente com perspectivas indígenas, promovendo uma compreensão mais profunda da diversidade cultural e da gestão ambiental. Além disso, a integração de referências multilaterais dos IKS nos currículos, provenientes de culturas com valores complementares, pode proporcionar uma experiência educacional mais holística. Por exemplo, a experiência brasileira demonstra como a educação escolar indígena em São Paulo e no Mato Grosso do Sul serve como espaços de contestação, onde a incorporação do conhecimento local enriquece o currículo e fortalece as comunidades indígenas.

Os governos desempenham um papel fundamental na institucionalização dessas mudanças, estabelecendo autoridades dedicadas aos IKS, como a Divisão de Sistemas de Conhecimento Indígena da Índia, responsável pela curadoria de repositórios de conhecimento indígena e pelo treinamento de professores. Essas autoridades não apenas protegem o conhecimento tradicional, mas também garantem sua comunicação eficaz nos sistemas educacionais. Além disso, o desenvolvimento de programas de aprendizagem baseados em habilidades e experiências pode oferecer aos alunos uma exposição prática aos IKS, diminuindo a distância entre teoria e aplicação no mundo real. Tais iniciativas estão alinhadas com reformas educacionais globais que enfatizam a integração de habilidades práticas juntamente com o conhecimento acadêmico.

A colaboração internacional também desempenha um papel significativo no avanço da integração dos IKS. Esforços colaborativos com instituições que oferecem bolsas de estudo, como as da Associação de Nações do Sudeste Asiático, facilitam trocas acadêmicas focadas em temas indígenas, enriquecendo paradigmas educacionais globais. Essas parcerias possibilitam a adaptação de práticas indígenas diversas aos desafios contemporâneos, garantindo relevância e aplicabilidade em diferentes contextos culturais. Além disso, lições do sistema educacional Maori na Nova Zelândia demonstram como a integração de perspectivas indígenas promove orgulho cultural e sucesso acadêmico.

Uma abordagem de política centrada no ser humano e nos valores fundamenta esses esforços, enfatizando o valor intrínseco do conhecimento indígena

para moldar metas de desenvolvimento sustentável e promover resiliência cultural. Ao incorporar valores como a responsabilidade ambiental e a solidariedade comunitária como orientadores do comportamento humano, as políticas educacionais podem cultivar uma geração de cidadãos culturalmente competentes e ambientalmente conscientes. Isso é reforçado por opiniões acadêmicas sobre a Política Nacional de Educação da Índia de 2020 (NEP 2020), que sugerem que integrar tais valores aos currículos educacionais não apenas aprimora os resultados acadêmicos, mas também fomenta um senso de responsabilidade coletiva em relação aos desafios ambientais e sociais.

A inovação está no cerne dessas soluções propostas. Ao se diferenciar das abordagens educacionais tradicionais, que muitas vezes subestimam as perspectivas indígenas, essas iniciativas buscam criar ambientes de aprendizado inclusivos que celebrem a diversidade cultural. Contudo, é fundamental reconhecer as limitações. Desafios como a resistência dos modelos educacionais estabelecidos e a necessidade de financiamento e apoio institucional contínuos precisam ser enfrentados para garantir o sucesso a longo prazo dos esforços de integração dos IKS.

### RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA

Ao buscar o objetivo de integrar os Sistemas de Conhecimento Indígena (IKS) na educação formal, o G20 deve considerar as seguintes ações:

1. Os Estados-membros devem implementar componentes obrigatórios de IKS nos cursos de educação superior em todas as disciplinas, com um cronograma claro para a integração:

- a. Lançar programas que ofereçam exposição prática a IKS, conectando teoria e aplicação no mundo real. Essas iniciativas devem estar alinhadas com os ODS 4, 11 e 13, especialmente:

- i. Os sistemas educacionais devem considerar a criação de instituições de ensino superior especializadas que ofereçam cursos baseados em IKS, os quais tenham como fundamento a aplicação prática do conhecimento indígena na conservação ambiental e na colaboração entre comunidades.

- ii. Além disso, o modelo de Programas de Ciências Integrativas, que reúnem princípios da

ciência convencional e indígena durante os esforços de pesquisa (anteriormente implementado na Cape Breton University, no Canadá), deve ser considerado para adoção nos sistemas de ensino superior.

b. Propor políticas dentro das assembleias legislativas locais que sejam representativas de IKS e que destaquem a importância da gestão ambiental, como:

i. Estabelecer um sistema de concessão que forneça suporte financeiro às comunidades indígenas para projetos de gestão ambiental que apliquem conhecimentos tradicionais na conservação da flora e fauna locais.

2. Os governos devem estabelecer órgãos dedicados, como a Divisão de Sistemas de Conhecimento Indígena, para curar repositórios de conhecimento indígena e fornecer formação de professores.

a. Esses órgãos devem facilitar intercâmbios acadêmicos sobre temas indígenas por meio de parcerias com instituições multilaterais/globais que ofereçam bolsas de estudo.

Métricas-chave para medir o impacto incluem o número de instituições que adotam cursos baseados em IKS, o estabelecimento de autoridades de IKS, o desenvolvimento de programas de aprendizagem experiencial e a formação de parcerias internacionais.

## REFERENCIAS

1. †: Indian Knowledge Systems :: (Accessed 23 May, 2024). <https://iksindia.org/index.php>.
2. †: Indian Knowledge Systems :: (Accessed 23 May, 2024). <https://iksindia.org/iks-wiki.php>
3. †: Indian Knowledge Systems :: (Accessed 23 May, 2024). <https://iksindia.org/courses-offered-by-iks-centers.php>
4. †loris, A.A.R. et al. (2022) 'Indigenous school education as contested spaces: The Brazilian experience in São Paulo and Mato Grosso do Sul,' the Australian Journal of Indigenous Education, 51(2). <https://doi.org/10.55146/ajie.v51i2.5>.
5. †Mello, R.R., De Souza, M.M. and Palomino, T.J. (2018) 'Indigenous school education in Brazil,' Oxford Research Encyclopedia of Education [Preprint]. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264093.013.244>.
6. †National Steering Committee for National

Curriculum Frameworks (2023) National Curriculum Framework for School Education. [https://www.education.gov.in/sites/upload\\_files/mhrd/files/NCF-School-Education-Pre-Draft.pdf](https://www.education.gov.in/sites/upload_files/mhrd/files/NCF-School-Education-Pre-Draft.pdf).

7. †Nic, L.P. (2023) Thematic Session | Government of India, Ministry of Education. <https://www.education.gov.in/nep/indian-knowledge-systems>.

8. AKHIL BHARTIYA SHIKSHA SAMAGAM 2023 (2023) Thematic Session 15 Indian Knowledge Systems. [https://www.education.gov.in/sites/upload\\_files/mhrd/files/nep/ABSS\\_Report\\_Session\\_15.pdf](https://www.education.gov.in/sites/upload_files/mhrd/files/nep/ABSS_Report_Session_15.pdf).

9. †S, N.M. and M, N.S. (2023) 'Harmonizing indigenous knowledge systems to the Indian educational philosophies for quality education: A review study,' World Journal of Advanced Research and Reviews, 21(3), pp. 2177–2185. <https://doi.org/10.30574/wjarr.2024.21.3.0940>.

10. †View of Integrating Traditional Indian Knowledge into the Education System (2024). <https://www.propulsiontechjournal.com/index.php/journal/article/view/4758/3257>.

11. Van Driessche, R.E. (2013) INDIGENOUS KNOWLEDGE: A LOOK AT THE MĀORI IN A MODERN DAY EDUCATION SYSTEM, University of Wisconsin- La Crosse.

12. Madlela, B. (2023) 'Prospect and challenges of integrating indigenous knowledge systems into the Natural Science curriculum in schools,' Eureka, Social and Humanities./Eureka, Social and Humanities, (3), pp. 3–19. <https://doi.org/10.21303/2504-5571.2023.002867>.

13. Da Silva, C., Pereira, F. and Amorim, J.P. (2023) 'The integration of indigenous knowledge in school: a systematic review,' Compare, pp. 1–19. <https://doi.org/10.1080/03057925.2023.2184200>

14. Bartlett, C., Marshall, M., & Marshall, A. (2012). "Two-Eyed Seeing and other lessons learned within a co-learning journey of bringing together Indigenous and mainstream knowledges and ways of knowing." Journal of Environmental Studies and Sciences, 2(4), 331-340

# EDUCAÇÃO PARA O FUTURO DA HUMANIDADE: TRANSFORMANDO A EDUCAÇÃO, REALIZANDO A METAMORFOSE SOCIAL NO ESPELHO DE TAMKEEN

Autores

Hendrik Backerra, Fundador da Hendrik Backerra Consulting GmbH, Berlim, Alemanha (hb@hendrikbackerra.de)

Karima Kadaoui, Co-Fundadora e Presidente Executiva da Tamkeen Community Foundation for Human Development, Tânger, Marrocos, e membro pleno do Clube de Roma (k.kadaoui@tamkeencommunity.org)

Dr. Louis Klein, Reitor da European School of Governance (EUSG), Berlim, Alemanha, e Secretário-Geral da International Federation for Systems Research (IFSR), Viena, Áustria (louis.klein@eusg.org)

## INTRODUÇÃO

Uma Comissão Especial para o Modelo de Desenvolvimento do Marrocos (CSMD) foi criada sob as diretrizes de SM o Rei Mohamed VI, em dezembro de 2019, para co-criar as condições para o surgimento de um processo societal; a co-criação de um novo modelo de desenvolvimento (NMD) pela própria sociedade, ancorada em sua identidade e história, visando uma sociedade de democracia, abertura, inclusão, equidade, diversidade, prosperidade, florescimento humano e sustentabilidade, emanando do potencial liberado da sociedade e contribuindo para o progresso global. (Benjelloun & Fleming, 2023; Cardarelli & Koranchelian, 2023; CSMD - COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO, 2021).

O NMD não é um plano mestre a ser implementado. Em vez disso, expressa uma intenção enraizada na confiança em nosso potencial humano e na humanidade compartilhada, e uma direção para uma auto-realização societal multipath coesa, expressa por todos os seus sistemas sociais, incluindo a educação. Como tal, potencialmente facilita as condições contextuais para uma transformação orgânica, emergente, silenciosa e metamórfica que realiza uma sociedade humanizadora, manifestando a co-florescimento humano e a harmonia social.

Os processos testemunhados de transformação do sistema educacional no Marrocos - desde a educação infantil até o ensino médio, passando pela educação profissional e superior até a aprendizagem ao longo da vida – emergem neste campo ampliado de possibilidades e novos possíveis co-imaginados. Co-refletindo e co-facilitando os processos de transformação auto-facilitados com o ecossistema educacional no espelho do Tamkeen (Kadaoui et al., 2023; Klein, 2024; Klein et al., 2022; Klein & Kadaoui, 2021, 2023, 2024; Tamkeen, 2022), percebemos que o NMD incorpora implicitamente as qualidades potenciais, processuais e essenciais do “como” da co-criação das condições de sua emergência; a transformação metamórfica da educação e da sociedade co-cria condições para o seu desenvolvimento baseado em valores, interconectado e interdependente, para o futuro da humanidade.

## DESAFIOS

### 1. A maneira como entendemos a educação

Por muito tempo, a empregabilidade foi o marco dos esforços educacionais, refletida em uma pedagogia que se concentra na instrução de conhecimento e habilidades para que a criança possa competir em um mercado de trabalho cada vez mais ameaçado, não apenas pela IA. As métricas correspondentes verificam o rendimento dos grupos educacionais e inspecionam sua qualidade. E quando as métricas não correspondem às metas, chamamos por reformas no compartimento social que chamamos de sistema educacional.

No entanto, tudo isso se insere no contexto mais amplo das facetas da policrise. Com as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade, guerras, desumanização brutal e deterioração da saúde mental, estamos vivenciando uma crise extraordinária da humanidade. Chegamos a uma bifurcação que pode levar à extinção da humanidade ou a uma abertura para a cura global.

A educação pode e deve representar a resposta para as perguntas de como aprender a reconhecer e realizar nossa humanidade compartilhada. Como, além de aprender, podemos expandir nossa compreensão humana? Como co-criar futuros regenerativos de co-florescimento para todos? Ela pode e deve se tornar uma educação expressa em toda a sua diversidade para o futuro da humanidade.

### 2. A maneira como pensamos sobre mudança

Principalmente, pensamos na mudança como linear e instrumental, em uma abordagem de gerenciamento de projetos, acompanhada por uma sensação de agência que deseja controlar a implementação de um determinado plano para alcançar um objetivo estabelecido. É necessário buscar o apoio e identificar a resistência; é preciso criar impulso, alcançar uma massa crítica, escalar e acelerar. Isso sugere um esforço rápido em direção a um fim. Esse paradigma de pensamento frequentemente está no centro das abordagens de gerenciamento de projetos, bem como nas abordagens sistêmicas que abordam pontos de alavancagem ou até mesmo mudanças de mentalidade. Além

disso, nosso viés de negatividade e nossa perspectiva baseada em déficits sobre nossas realidades limitam nossa compreensão do nosso processo de transformação em desenvolvimento.

Esse conceito de mudança se insere em um mundo em constante transformação. A ubiquidade da transformação orgânica e silenciosa surge como uma perturbação em nossos planos de mudança. Ao buscar a mudança, lutamos contra a transformação, esgotamos nossos recursos e nos exaurimos. Nossas teorias de mudança inibem a navegação por sua complexidade e a captação de seu impulso. A transformação não pode ser controlada, imposta ou prescrita.

### 3. A forma como realizamos valores

O que valorizamos é um reflexo de como nos valorizamos. Nos valorizamos da maneira como entendemos que somos valorizados. Valorizamos aquilo que aprendemos a dar valor. Somos instruídos, de forma implícita ou explícita, a buscar valor fora de nós mesmos, em nossas conquistas e suas expressões em comparação com os outros: as melhores notas, a maior riqueza, poder ou status. Nosso locus de valor, individual e coletivo, está deslocado.

O apelo por uma gestão e formulação de políticas baseadas em valores tenta fazer um contrabalanço. No entanto, muitas vezes pode parecer um complemento mapeado e organizado em hierarquias. Acabamos em lutas axiológicas entre o valor certo e o valor melhor.

Os valores não são para serem escolhidos, mas sim reconhecidos no que nossas vidas, nossas experiências vividas, expressam e manifestam. Eles devem ser reconhecidos no que nutre nosso bem-estar relacional e co-florir, em nossa relação com a natureza viva, conosco mesmos e uns com os outros. Ao reconhecer e co-refletir, começamos a perceber os valores que valorizamos, moldando nosso senso de eu.

## SOLUÇÃO

### 1. Desenvolvendo uma compreensão compartilhada

A compreensão compartilhada cresce a partir da

experiência vivida co-refletida. Qual é a nossa compreensão compartilhada sobre educação, transformação e valores? Qual é a nossa compreensão sobre o crescimento de uma compreensão compartilhada? A pergunta é um convite à sociedade para um processo de inquérito, aprendizado e entendimento auto-reflexivo, co-refletindo experiências vividas. Nossa compreensão humana (como nos relacionamos uns com os outros) e nossa compreensão incorporada (como apreendemos e sentimos o mundo) crescem juntas, ampliam-se mutuamente e criam as condições umas das outras. Aprendemos a viver a pergunta em suas respostas, realizando nossa humanidade compartilhada.

Fomentar uma compreensão compartilhada a partir de experiências vividas co-refletidas reconhece nosso potencial imaneente de aprender, aprender a aprender e aprender a cocriar as condições para desenvolver uma compreensão compartilhada. É um processo de construção de significado baseado na comunidade dentro e além do sistema educacional, expressando nossa humanidade compartilhada. Em comunidades, escolas e nos órgãos reguladores dos sistemas educacionais, estudantes, professores, administradores e pais co-refletirão suas experiências vividas para cultivar uma compreensão compartilhada. Eles mudam a maneira da conversa e vivenciam a manifestação da transformação que sua compreensão compartilhada convida em uma transformação silenciosa, orgânica e metamórfica.

Nossa compreensão compartilhada em crescimento informa e molda nossas práticas de educação, transformação, governança e formulação de políticas. Em retorno, nossa compreensão compartilhada é informada e formada por nossas práticas co-refletidas de educação, transformação, governança e formulação de políticas.

### 2. Cocriar condições para a emergência

Um jardineiro está cocriando condições para a emergência, para que uma ecologia prospere e floresça. Um jardineiro está cocriando as condições para um ecossistema junto com o próprio ecossistema. Nos ecossistemas sociais, somos tanto o jardineiro quanto o jardim (Tamkeen, 2022). Ao cultivar uma compreensão compartilhada a partir

de experiências vividas co-refletidas, realizamos e reconhecemos o que é e o que poderia ser; co-criamos as condições para o crescimento de uma compreensão compartilhada e para o impulso que dela resulta.

Na transformação do sistema educacional marroquino, que abrange da educação infantil ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida, testemunhamos como, ao cultivar uma compreensão compartilhada a partir de experiências vividas co-refletidas, novos modelos e práticas educacionais estão emergindo. Novos modelos pedagógicos estão surgindo, assim como novos mecanismos e estruturas de governança. Novas ecologias escolares de florescimento emergem, bem como ecossistemas de aprendizagem e compreensão baseados na comunidade (CBLUES) que transcendem as antigas fronteiras entre a escola e as comunidades nas quais estão inseridas. Novos modelos de avaliação surgem e completam a paisagem existente de avaliação, ampliando o olhar sobre a experiência vivida e facilitando a navegação na transformação. Nesse contexto, o sistema educacional está facilitando suas próprias transformações, reconhecendo a vocação que reside no sistema e tornando isso uma condição explícita para o recrutamento futuro de professores.

Uma das manifestações desse processo de transformação é, além da consulta nacional que convida estudantes, professores e todos os envolvidos no sistema educacional a co-imaginar a escola desejada (Kadaoui et al., 2023), mais de 600 escolas primárias que se voluntariaram em 2023 para se tornarem escolas pioneiras e co-criar as condições para a ampliação da infraestrutura, da pedagogia eficaz e da qualidade da vida escolar para mais de 320.000 estudantes em um ambiente baseado em evidências. A crescente confiança subsequente e o senso sistêmico de autoeficácia encorajaram mais de 1.600 escolas (escolas primárias e de ensino médio) a se voluntariarem em 2024, alcançando um milhão de estudantes. O ritmo de difusão é constante e progressivo, com o objetivo de alcançar 70% das escolas em todo o país até 2026-2027. Em certas pequenas províncias, a taxa de escolas pioneiras pode chegar a quase 100%.

3. Realizando a transformação metamórfica

Uma transformação metamórfica é uma transformação além da forma, além das métricas, modelos e planos. É uma transformação de nossa compreensão compartilhada que informa e forma nossas práticas sociais. Podemos ainda reconhecer a transformação pela mudança nas métricas. No entanto, a transformação metamórfica é um processo que realiza e transforma suas próprias condições. Ela se realiza como um processo autossustentável.

A transformação metamórfica realiza não apenas a interação entre compreensão e prática, mas também realiza a propensão axiológica do próprio processo, sua Niya (ou seja, a intenção do coração). A experiência de co-refletir sobre experiências vividas é não apenas baseada na experiência, mas também orientada para relacionamentos. Ela afirma a humanidade. Convida a um aprofundamento das relações humanas, co-criando condições para a continuidade da conversa, realizando a humanidade que compartilhamos, reconhecendo e vivendo no presente os futuros da educação para o futuro da humanidade (relatório da UNESCO “Futuros da Educação – um novo contrato social”).

### RECOMENDAÇÕES

Em um processo de transformação metamórfica, o sistema educacional se reconhece como um ecossistema educacional humanizador para o futuro da humanidade. Reconhece-se como co-criador das condições para sua própria transformação em uma sociedade que aprende a aprender a co-criar as condições para sua própria transformação, realizando novos futuros possíveis. As condições podem ser reconhecidas e caracterizadas da seguinte forma e se desdobram com auto-similaridade nos diferentes ecossistemas educacionais, do micro ao macro e ao global:

- Desenvolvendo uma compreensão compartilhada a partir da co-reflexão sobre a experiência vivida da educação para o futuro da humanidade.
- Confiando em nosso potencial humano imanente e em nossa humanidade,
- Co-criando condições para a emergência de pedagogias relacionais, modelos de governança, mecanismos e estruturas, ecologias escolares de co-florir, currículos de formação de professores e administradores meta-pedagógicos (aprendendo a aprender a co-criar condições para a aprendizagem

com os aprendizes) que fomentem o amor pelo ensino.

- Ampliando o panorama da avaliação, unindo avaliações de desempenho ao reconhecimento e apreciação de processos, facilitando uma transformação orgânica e emergente.
- Reconhecendo o futuro no presente: as manifestações de um sistema educacional humanizador no presente.

Experimentar confiança, equidade e reciprocidade nas condições que co-criamos para uma transformação educacional para o futuro da humanidade permite que todos os envolvidos realizem e vivenciem o futuro no presente. Enquanto a transformação das manifestações institucionais leva seu tempo, viver confiança, equidade e reciprocidade no presente permite a experiência de co-florir e harmonia social hoje.

## REFERÊNCIAS

- Benjelloun, M., & Fleming, S. (2023, November 19). Morocco's Economy Has Become More Resilient. World Bank. <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/11/16/morocco-economy-has-become-more-resilient>
- Cardarelli, M. R., & Koranchelian, M. T. (2023). Morocco's Quest for Stronger and Inclusive Growth. International Monetary Fund.
- CSMD - SPECIAL COMMISSION ON THE NEW DEVELOPMENT MODEL. (2021). THE NEW DEVELOPMENT MODEL Releasing energies and regaining trust to accelerate the march of progress and prosperity for all. CSMD - Report. <https://csmd.ma/rapport-en>
- Kadaoui, K., Klein, L., & Backerra, H. (2023). REALISING A HUMANISING EDUCATION ECOSYSTEM IN THE MIRROR OF THE TAMKEEN APPROACH [Report to the G20 Summit]. V20 Group. [https://drive.google.com/file/u/0/d/1zDLhkpmMFAurqRdTVEPsLIWZ37qf5WGC/view?pli=1&usp=embed\\_facebook](https://drive.google.com/file/u/0/d/1zDLhkpmMFAurqRdTVEPsLIWZ37qf5WGC/view?pli=1&usp=embed_facebook)
- Klein, L. (2024). In the Mirror of Tamkeen: Governance and change in social ecosystems. forthcoming.
- Klein, L., & Kadaoui, K. (2021). Beyond the magic – growing our understanding of societal metamorphosis. European School of Governance - A Closer Look. <https://eusg.org/tamkeen/>
- Klein, L., & Kadaoui, K. (2023). Facilitating

Evaluation of Metamorphic Transformation in Social Ecosystem. Social Innovations Journal, 22. <https://socialinnovationsjournal.com/index.php/sij/article/view/6967>

Klein, L., & Kadaoui, K. (2024). Realising metamorphic transformation in the mirror of Tamkeen: Growing a shared understanding from co-reflected lived experiences. Systems Research and Behavioral Science, 41(5), forthcoming.

Klein, L., Kadaoui, K., & Backerra, H. (2022). REALISING A HUMANISING SOCIETY, TRUSTING OUR HUMANITY, REALISING THE EXISTENTIALITY OF LOVE - A META-POLICY FOR POLICIES VALUING AND TRUSTING OUR HUMANITY [Report to the G20 Summit]. V20 Group. <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.values20.org/wp-content/uploads/2022/11/V20-Realising-a-Humanising-Society-Paper.pdf>

Tamkeen. (2022, July 27). Tamkeen Community. <https://tamkeencommunity.org/>

UNESCO, UNESCO report "Futures of Education – a new social contract", <https://en.unesco.org/futuresofeducation/>.

# "POLICRISE" E A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO EVOLUTIVA

Autores:

Manuel Manga M.Ed Director Center for Evolutionary Leadership Founding consulting member Society for Organizational Learning. USA [www.evolutionleader.com](http://www.evolutionleader.com)

Miriam de Magdala Pinto / Brasil / Universidade Federal do Espírito Santo

### PRINCIPAIS DESTAQUES

Em um momento de grande confusão e sofrimento, causado por muitos problemas complexos ocorrendo simultaneamente, criando um impacto negativo, é conhecido como uma polícisis. Atualmente, o mundo está passando por uma polícisis sistêmica, que representa um verdadeiro perigo para a humanidade e a biosfera. Este artigo propõe uma solução para a polícisis, criando um novo sistema educacional para fomentar um novo cidadão global. Este novo sistema educacional é baseado na ideia de uma “Educação Evolutiva para a Cidadania Ética”.

### DESAFIOS

Os desafios sistêmicos do século XXI, como as mudanças climáticas, a inteligência artificial, a falta de democracia em certas partes do mundo e seu enfraquecimento em outras, a pobreza e a destruição ecológica, exigem um novo tipo de sistema educacional para olhar para o mundo e nutrir um novo tipo de ser humano-cidadão educado, não apenas no Brasil, mas para o mundo. Nossos antigos sistemas educacionais não estão funcionando adequadamente. Precisamos de algo novo para lidar com os desafios globais atuais. Esses desafios são:

1. Falta de investimento na educação de meninas. Em seu livro *Regeneration*, Paul Hawken (2021) descreve a necessidade da educação de meninas e diz: “A educação universal de meninas é o precursor essencial da plena equidade de gênero e do empoderamento das mulheres. Por si só, realizar o potencial das mulheres é o caminho mais importante para a regeneração planetária”.
2. Investimento insuficiente na educação de todas as crianças pobres que vivem no Sul Global. A atenção a este ponto é importante para garantir o direito universal ao conhecimento de todos.
3. A desigualdade no financiamento da educação para todos os cidadãos é uma prioridade máxima. Cristovam Buarque, ex-ministro da educação do Brasil, propôs o financiamento federal da educação para aumentar a qualidade do ensino em todo o país. Nos EUA, a educação pública é financiada com base nos orçamentos locais, o que contribui para a desigualdade entre os sistemas escolares em todo o país.
4. Necessidade de melhores investimentos em sociedades justas e sustentáveis. Entendemos

que isso pode ser alcançado ao incluir a dimensão do “aprender a ser” nos currículos de todos os níveis educacionais, além do atual foco quase exclusivo em “aprender a fazer”.

### SOLUÇÕES

Propomos um novo sistema de educação, intitulado “Educação Evolutiva para a Cidadania Ética”, como uma base para construir uma sociedade justa, sustentável e próspera para todos. Vemos a educação como a pedra angular de uma sociedade justa, sustentável e próspera.

Recomendamos um novo currículo educacional baseado em seis pilares de conhecimento para resolver nossos problemas sociais e ambientais.

Esses seis pilares são:

- Ciência-tecnologia;
- Humanidades-pensamento crítico;
- Sustentabilidade-ecologia;
- Domínio profissional (trilha de carreira);
- Cidadania-democracia; e
- Ontologia da linguagem, que é como os seres humanos constroem sua autoidentidade e realidades sociais por meio da linguagem e das conversas.

Apoiam esses seis pilares fundamentais de conhecimento seis valores-chave, que são:

- Liberdade;
- Ética;
- Aprendizado para a vida;
- Sustentabilidade;
- Solidariedade; e
- Prosperidade.

Esse novo sistema educacional, que é composto por seis pilares de conhecimento e seis valores, atuaria como um DNA social, contribuindo para a evolução mental e social do Brasil e de outras sociedades globais.

Esses seis pilares da educação e seis valores contribuiriam para o surgimento de um novo cidadão, que estaria melhor preparado para projetar sua

vida pessoal e se tornar mais competente em suas carreiras escolhidas. Ele ou ela se tornará mais ativo na formação da democracia e do futuro de suas comunidades, além de querer contribuir para um mundo mais justo e sustentável.

Esse novo e evoluído sistema educacional dará origem a um indivíduo mais engajado, que será conhecido em três áreas-chave:

1. Desenvolvimento pessoal ao longo da vida;
2. Desenvolvimento profissional ao longo da vida;
3. Desenvolvimento da cidadania – o surgimento de um indivíduo educado que é um cidadão ativo, desejando contribuir para o desenvolvimento e a evolução de comunidades justas, sustentáveis e prósperas, não apenas em seu próprio país, mas em todo o mundo.

## RECOMENDAÇÃO

Pedimos que o G20 considere a implementação deste novo sistema curricular baseado em valores em todas as nações do G20, tanto na educação privada quanto na pública. Os líderes do setor empresarial, da sociedade civil e do governo precisam estar envolvidos, tornando-se um novo tipo de educador, conhecido como “Educacionista”, um termo sugerido pelo Professor Cristovam Buarque. O “Educacionista” seria fundamental para contribuir para uma sociedade mais justa, sustentável e próspera para todos os cidadãos do mundo.

## REFERÊNCIAS

Existem muitos pensadores educacionais ao redor do mundo contribuindo com ideias e metodologias para sistemas educacionais melhores. Esses pensadores, seus livros e os projetos listados abaixo estão construindo sistemas rumo a um melhor sistema educacional global.

Buarque, Cristovam. *Jogados ao mar*. Rio de Janeiro: Lacre, 2024. Maturana, Humberto. *Emociones y Lenguaje en la Educacion y Politica*. 10th edition, Santiago de Chile: Ediciones Dolmen Ensayo, 2001.

Gyatso, Tensin. *His Holiness the Dalai Lama. Ethics for the New Millennium*. London: Little Brown, 1999

Freire, Paulo. *Pedagogy of the Oppressed*. 30th-anniversary ed. New York: Continuum, 2005.

Senge, Peter. *Schools That Learn (Updated and Revised): A Fifth Discipline Fieldbook for Educators, Parents, and Everyone Who Cares About Education*. New York: Crown Currency, 2012.

Andersen, Lene R. *Bildung: Keep Growing*. Denmark:Scandinavian Book,, 2020

Goleman, Daniel; Senge, Peter. *Triple Focus: A New Approach to Education*. Western Massachusetts: More than sound, 2014.

Hawken, Paul. *Regeneration: ending the climate crisis in one generation*. London: Penguin Books, 2021

Rodrigues, Coral Regí. Interview to Infobae in 17 Sep, 2024. Access in 03 Oct, 2024. Available at: <https://www.infobae.com/educacion/2024/09/17/coral-regi-la-transformacion-escolar-debe-estar-bien-fundamentada-y-sostenerse-en-el-tiempo/>

Cisternas, Arnoldo. *Fundacion Nueva Educacion*. Available at: [www.nuevaeducacion.org](http://www.nuevaeducacion.org). Access in 03 Oct 2024.

# EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA COM UMA MENTALIDADE BASEADA EM VALORES E HABILIDADES PARA A VIDA, PARA COMUNIDADES INCLUSIVAS

Autora:

Minal Kering / Índia / Country Ambassador for India - World Values  
Day, and Member- GAVE (Global Alliance for Values-based  
Education)

### PRINCIPAIS DESTAQUES

A mudança é constante e o mundo hoje está mudando em um ritmo cada vez mais acelerado do que nunca. Com o aumento das complexidades no século XXI, é imperativo que, como comunidades globais, nos equipemos com valores e habilidades para a vida, a fim de gerenciar melhor a nós mesmos e nossos relacionamentos com nossas comunidades. Uma das maneiras de fazer isso é começar a evoluir os sistemas educacionais tradicionais, que são focados em modelos de aprendizagem ultrapassados, avaliações estruturadas e modelos de graduação. Há uma necessidade crítica de atualizar essas práticas de aprendizagem.

Este artigo aprofunda a noção de sistemas educacionais transformadores, para capacitar indivíduos desde cedo, com uma mentalidade baseada em valores. Isso inclui as habilidades e conhecimentos necessários para se tornarem cidadãos éticos e responsáveis, capazes de se engajar positivamente com suas respectivas comunidades.

### DESAFIOS

Os sistemas educacionais globais precisam criar ambientes de aprendizagem melhores, inovadores, criativos e colaborativos. Isso ajudará a capacitar indivíduos com valores e habilidades para a vida, para que possam prosperar em suas respectivas comunidades. Isso, por sua vez, apoiará as comunidades a se tornarem muito mais inclusivas, socialmente equitativas e positivamente transformadoras para o bem-estar individual e comunitário como um todo.

A evolução desses modelos educacionais deve mudar do conceito de aquisição de informações para um foco na incorporação de valores essenciais vitais que equiparão os estudantes com capacidades de tomada de decisão ética e responsável em suas vidas.

- Aceitação dos sistemas educacionais em evolução por todas as partes interessadas:
  - o Em muitos países, certos sistemas educacionais antigos e rígidos ainda estão em vigor. As políticas utilizadas para implementar tais métodos precisam evoluir de acordo com os tempos em mudança, e os sistemas educacionais também

precisam ser redesenhados para atender às exigências das partes interessadas.

o Modelos educacionais transformadores são diferentes em comparação aos métodos tradicionais baseados em informações, e sua aceitação por educadores, facilitadores, alunos e famílias é crucial para o sucesso.

- Inclusão

o As maiores barreiras para ambientes de aprendizagem inclusivos são a diversidade e a singularidade cultural dos indivíduos e de suas comunidades.

o Os diferentes estilos de aprendizagem e necessidades dos indivíduos dificultam o desenvolvimento de um design único para a aprendizagem.

o Barreiras adicionais, como diferenças físicas, mentais, sociais, culturais e econômicas, dificultam o suporte a ambientes de aprendizagem inclusivos.

- Avaliação:

o A avaliação tradicional baseada em processos quantitativos pode não ser capaz de medir o crescimento dos valores e do caráter dos alunos.

o Portanto, novos modelos de avaliação que se concentrem nas habilidades qualitativas do caráter de um aluno e na mentalidade baseada em valores devem ser incorporados.

- Implementação bem-sucedida:

o Variáveis como disparidade socioeconômica e diversidade cultural e religiosa representam um grande desafio na implementação e na disseminação de novos modelos.

o Além disso, garantir um processo de implementação estruturado que se propague do nível nacional ao estadual, até as menores comunidades, em países maiores, é um grande desafio para avançar com sucesso em direção a novos sistemas educacionais.

### SOLUÇÕES

- Ambiente seguro e de confiança para aceitar mudanças:
  - o A resistência à mudança por parte dos

Líderes deve ser compreendida e desafiada quando necessário, para ajudar a avançar em direção à nova abordagem educacional.

o Construir confiança e credibilidade na mente dos alunos, professores, pais e outros stakeholders sobre a intenção positiva e os benefícios do novo sistema é crucial para a aceitação bem-sucedida dos novos métodos.

o Incentivar métodos e ideias colaborativas entre todos os stakeholders da comunidade ajudará as pessoas a abraçar os novos sistemas educacionais de forma mais fácil.

- Educação inclusiva:

o Criar métodos e ferramentas de aprendizagem universais, aplicáveis a todos os alunos, independentemente de sua diversidade em cultura, contextos socioeconômicos, capacidades individuais, etc., garantirá a máxima participação e colaboração entre todos os alunos.

o Ambientes de aprendizagem seguros e solidários para todos os indivíduos são imprescindíveis para fomentar o sucesso dessa mudança positiva nas comunidades por meio de sistemas educacionais transformadores.

o Todo o sistema escolar deve estar envolvido na aceitação e implementação de uma metodologia de educação baseada em valores.

- Equidade Social:

o A equidade social na educação foca em oportunidades de financiamento igualitárias para a aprendizagem, para cada indivíduo em todas as comunidades.

o Aspira a um acesso igual às escolas, abrangendo desde a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino médio, professores bem qualificados e empoderados em todas as escolas, infraestrutura equivalente e ferramentas educacionais, e o mais recente currículo e materiais educacionais para cada criança.

- Métodos educacionais transformadores:

o Redefinir modelos educacionais, de modo que os alunos não apenas adquiram conhecimento, mas também aprendam valores como bondade, coragem, empatia, etc., e habilidades de vida como pensamento crítico, comunicação, resolução de

problemas, etc., aplicando esse conhecimento em suas vidas diárias, relacionamentos, comunidades e no mundo como gostariam que fosse no futuro.

o Empoderar os alunos para se tornarem aprendizes ao longo da vida e cidadãos globais, que estejam positivamente envolvidos em suas comunidades.

o A aprendizagem baseada em valores deve ser introduzida nos primeiros anos da jornada educacional do aluno e continuar a partir daí.

o Educadores, facilitadores e alunos devem ser lentamente treinados e preparados para essa nova forma de aprendizagem, com novas perspectivas de pensamento.

o Os novos métodos educacionais devem focar nas habilidades de pensamento dos alunos, em vez de conteúdo e memorização de fatos.

o Os currículos devem ser aprimorados, nos quais valores e habilidades de vida estejam incorporados em todas as disciplinas - abrangendo Matemática, Ciências, Serviços Sociais, Arte, Tecnologia e Línguas.

o Esses sistemas devem ter uma abordagem centrada no aprendiz e baseada em investigação, para permitir que os alunos adquiram conhecimento, bem como habilidades de pensamento e tomada de decisão.

o Programas focados em aprendizagem baseada em projetos proporcionarão uma compreensão prática da aplicação de valores e habilidades de vida para problemas do mundo real. Também promoverá o trabalho em equipe e habilidades de comunicação entre os alunos.

o Programas de aprendizagem baseada em serviço devem ser introduzidos, incentivando os alunos a se conectarem e colaborarem com suas respectivas comunidades para ver o impacto positivo dos valores em ação.

o Programas que permitam que os alunos trabalhem em suas necessidades de aprendizagem socioemocional (SEL) para uma melhor compreensão de si mesmos e dos relacionamentos precisam ser integrados nos sistemas educacionais.

- Empoderamento dos Professores:

o Os professores devem se sentir confortáveis com a introdução de novos métodos educacionais transformadores baseados em valores.

o Eles devem ser informados sobre o impacto

positivo desses novos sistemas no bem-estar dos indivíduos e da sociedade.

o Devem receber as habilidades de treinamento necessárias, orientação e conhecimentos para transmitir efetivamente esses métodos aos alunos em um ambiente de aprendizagem colaborativa.

o Devem ser encorajados a se afastar dos métodos tradicionais de aprendizagem e avaliação, com as ferramentas e manuais necessários para incorporar as novas abordagens colaborativas nas salas de aula.

- **Avaliações:**

o Avaliações projetadas puramente para resultados quantitativos dos alunos precisarão ser alteradas para avaliações que possam medir qualitativamente o crescimento de um aluno na adoção de valores, caráter e atitude.

o Novos modelos de avaliação que enfoquem esses valores e habilidades de vida, como compaixão, empatia, pensamento crítico e habilidades de resolução de problemas, tomada de decisões éticas e uma atitude de responsabilidade social dos alunos, devem ser introduzidos e implementados.

- **Implementação Bem-Sucedida:**

o Esforços colaborativos e engajamento de todos os stakeholders, incluindo escolas, famílias, comunidades e autoridades em diversos níveis do sistema educacional, garantirão uma implementação eficaz e bem-sucedida do novo modelo educacional.

o Identificar todas as barreiras e preconceitos relacionados à cultura, diversidade, diferenças socioeconômicas, necessidades, etc., ajudará a enfrentá-los com maneiras eficientes e diferentes de implementar esses sistemas em diversas comunidades.

## RECOMENDAÇÕES

- Sistemas educacionais transformadores devem ser introduzidos nos primeiros anos da vida de um aluno, desde a educação infantil / Montessori até o final de sua jornada escolar.

- Governos e educadores precisam trabalhar juntos para criar um sistema universal de design e instrução acessível a todos, que possa ser

modificado para atender à diversidade e aos estilos de aprendizagem únicos de todos os indivíduos e comunidades.

- Programas para empoderar professores com ferramentas para estilos de aprendizagem colaborativa que incentivem o envolvimento positivo dos alunos e melhores habilidades de pensamento e capacidades de reflexão.

- Financiamento equitativo e subsídios educacionais para todas as escolas em comunidades diversas, para melhor infraestrutura, tecnologia nas salas de aula, currículo e ferramentas relevantes que possam ser utilizadas por todos os indivíduos.

- Empoderar todos os stakeholders - professores, alunos e famílias - com aspectos da Aprendizagem Socioemocional (SEL) para o bem-estar holístico dos indivíduos.

- O foco em programas de aprendizagem baseada em projetos e aprendizagem baseada em serviço será a chave para que os alunos entendam o impacto positivo de agir de acordo com seus valores e se conectar com suas comunidades.

- Ambientes colaborativos para envolver alunos em comunidades de alto risco para sustentar ambientes de aprendizagem saudáveis e alcançar seus objetivos educacionais.

- Manter um diálogo e discussão positivos entre alunos, professores, famílias e a comunidade incentivará a aceitação e adaptação dos novos métodos educacionais.

## REFERÊNCIAS

1. Levin, B. (2010). The Century Foundation: School Reform and the Challenge of Equity: Levin examines successful school reform initiatives that have implemented transformative educational practices to improve student outcomes, particularly in underserved communities.

2. John Dewey. (1916). Democracy and Education: Th is text highlights that children learn from using their entire bodies in meaningful experiences. Dewey emphasized the importance of experiential learning, social efficiency, and the balance between theory and practice.

3. Darling-Hammond, L., & Bransford, J. D. (2005): Preparing Teachers for a Changing World. This article highlights the need for teacher education programs to equip educators with the skills to foster critical thinking, problem-solving, and creativity in

their students.

4. Newmann, F. M., & Wehlage, G. G. (1995). Authentic Intellectual Work in Schools. This article explores the concept of “authentic intellectual work” and provides examples of schools that have successfully implemented curricula that engage students in meaningful and challenging tasks.

5. Fullan, M. (2001). Leading the New School: Fullan explores strategies for implementing transformative educational reforms, focusing on the importance of leadership, professional development, and school-wide chan

# 9,8 MILHÕES DE JOVENS FORA DA ESCOLA: CAMINHOS PARA O RETORNO, RETENÇÃO E CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO.

## Autores

Emilly Espildora, Brasil, Rede Conhecimento Social;

Felipe Santos, Brasil, Fundação Roberto Marinho;

Julia Hirschle, Brasil, Fundação Roberto Marinho;

Juskelly Maderley Bastardo Marcano\*, Brasil, Pesquisador Jovem na Rede Conhecimento Social;

Lohane Costa\*, Brasil, Pesquisador Jovem na Rede Conhecimento Social;

Mariana Lima, Brasil, Rede Conhecimento Social;

Marisa Villi, Brasil, Rede Conhecimento Social;

Rosalina Soares, Brasil, Fundação Roberto Marinho;

Talis Ranieri Barbosa de Souza\*, Brasil, Pesquisador Jovem na Rede Conhecimento Social;

Thais Rodrigues Felix Sousa\*, Brasil, Pesquisador Jovem na Rede Conhecimento Social.

### FRASES-CHAVE

É amplamente aceito que a educação está ligada ao desenvolvimento econômico e social de um país. Portanto, não podemos permitir que dois em cada 10 jovens no Brasil estejam fora da escola sem concluir o ensino médio. Para manter esses jovens na educação, é necessária a colaboração interseccional para que eles possam pelo menos concluir a educação básica. Isso envolve o engajamento das autoridades públicas, com iniciativas privadas, o terceiro setor e as famílias. Essa colaboração é essencial para criar as condições adequadas que permitam aos jovens concluir o ensino médio.

### DESAFIO GLOBAL

A educação relaciona-se diretamente com a diversidade cultural, a distribuição territorial e as desigualdades sociais. Em um país como o Brasil, os diferentes tipos de acesso à educação são evidentes e podem ser um alto indicador de desigualdade social. Dados do estudo “Juventudes fora da escola sem concluir a educação básica” (2024) revelam que o direito à educação pode ser impactado por diferentes fatores, como condições financeiras, localização geográfica, racismo estrutural, papéis de gênero social e deficiências. Todas essas variáveis impactam o acesso às garantias previstas na Constituição Federal (1988) e no Estatuto da Juventude (2013).

Em 2022, o Brasil tinha 9,8 milhões de jovens com idades entre 15 e 29 anos que não estavam frequentando a escola e não haviam concluído a educação básica (IBGE, 2022). Desses, cerca de 73% expressaram o desejo de voltar à escola, mas enfrentaram desafios como equilibrar trabalho e estudo, além da vida familiar (especialmente jovens mães). Questões pedagógicas, como a desconexão entre o currículo, as demandas dos jovens e o mercado de trabalho, assim como a falta de oportunidades e políticas enfraquecidas que apoiam a retenção, também foram destacadas.

O impacto econômico da evasão escolar afeta significativamente um país, pois a falta de educação limita as oportunidades no mercado de trabalho. Indivíduos que não concluíram o ensino médio geralmente têm acesso a posições menos qualificadas,

com baixos salários e oportunidades limitadas de progressão na carreira, perpetuando o ciclo da pobreza e da desigualdade social. A situação se agrava ao examinar os perfis dos jovens que abandonam a escola. De acordo com o estudo “Juventudes fora da escola”, as taxas de evasão escolar são mais altas entre jovens negros e indígenas, jovens com deficiência e jovens rurais.

### SOLUÇÃO PROPOSTA

A evasão escolar é um problema complexo com consequências severas não apenas para os indivíduos, mas também para as famílias, a economia e a sociedade. O estudo “Juventudes fora da escola” revela que a decisão de deixar a escola não se deve a um único problema, mas é o resultado de um processo de exclusão que ocorre ao longo do tempo devido a desigualdades estruturais.

O estudo mostra que enfrentar esse desafio complexo requer ação interseccional, começando por ouvir os jovens que não concluíram seus estudos para entender os pontos cegos sociais que impactam o direito à educação. É essencial combinar e diversificar políticas e estratégias para permitir a conclusão da educação básica.

Os jovens fora da escola apontam a necessidade de investimento e fortalecimento da educação pública. Esses jovens enfatizam a necessidade de garantir condições adequadas para aqueles que retornam à escola. Essas disposições variam desde a garantia de matrícula em locais e horários apropriados, a capacidade de se matricular em qualquer época do ano, apoio na obtenção dos documentos necessários, aulas práticas com metodologias ativas, um currículo conectado ao mercado de trabalho e o fomento a melhores relações interpessoais entre professores, administradores e alunos. Notavelmente, 52% dos jovens que responderam a este estudo acreditam que é essencial ter professores que os ajudem a superar desafios acadêmicos. Também é crucial refletir sobre o papel das escolas públicas em oferecer uma educação abrangente para superar as desigualdades. Oportunidades de participação em atividades culturais, artísticas e esportivas que desenvolvam habilidades técnicas e profissionais são críticas. O ambiente escolar deve fornecer acesso à tecnologia e à internet, especialmente em

áreas remotas, onde as escolas se tornam centros centrais de oportunidade para a comunidade.

O trabalho é a principal razão pela qual os jovens deixam a escola e também é o principal motivador para retornar, pois eles veem a escola como um caminho para o desenvolvimento profissional. Portanto, educação e trabalho são dois direitos que precisam ser harmonizados, uma vez que a maioria dos jovens reconhece o valor da educação, mas opta pelo trabalho devido à necessidade de ganhar uma renda, encontrando dificuldade em conciliar os dois. Para abordar esse dilema, recomenda-se que os investimentos nos setores de educação e trabalho sejam alinhados.

Por fim, as políticas devem prestar maior atenção a grupos específicos de jovens que deixaram a escola, para criar soluções personalizadas e mais eficazes. Algumas recomendações incluem fornecer apoio para jovens mães equilibrarem as responsabilidades de estudo e cuidado, assim como reforçar políticas de inclusão e acessibilidade para garantir o retorno de jovens com deficiências.

Essas soluções são poderosas porque foram elaboradas por jovens fora da escola de diferentes faixas etárias, com base em um estudo representativo nacional que diagnostica o problema e identifica soluções reais.

### RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

A não conclusão da educação básica está ligada a múltiplos desafios que devem ser abordados na formulação de políticas públicas. O diálogo entre educação e emprego é crucial, considerando que muitos jovens precisam de uma renda imediata. Nesse sentido, as políticas públicas que facilitam a transição da escola para o trabalho podem ser fortalecidas, como a Lei do Aprendizagem Profissional (10.097/2000) e a Educação Profissional (2008).

Outra necessidade é a integração das escolas com tecnologias digitais, proporcionando acesso a equipamentos e conectividade. Expandir práticas pedagógicas e oferecer formação especializada também são soluções práticas, junto com a possibilidade de educação remota para superar barreiras como questões de mobilidade, responsabilidades de cuidado e compatibilidade com o trabalho.

Para garantir o retorno e a retenção escolar inclusivos, é essencial fortalecer as políticas de frequência escolar em diferentes faixas etárias, como programas de incentivos financeiros (Pé de Meia), monitoramento preventivo da evasão escolar, priorização de vagas em creches e escolas em tempo integral para os filhos de jovens que abandonaram ou retornaram à escola, e oferta de aulas noturnas.

\*Jovens pesquisadores que participaram do desenvolvimento do estudo “Juventudes fora da escola”, sendo eles próprios jovens que estão fora da escola e não concluíram a educação básica. Seu engajamento e participação na redação deste artigo foram cruciais para moldar soluções e políticas mais eficazes para esse grupo específico, com base em suas opiniões e experiências.

### REFERÊNCIAS

Brasil. 1988. Constituição Federal.  
<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>

Brasil. 2000. Lei da Aprendizagem profissional.  
<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10097.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm)>

Brasil. 2008. Lei 11.741 - Ensino Profissionalizante.  
<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm)>

Brasil. 2013. Estatuto da Juventude. Senado Federal.  
<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>>

Fundação Roberto Marinho, Itaú Social & Itaú Educação e Trabalho. 2024. Juventudes fora da escola sem concluir a educação básica (“Youth Out of School”).  
<<https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/publicacao/pesquisa-juventudes-foira-da-escola>>

IBGE. 2022. Pnad Contínua Educação.



## FORÇA TAREFA:

# LIDERANÇA INCLUSIVA – INTRODUÇÃO

## A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA INCLUSIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O PAPEL DOS LÍDERES DO G20

Este Grupo de Trabalho se concentrou na Liderança Inclusiva e recebeu uma série de artigos que destacam a importância de investir em liderança inclusiva como um meio crítico para promover o desenvolvimento sustentável. Cada um desses artigos submetidos fornece valiosas percepções sobre como a liderança inclusiva não apenas fortalece a justiça social, mas também contribui significativamente para a prosperidade econômica, o bem-estar social e a sustentabilidade ambiental.

Antes de apresentar os artigos recebidos, é essencial revisar algumas contribuições teóricas e práticas escolhidas que fornecem a base conceitual para entender o papel crucial da liderança inclusiva.

## CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS:

### 1. Amartya Sen - 'Desenvolvimento como Liberdade' (1999)

Economista e filósofo Amartya Sen destaca a importância de garantir que todos os indivíduos tenham as capacidades necessárias para exercer suas liberdades e oportunidades. Sua abordagem enfatiza a necessidade de políticas que promovam o desenvolvimento humano abrangente, garantindo acesso equitativo à educação, saúde e oportunidades econômicas. Ele sublinha que os líderes devem garantir que as políticas não apenas promovam o

crescimento econômico, mas também a verdadeira inclusão e a redução das desigualdades.

Expectativas para as Ações da Cúpula do G20 sob a Perspectiva de Amartya Sen: Os líderes do G20 devem implementar políticas públicas que assegurem acesso igual às oportunidades, promovendo o desenvolvimento abrangente de suas populações. Isso inclui garantir que investimentos sejam feitos em educação e saúde de qualidade, com foco nas populações mais vulneráveis.

### 2. Jeffrey Sachs – “A Era do Desenvolvimento Sustentável” (2015)

Sachs argumenta que o crescimento econômico deve estar alinhado com a justiça social e a proteção ambiental, promovendo um desenvolvimento inclusivo que beneficie todos os segmentos da sociedade. Ele enfatiza que os investimentos em educação, saúde e infraestrutura sustentável são cruciais para garantir um futuro equilibrado e equitativo, onde o crescimento econômico não exauria os recursos naturais nem exacerba as desigualdades sociais.

*Expectativas para as Ações da Cúpula do G20 sob a Perspectiva de Jeffrey Sachs:*

Os líderes do G20 devem integrar os objetivos econômicos com metas de redução da pobreza e preservação ambiental, promovendo investimentos em infraestrutura sustentável e tecnologias verdes que beneficiem todos os cidadãos.

### 3. Kate Raworth - Economia do Donut: Um Espaço Seguro e Justo para a Humanidade (2017)

Raworth propõe um modelo econômico que equilibra desenvolvimento com justiça social e sustentabilidade ambiental. Sua 'Economia do Donut' sugere que o crescimento deve ocorrer dentro de limites ecológicos e sociais, evitando a degradação ambiental e as desigualdades. Raworth enfatiza a importância de alcançar um equilíbrio onde o desenvolvimento humano respeite os limites ecológicos.

*Expectativas para as Ações da Cúpula do G20 sob a Perspectiva de Kate Raworth:*

Os líderes do G20 devem promover políticas que respeitem os limites ecológicos e garantam que o crescimento econômico não ocorra às custas do meio ambiente. Eles também devem incentivar a

inovação em práticas sustentáveis e a transição para uma economia circular.

Essas perspectivas teóricas formam a base para uma liderança inclusiva que pode enfrentar desafios globais de maneira equitativa e sustentável.

### APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS RECEBIDOS:

Abaixo, apresentamos um resumo dos artigos recebidos pelo Grupo de Trabalho sobre Liderança Inclusiva do G20, que exploram como esses conceitos podem ser aplicados em contextos específicos. Encorajamos os líderes globais a lerem os artigos na íntegra.

#### 1. O Papel dos Centros de Juventude na Aumento da Produtividade e Inovação para Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

*Autores:*

**Al-Hanouf Saleh Al-Kabba:** *Mestre em Terapia Social - Pesquisadora e Inventora / Arábia Saudita*

**Arwa Abdulaziz Al-Ghofaily:** *Psicóloga, Psicoterapeuta / Arábia Saudita*

**Mai Mansour Al-Sadoun:** *Designer de Programas de Desenvolvimento e Facilitadora de Juventude / Arábia Saudita*

*Resumo:*

Este artigo discute a importância do compromisso da liderança em relação à juventude, a fim de promover seu desenvolvimento emocional, social e produtivo. Enfatiza a necessidade de políticas que abordem os desafios enfrentados pelos jovens, como saúde mental, baixo desempenho educacional e falta de treinamento adequado para o emprego.

*Expectativas para as Ações de Liderança do G20:*

Incentivar a criação de políticas públicas – Centros de Juventude – que abordem de forma holística as necessidades dos jovens, promovendo educação, saúde mental e treinamento profissional, especialmente para jovens em situações vulneráveis.

#### 2. Construindo um Caso Moral e Econômico para a Diversidade em Organizações nos Países do G20 e Além

*Autores:*

**Debrima Saha:** *Associada Sênior, tGELF / Índia*

**Devika Shekhawat:** *Diretora do tGELF, Fundadora da Dhara Shakti Foundation / Índia*

*Resumo:*

Este artigo argumenta que promover Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) é crucial para o desenvolvimento econômico sustentável. Sugere que criar um ambiente legal que apoie a implementação de políticas de DEI deve ser uma prioridade para os líderes do G20.

*Expectativas para as Ações de Liderança do G20:*

Implementar políticas nacionais e corporativas que promovam a diversidade, equidade e inclusão como partes integrantes das estratégias de desenvolvimento sustentável. A inclusão promove a diversidade, o que proporciona um equilíbrio aos interesses de grupos específicos, fortalecendo a equidade.

#### 3. O Valor da Dignidade Humana Está no Coração da Integridade da Liderança e da Inclusão Social

*Autora:*

**Patricia Berba:** *Professora Adjunta Faculdade Nacional de Administração Pública e Governança, Universidade das Filipinas / Escola de Educação e Desenvolvimento Humano, Universidade da Ásia e do Pacífico / Filipinas*

*Resumo:*

Este artigo explora como práticas de liderança ética podem criar um equilíbrio entre o investimento em recursos humanos, a proteção ambiental e a sustentabilidade financeira. Destaca a importância da integridade dos líderes na promoção da inclusão social para o desenvolvimento sustentável.

*Expectativas para as Ações de Liderança do G20:*

Desenvolver políticas que incentivem a liderança ética e responsável, garantindo que integridade e

sustentabilidade sejam prioridades nas estratégias de longo prazo.

#### **4. Reimaginando o Futuro das Comunidades Culturais como Líderes Inclusivos, Praticando Justiça Social por Meio do Engajamento Autêntico com o Governo e suas Agências**

*Autor:*

**Martin Itzkow:** *CEO, Coalizão de Comunidades Culturais de Manitoba para Famílias Inc. - CMCCF / Canadá*

*Resumo:*

Este artigo analisa o papel da liderança inclusiva na valorização das comunidades culturais e na formação de políticas justas e equitativas que promovam a mudança social com equilíbrio cultural e ambiental. Destaca a importância da participação ativa e do apoio às comunidades culturais por parte dos líderes do G20.

*Expectativas para as Ações de Liderança do G20:*

Criar condições para uma governança inclusiva e promover políticas que garantam a participação ativa de todas as comunidades culturais no processo de tomada de decisões.

#### **5. Liderança Responsável para Políticas de Migração Inclusivas: Cultivando Carreiras Sustentáveis para Cônjuges de Migrantes Altamente Qualificados**

*Autores:*

**Lina Daouk-Öyry:** *BI Norwegian Business School – Oslo, Norway*

**Sahizer Samuk:** *BI Norwegian Business School – Oslo, Norway*

*Resumo:*

Este artigo aborda a importância de políticas de migração que sejam inclusivas e sustentáveis, com foco na integração econômica e sociocultural dos cônjuges de migrantes altamente qualificados. Propõe intervenções políticas direcionadas para ajudar os cônjuges imigrantes a construir carreiras sustentáveis e maximizar suas contribuições para as economias anfitriãs.

*Expectativas para as Ações de Liderança do G20:*

Os líderes do G20 devem adotar uma abordagem holística para as políticas de migração de alta qualificação que envolvam parcerias colaborativas entre governos, empregadores e organizações da sociedade civil, a fim de permitir a inclusão social e econômica dos imigrantes e seus cônjuges.

#### **6. Liderança Inclusiva: Aumentando a diversidade e a inclusão para uma economia sustentável**

*Autora:*

**Houefa Gbaguidi:** *Diretora, KACHÔWA / França*

*Resumo:*

Este artigo argumenta que a liderança inclusiva é essencial para enfrentar desafios globais, como desenvolvimento econômico, mudanças climáticas e desigualdades sociais. Promover a diversidade e a inclusão impulsiona a inovação, fortalece as economias locais, reduz as emissões de carbono e promove a coesão social.

*Expectativas para as Ações de Liderança do G20:*

Os líderes do G20 devem adotar políticas que promovam a liderança inclusiva, o emprego local e a colaboração intersetorial. É crucial incentivar a diversidade, reduzir a dependência de importações, fortalecer a economia local e implementar políticas de migração inclusivas para um crescimento sustentável e equitativo.

## **CONCLUSÃO:**

A integração dos princípios de liderança inclusiva, conforme ilustrado pelos autores e seus artigos apresentados, oferece um caminho para os líderes do G20 promoverem o desenvolvimento sustentável que equilibre o crescimento econômico, a justiça social e a proteção ambiental. Ao adotar essas abordagens, os líderes globais podem garantir um futuro próspero e inclusivo para todos.

*Ações Recomendadas para Líderes Globais:*

- Promover o diálogo e a colaboração internacional para compartilhar as melhores práticas que ajudem a fomentar a liderança inclusiva.
- Incentivar investimentos em políticas sociais e sustentáveis que atendam às necessidades das populações mais vulneráveis e também à urgência ambiental.
- Fomentar parcerias com o setor privado para promover práticas responsáveis e inclusivas nos negócios.
- Promover o engajamento global nas áreas de justiça social, crescimento econômico, restauração e proteção ambiental, que também são os pilares-chave para criar uma sustentabilidade de longo prazo.

# O PAPEL DOS CENTROS DE JUVENTUDE NO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E INOVAÇÃO PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Autores

Al-Hanouf Saleh Al-Kabba: Mestre em Terapia Social - Pesquisadora e Inventora / Arábia Saudita

Arwa Abdulaziz Al-Ghofaily: Psicóloga, Psicoterapeuta / Arábia Saudita

Mai Mansour Al-Sadoun: Designer de Programas de Desenvolvimento e Facilitadora de Juventude / Arábia Saudita

### PRINCIPAIS DESTAQUES

Este artigo tem como objetivo responder a três questões de pesquisa:

1. Qual é o papel dos centros de juventude no enfrentamento dos desafios psicológicos e sociais enfrentados pelos jovens que afetam sua produtividade?
2. Quais são as medidas propostas para promover a justiça social nos centros de juventude a fim de alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável?
3. Quais são as medidas propostas para melhorar a eficiência nos centros de juventude para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável?

### DESAFIOS

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a depressão e a ansiedade resultam na perda de 12 bilhões de dias de trabalho anualmente, custando à economia global até um trilhão de dólares por ano (Nações Unidas, 2022). A Pesquisa Nacional de Saúde Mental da Arábia Saudita indica que 40% dos jovens de 15 a 24 anos sofrem de distúrbios mentais (King Salman Center for Disability Research, 2019), destacando a necessidade de os centros de juventude fornecerem um ambiente estimulante com programas inovadores para promover a saúde mental preventiva.

É notável que alguns jovens recebem mais serviços do que outros nesses centros, como aqueles interessados em liderança, orientação profissional e no desenvolvimento de habilidades de interação social, além de inovadores e empreendedores. Por outro lado, os grupos menos beneficiados incluem indivíduos com necessidades especiais, jovens de áreas rurais, jovens de famílias de baixa renda e aqueles que enfrentam conflitos psicológicos e sociais devido às suas dificuldades e à falta de expertise e recursos para desenvolver programas adequados para eles.

Os centros de juventude também enfrentam desafios para alcançar eficácia no desenvolvimento e na medição de indicadores de desempenho, bem

como na atuação sob uma liderança estratégica inovadora para gerar um impacto social positivo e construir parcerias sustentáveis. Além disso, eles enfrentam dificuldades na distribuição e gestão eficaz dos recursos humanos, o que exige planejamento cuidadoso e estratégias eficazes de recrutamento e treinamento.

### SOLUÇÕES

Abordando os desafios psicológicos e sociais enfrentados pelos jovens que afetam sua produtividade.

Focar na saúde mental preventiva reduz o isolamento social, o fracasso acadêmico, o suicídio, comportamentos aditivos e problemas legais, além de aprimorar o desenvolvimento pessoal, a produtividade e a eficácia social. Intervenções adequadas devem considerar as diferenças culturais, sociais, ambientais, econômicas e políticas.

A instabilidade política, a poluição, a pobreza, o baixo nível educacional e as tradições culturais em meio à tecnologia moderna geram conflitos sociais que impactam a saúde mental. O desenvolvimento sustentável na promoção da saúde mental preventiva requer estabilidade política, cooperação internacional e troca de expertise regional.

Iniciativas bem-sucedidas incluem o projeto “Friendship Bench” do Zimbábue (Global Mental Health Center, s.d.), o “Programa Comunitário de Saúde Mental para Mulheres” de Bangladesh (Nahar, 2012) e a iniciativa de “Saúde Mental Escolar” do Paquistão (OMS, s.d.).

Incorporar as teorias de inteligência emocional e social de Daniel Goleman pode aprimorar a autoconsciência, a autogestão, a consciência social e as habilidades sociais (Goleman, 1995, 2006). O modelo proposto de “Unidade de Consciência Psicológica” nos centros de juventude utiliza tecnologia, ambientes locais e culturas para oferecer ferramentas interativas de autoexploração e expressão, com foco em emoções, sono e consciência física e psicológica. A unidade também organiza interações sociais para construir relacionamentos e aprimorar habilidades sociais, incluindo relações familiares, para aumentar a consciência social. Esse modelo

está alinhado com a cultura local e os avanços globais, sendo flexível para desenvolvimento de acordo com as necessidades e aspirações dos jovens.

Medidas propostas para aprimorar a justiça social em centros de juventude para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Os centros de juventude e iniciativas contribuem para alcançar valores de justiça social por meio de seu papel nacional no desenvolvimento sustentável. Eles também colaboram no desenvolvimento de políticas, planejamento para oportunidades iguais, garantindo a implementação e responsabilizando as partes ativas, incluindo governos, instituições estatais e o setor privado. Os jovens são uma parte importante dessa contribuição.

Dois modelos significativos na Arábia Saudita para promover os princípios de justiça social, como igualdade, empoderamento, responsabilidade social e desenvolvimento pessoal, são o Programa Salam para Comunicação Cultural e a Plataforma Hawi, parte do Programa de Qualidade de Vida da Visão Saudita 2030.

Medidas propostas para aprimorar a eficiência dos centros de juventude para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável.

É importante observar a diferença na sustentabilidade financeira entre centros de juventude com fins lucrativos e sem fins lucrativos. Centros com fins lucrativos são afetados por financiamento limitado e mudanças no mercado, enquanto centros sem fins lucrativos possuem financiamento mais robusto por meio de subsídios, doações e responsabilidade social corporativa.

## RECOMENDAÇÕES

Há três recomendações principais para o G20 considerar:

- Incentivar organizações, especialmente do setor privado, a apoiar prêmios para iniciativas juvenis inovadoras e sustentáveis em saúde mental preventiva por meio de programas de responsabilidade social corporativa.
- Melhorar a eficiência das atividades e serviços nos centros de juventude e vincular seu

financiamento ao alcance de justiça e eficiência. Isso aprimorará a distribuição equitativa de recursos e focará no desenvolvimento pessoal, social, profissional e produtivo dos jovens.

- Desenvolver um sistema abrangente para construir e medir os indicadores de desempenho dos centros de juventude, utilizando tecnologias modernas e considerando as diferenças culturais, sociais, econômicas e políticas para alcançar um impacto duradouro e efetivo na sociedade.

## REFERÊNCIAS

United Nations. (2022, September 28). WHO and ILO call for new measures to tackle mental health issues at work UN News. Available at <https://news.un.org/ar/story/2022/09/1112941> (Accessed: 18 July 2024).

King Salman Center for Disability Research, 2019. National Mental Health Survey in Saudi Arabia - Technical Report. [online] Available at: <https://www.ks-cdr.org.sa/ar/node/3479> Accessed: 18 July 2024).

Global Mental Health Center. n.d. Zimbabwe's experience - Friendship Bench to promote mental health', World Health Organization. Available at: <https://www.centreforglobalmentalhealth.org/the-friendship-bench> (Accessed: 18 July 2024).

Nahar, N., 2012. Assessment of Professionals' View on Managing Mental Health Problems as a Result of Exposure to Natural Disaster (Cyclone) in Bangladesh. Master's Thesis. Umeå University.

Goleman, D., 1995. Emotional Intelligence: Why It Can Matter More Than IQ. New York: Bantam Books.

Goleman, D., 2006. Social Intelligence: The New Science of Human Relationships. New York: Bantam Books.

# CONSTRUINDO UM CASO MORAL E ECONÔMICO PARA A DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES NOS PAÍSES DO G20 E ALÉM

Autores

Debrima Saha, Índia (Associada Sênior, tGELF)  
Devika Shekhawat, Índia (Diretora, The Global Education &  
Leadership Foundation (tGELF), Fundadora, Dhara Shakti  
Foundation)

### PRINCIPAIS DESTAQUES

Estruturas políticas eficazes para promover diversidade, equidade e inclusão (DEI) dentro das organizações são essenciais para impulsionar a prosperidade econômica e o desenvolvimento sustentável nos países do G20. Essas estruturas devem priorizar a responsabilidade da liderança, estabelecer métricas claras para avaliar o progresso de DEI, implementar iniciativas de recrutamento direcionadas, promover práticas de trabalho inclusivas e exigir relatórios transparentes sobre os resultados de DEI. Ao integrar essas políticas nas estratégias organizacionais, os estados membros do G20 podem obter benefícios como maior engajamento dos funcionários, melhor desempenho financeiro e maior inovação. Essa abordagem não apenas se alinha a imperativos morais, mas também apoia objetivos sociais mais amplos de fomentar oportunidades equitativas e crescimento inclusivo em nível global.

### DESAFIOS GLOBAIS

A implementação de iniciativas de DEI nas organizações enfrenta desafios significativos, apesar dos benefícios financeiros e sociais bem documentados. Estudos mostram que algumas das dificuldades potenciais na implementação de DEI incluem comprometimento insuficiente da liderança, financiamento inadequado para programas, resistência dos funcionários, comunicação deficiente, dependência excessiva de funcionários diversos para liderar os esforços e o uso de métricas inadequadas. Além disso, a falha em gerenciar consequências imprevistas durante a fase de implementação pode prejudicar os esforços.

Um dos principais desafios para a implementação de DEI (Diversidade, Equidade e Inclusão) são os preconceitos enraizados e a falta de liderança inclusiva no topo. Líderes seniores muitas vezes falham em apoiar genuinamente essas iniciativas e em se responsabilizar por elas, o que envia uma mensagem contraditória e enfraquece os esforços para criar um ambiente de trabalho inclusivo. Estratégias eficazes de DEI exigem que os líderes estabeleçam metas claras, meçam o progresso e enfrentem barreiras e desafios. Além disso, a cultura e o clima organizacionais desempenham um papel crucial no sucesso dessas iniciativas, o que

envolve promover comunicação aberta, fomentar um sentimento de pertencimento e combater vieses inconscientes.

O treinamento e o desenvolvimento dos funcionários são essenciais para aumentar a conscientização sobre essas questões, desafiar estereótipos e promover comportamentos inclusivos. No entanto, a criação e implementação de programas que não se alinham com as necessidades de DEI da organização podem resultar em frustração dos funcionários, redução da confiança e resistência. A resistência às iniciativas de DEI também pode surgir de funcionários que se sentem ameaçados pela mudança ou temem oportunidades limitadas de crescimento. É fundamental que as organizações comuniquem claramente os benefícios da DEI e abordem as preocupações por meio de diálogo aberto e educação. Outro desafio significativo é a falta de métricas robustas e estruturas de responsabilização para quantificar resultados e atribuí-los a ações específicas. Essa lacuna pode desencorajar investimentos nesse tipo de política, especialmente em tempos de restrições orçamentárias ou prioridades concorrentes. Sem métricas eficazes, é difícil demonstrar o impacto das iniciativas de DEI no desempenho organizacional. Além disso, silos organizacionais que incentivam a exclusividade e dificultam a colaboração complicam ainda mais esses esforços.

Essas políticas frequentemente enfrentam falta de recursos e financiamento adequados e exigem investimentos substanciais. No entanto, as organizações frequentemente lidam com restrições orçamentárias que limitam o alcance e a eficácia de suas iniciativas. A dependência excessiva de funcionários diversos para liderar esforços e a comunicação ineficaz também podem minar os objetivos de DEI.

### SOLUÇÕES PROPOSTAS

Melhorar o desempenho organizacional por meio de iniciativas de diversidade e inclusão requer uma abordagem multifacetada que envolva o compromisso da liderança, treinamentos abrangentes, políticas robustas e uma cultura de inclusão. As organizações devem integrar DEI como um componente central de seus valores e objetivos, em vez

de tratá-la como uma iniciativa separada ou opcional. A McKinsey & Co. (2018) investigou e constatou que a diversidade de gênero e étnica geram, respectivamente, 21% e 33% mais retornos acima da média esperada. De acordo com uma análise da Deloitte, diversidade e inclusão juntas são eficazes em alcançar duas vezes mais metas financeiras, três vezes maior desempenho, seis vezes mais inovação e oito vezes melhores resultados organizacionais.

Programas de treinamento regulares e contínuos são essenciais para aumentar a conscientização, desafiar estereótipos e preconceitos, e promover comportamentos inclusivos. Esses programas de treinamento devem ser interativos, envolventes e adaptados às necessidades específicas da organização, garantindo que os funcionários em todos os níveis tenham o conhecimento e as habilidades necessárias para apoiar os esforços de DEI. Estratégias eficazes de recrutamento e retenção de diversidade, como esforços de recrutamento direcionados, práticas de contratação inclusivas e grupos de recursos para funcionários, também são fundamentais para atrair e reter uma força de trabalho diversa.

Dada a natureza global de muitas organizações, as iniciativas de DEI devem considerar as diferenças culturais e as nuances regionais. Estudos comparativos entre países e regiões também fornecem insights valiosos sobre as melhores práticas para promover diversidade e inclusão em escala global. Um estudo de Richard (2000) sobre a indústria bancária dos EUA constatou que, quando as empresas estão perseguindo uma estratégia de crescimento, a diversidade étnica aumenta a produtividade, e essa relação se intensifica à medida que o crescimento estratégico aumenta.

O desenvolvimento de pessoas (horas de treinamento, alocação de treinamento/custos, satisfação dos funcionários) também é outro elemento comprovado que reduz o risco financeiro e melhora a rentabilidade da empresa. Por exemplo, a abordagem do Google para diversidade e inclusão é evidente na demografia de sua força de trabalho e nas iniciativas abrangentes da empresa (Ayeni et al., 2024; Onyebuchi et al., 2024). A empresa adotou diversos programas de DEI, incluindo treinamento

sobre preconceitos inconscientes, práticas de contratação diversas e a criação de grupos de recursos para funcionários. Essas medidas resultaram em uma força de trabalho mais diversa e promoveram uma cultura de inclusão, reforçando seu status como um empregador preferido.

A Microsoft também se destaca por sua abordagem proativa na promoção da diversidade e inclusão no ambiente de trabalho. A empresa introduziu uma série de iniciativas voltadas para atrair e reter talentos diversos, incluindo treinamentos sobre diversidade, arranjos de trabalho flexíveis e práticas de liderança inclusiva (Ayeni et al., 2024; Onyebuchi et al., 2023), impulsionando assim a inovação e o sucesso nos negócios.

A implementação de sistemas robustos para coleta e avaliação de dados é necessária para garantir que metas e métricas sejam incorporadas nas avaliações de desempenho, responsabilizando os funcionários pela promoção da diversidade e inclusão. A medição pode incluir o acompanhamento de métricas de diversidade, pesquisas de engajamento dos funcionários e indicadores de desempenho relacionados a diversidade e inclusão (D&I).

Um fator chave para o sucesso das iniciativas de D&I é o compromisso da liderança. Líderes inclusivos precisam possuir agilidade cultural e capacidade de adaptação para servir de modelo, inspirar, orientar e guiar indivíduos de diversas origens. Eles devem buscar continuamente feedback para entender seus próprios preconceitos, atitudes e comportamentos, reconhecendo o impacto que esses têm nos outros. Esse processo contínuo de autodesenvolvimento em conhecimento, autoconsciência, habilidades e comportamentos é crucial para apoiar eficazmente seus colegas e organizações. Líderes inclusivos desempenham um papel de defesa, exigindo coragem para identificar e enfatizar características compartilhadas entre as pessoas, enquanto também celebram suas diferenças, assim, criando pontes e promovendo a unidade.

É essencial estabelecer uma direção unificada para as estratégias de DEI, permitindo a adaptação às diferentes unidades de negócios, contextos geográficos e socioculturais. Essa abordagem envolve personalizar metas e prioridades para levar em

conta os variados ambientes regulatórios, pontos de partida e níveis de engajamento dos stakeholders locais e colaboração entre setores.

### RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA

Para avançar e abordar DEI nos países do G20, quatro políticas chave poderiam ser implementadas.

1. Integração de Objetivos DEI na Governança Corporativa: As organizações devem ser obrigadas a integrar os objetivos de DEI em suas estruturas de governança corporativa, vinculando diretamente essas metas às avaliações de conselho e à remuneração executiva. Isso garantirá que os esforços sejam priorizados nos mais altos níveis, responsabilizando os líderes pelo progresso e tornando-os mais intrinsecamente inclusivos.

2. Apoio a Iniciativas Locais de DEI: Devem ser alocados subsídios direcionados a organizações locais nos países do G20 e estados membros, que abordem desafios específicos da comunidade. Esse financiamento permitirá o desenvolvimento de iniciativas de diversidade sob medida para atender às necessidades e barreiras locais.

3. Redes Regionais de Implementação de DEI: Devem ser criadas Redes Regionais de Implementação de DEI nos países do G20 para oferecer suporte e recursos localizados. Essas redes fornecerão orientações e melhores práticas para organizações, bem como grupos regionais de recursos para empregados, adaptados aos contextos culturais e econômicos únicos de diferentes regiões, aumentando a relevância e a eficácia das iniciativas.

4. Auditoria Abrangente de DEI: Os países do G20 devem obrigar a realização de uma auditoria abrangente de DEI para avaliar sistematicamente os dados existentes sobre o ambiente de trabalho, políticas, cultura organizacional e práticas, identificando lacunas e questões sistêmicas que dificultam a diversidade, equidade e inclusão. Os resultados podem ser utilizados para desenvolver um plano de ação direcionado que aborde os desafios identificados, estabeleça metas claras e crie métricas para acompanhar e medir o sucesso.

### REFERÊNCIAS

1. The value of diversity, equity, and inclusion (2023). <https://cepr.org/voxeu/columns/value-diversity-equity-and-inclusion>

2. Hunt, V, D Layton and S Prince (2015), *Diversity Matters*, McKinsey & Company.

3. Hunt, V, S Prince, S Dixon-Fyle and L Yee (2018), *Delivering through Diversity*, McKinsey & Company.

4. Okatta, N.C.G., Ajayi, N.F.A. and Olawale, N.O. (2024) 'ENHANCING ORGANIZATIONAL PERFORMANCE THROUGH DIVERSITY AND INCLUSION INITIATIVES: A META-ANALYSIS,' *International Journal of Applied Research in Social Sciences*, 6(4), pp. 734–758. <https://doi.org/10.51594/ijarss.v6i4.1065>

5. Hunt, V, S Prince, S Dixon-Fyle and K Dolan (2020), *Diversity Wins: How Inclusion Matters*, McKinsey & Company.

6. Financial Reporting Council, London Business School and SQW (2021), "Board Diversity and Effectiveness in FTSE 350 Companies".

7. Sharma, N.O.Dr.S.S., Dr Meena Sunildutt Sharma, Dr Sangeetha P, Dr. Aarti (2023) *Diversity, Equity, and Inclusion in the Workplace: Assessing the Impact on Organizational performance*. <http://www.boletindeliteraturaoral.com/index.php/bdlo/article/view/596>

8. Díaz-García, C., González-Moreno, A. and Sáez-Martínez, F.J. (2013) 'Gender diversity within R&D teams: Its impact on radicalness of innovation,' *Innovation*, 15(2), pp. 149–160. <https://doi.org/10.5172/impp.2013.15.2.149>

9. 'ACKNOWLEDGING GENDER DIVERSITY AND INCLUSION AS KEY TO ORGANIZATIONAL GROWTH: A REVIEW AND TRENDS' (2020b) *Journal of Critical Reviews*, 7(06). <https://doi.org/10.31838/jcr.07.06.25>.

10. Nwoga, A. (2023). *Breaking the Invisible Wall: Barriers to DEI Program Implementation*. *Open Journal of Business and Management*, [online] 11(4), pp.1787–1815. doi:<https://doi.org/10.4236/ojbm.2023.114100>.

11. Diversity Equality. (n.d.). Available at: [https://www.ihrec.ie/download/pdf/the\\_business\\_impact\\_of\\_equality\\_and\\_diversity.pdf](https://www.ihrec.ie/download/pdf/the_business_impact_of_equality_and_diversity.pdf)

12. Bersin by Deloitte, Deloitte Consulting LLP. (2017). *High impact diversity and inclusion: Maturity model and top findings*. Available at: <http://www.bersin.com/News/Content.aspx?id=20890>

# APRIMORANDO A DIVERSIDADE E INCLUSÃO PARA UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Autora

**Houefa Gbaguidi – França – Director, KACHŌWA**

**A liderança inclusiva é essencial para enfrentar os desafios globais atuais, como o desenvolvimento econômico, as mudanças climáticas e as desigualdades sociais, enquanto promove o desenvolvimento local equitativo. Ao fomentar um ambiente onde cada indivíduo se sinta respeitado, valorizado e incluído, os países do G20 podem construir comunidades resilientes e harmoniosas. Políticas inclusivas e a promoção da diversidade não apenas estimulam a inovação e a criatividade, mas também fortalecem a economia local ao criar empregos e reduzir a dependência de importações, diminuindo assim a pegada de carbono. Esse modelo de liderança contribui para a estabilidade social e econômica, oferecendo um futuro mais próspero e sustentável para todos.**

## DESAFIOS

### 1. Estabilidade e crescimento econômico

Os líderes do G20 enfrentam desafios globais complexos, como o desenvolvimento econômico, as mudanças climáticas e as desigualdades sociais. Equilibrar as expectativas dos cidadãos com as pressões internacionais por políticas sustentáveis e inclusivas é essencial, mas muitas vezes complexo. As disparidades econômicas entre e dentro dos países do G20 exigem estratégias específicas para promover a inclusão econômica e reduzir as desigualdades, respeitando as diversas realidades de cada país. As disparidades econômicas são agravadas pelas diferenças em produtividade, desenvolvimento tecnológico e acesso ao mercado. Os líderes do G20 precisam adotar com urgência políticas de crescimento sustentável e redistribuição para garantir uma distribuição equitativa dos benefícios econômicos. As desigualdades de renda e riqueza podem levar a tensões políticas e sociais, ameaçando a estabilidade nacional e internacional.

### 2. Questões sociais e desigualdades

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 2023, 1,1 bilhão de pessoas vivem atualmente em extrema pobreza multidimensional em 110 países. Muitos desses indivíduos são trabalhadores pobres que não conseguem escapar da pobreza, apesar de estarem empregados. Combater a pobreza e as desigualdades, que é uma das prioridades do G20, requer políticas

robustas para melhorar o acesso à educação de qualidade e criar oportunidades de emprego, especialmente para os jovens e grupos marginalizados. Com um mercado de trabalho cada vez mais exigente, iniciativas direcionadas são essenciais para apoiar os jovens, populações vulneráveis e grupos sub-representados.

### 3. Mudanças climáticas e sustentabilidade

O relatório de 2018 do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU indicou que as emissões de CO2 precisariam ser reduzidas em 45% até 2030, em comparação com os níveis de 2010. Essas questões climáticas exigem ação coordenada para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e proteger o meio ambiente. A transição para energias sustentáveis, a promoção de tecnologias verdes e a implementação de políticas de conservação são fundamentais. Os impactos das mudanças climáticas, como desastres naturais e perda de biodiversidade, afetam diretamente a segurança alimentar e a saúde pública.

### 4. Migração e refugiados

As crises globais estão forçando milhões a buscar refúgio. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 117,3 milhões de pessoas foram deslocadas à força em todo o mundo em 2023. Portanto, é essencial que as políticas de migração sejam humanas e inclusivas, oferecendo soluções de longo prazo para integrar migrantes e refugiados em seus novos países anfitriões.

Os líderes do G20 precisarão enfrentar todos esses desafios globais enquanto fortalecem os laços comunitários e promovem os valores humanos. Ao fazer isso, poderão ajudar a construir um legado de paz, prosperidade e enriquecimento cultural para as gerações futuras.

## SOLUÇÕES

### Liderança inclusiva

A liderança inclusiva é um fator chave para enfrentar os desafios atuais e promover o desenvolvimento econômico local equitativo. Ao criar um ambiente onde cada indivíduo, independentemente de origem, gênero, orientação sexual ou qualquer outra característica pessoal, se sinta respeitado, valorizado e capaz de contribuir plenamente, esse tipo de liderança garante a coesão social e

o progresso coletivo. Valores como mente aberta, respeito, equidade e colaboração permitem que os países do G20 construam comunidades resilientes e harmoniosas. Esse modelo de liderança não só promove o bem-estar individual, mas também o desenvolvimento econômico sustentável e próspero para todos. De acordo com um estudo da Deloitte (2018), a inclusão aumenta significativamente o desempenho nas organizações. Equipes com líderes inclusivos têm 17% mais chance de serem de alto desempenho, 20% mais chance de tomar decisões de alta qualidade e 29% mais chance de apresentar comportamentos colaborativos.

### Importância da diversidade e inclusão

Vários estudos mostraram que a diversidade e inclusão estimulam a inovação, a criatividade, a tomada de decisões mais eficazes, a coesão social e o enriquecimento cultural. Por exemplo, um estudo da McKinsey & Company (2015) revela que empresas com alta diversidade étnica e cultural têm 35% mais chance de superar seus concorrentes em termos de lucratividade. Além disso, de acordo com a pesquisa do Boston Consulting Group (2018), empresas com equipes de liderança diversas reportam um aumento de 19% na receita relacionada à inovação.

A Suécia serve como exemplo da implementação bem-sucedida de políticas de diversidade e inclusão. A Lei de Discriminação Sueca (Diskrimineringslagen) impacta positivamente a economia, onde, em 2021, a taxa de emprego para estrangeiros nascidos fora da Suécia foi de 83,7% (em comparação com 88,1% para suecos nativos). Além disso, a Suécia foi classificada como o 5º país mais igualitário em termos de gênero no mundo e obteve 86 de 100 pontos no Índice de Políticas de Integração de Migrantes em 2019.

### Promovendo o crescimento econômico local

É importante que os líderes do G20 incentivem a colaboração entre os atores econômicos-públicos, privados e sociais-para criar indústrias locais dinâmicas. Essas indústrias locais devem ser direcionadas a contratar talentos locais, incluindo grupos sub-representados, o que ajudará a combater o desemprego. Essa abordagem também diversificaria a economia local, tornando as comunidades menos

dependentes de setores específicos e mais resilientes a choques econômicos.

### Desenvolvimento do emprego local

A criação de indústrias locais beneficia tanto a economia quanto a sociedade, criando empregos para os residentes, incluindo populações sub-representadas e refugiados, reduzindo assim o desemprego. O estabelecimento de indústrias locais desempenha um papel fundamental no estímulo à economia regional. Ao contratar talentos locais, essas indústrias facilitam a circulação de riquezas dentro das comunidades, fortalecendo, assim, a resiliência econômica local. A renda gerada por esses empregos tende a ser gasta localmente, apoiando negócios locais e estimulando a demanda por bens e serviços, criando um ciclo virtuoso de crescimento econômico. Um exemplo desse modelo é a Mondragon Corporation, na Espanha, que, baseada em princípios de participação democrática e inclusão social, emprega mais de 70.000 pessoas em 92 cooperativas e gerou mais de €11 bilhões em vendas em 2023.

### Redução das emissões de gases e importações

Ao desenvolver indústrias locais, os países do G20 podem reduzir sua dependência de importações, diminuindo assim a pegada de carbono associada ao transporte de mercadorias globalmente. Essa estratégia promove uma economia mais autônoma e resiliente, além de contribuir significativamente para o combate às mudanças climáticas. Por exemplo, a Alemanha implementou uma política ambiciosa de transição energética por meio de seu programa Energiewende. Em 2021, a participação de energia renovável em sua matriz energética foi de 18% do consumo total de energia primária, e as emissões de dióxido de carbono foram reduzidas em 38% em comparação com os níveis de 1990.

### Fortalecimento das comunidades locais

Criar empregos locais e apoiar a economia local fortalece os laços comunitários. Os indivíduos se sentem mais conectados ao seu ambiente e investem mais em sua comunidade, promovendo maior coesão social e um fortalecimento do senso de pertencimento. Ao direcionar especificamente populações sub-representadas para o emprego e treinamento, como mulheres, minorias étnicas, pessoas com

deficiência, etc., algumas desigualdades sociais e econômicas podem ser corrigidas. Integrar esses grupos no mercado de trabalho local não apenas promove a diversidade, mas também estimula a inovação e a criatividade dentro das empresas. Por exemplo, as robustas políticas de multiculturalismo e inclusão do Canadá, como a Lei de Multiculturalismo e a Lei de Equidade no Emprego, permitiram que os imigrantes estabelecidos representassem 26% da força de trabalho em 2017, ajudando a suprir a escassez de habilidades e impulsionando a inovação.

Todas essas iniciativas permitem que os residentes se reconectem local e globalmente em torno de valores compartilhados de respeito, justiça e colaboração, deixando um legado duradouro para as gerações futuras.

## RECOMENDAÇÕES

### Incentivar a colaboração multissetorial e parcerias público-privadas

Os líderes do G20 devem promover a colaboração multissetorial para desenvolver indústrias locais dinâmicas. Promover parcerias entre os setores público, privado e social é essencial para maximizar os recursos e talentos disponíveis, fomentando assim uma economia local diversificada e resiliente. Os investimentos públicos podem ser direcionados a essas iniciativas para promover a inovação.

### Promover o emprego local e a inclusão

A implementação de políticas para contratar talentos locais, incluindo mulheres, minorias étnicas e pessoas com deficiência, ajudará a reduzir o desemprego e abordará desigualdades sociais e econômicas. Essas políticas proporcionarão oportunidades para aqueles que mais precisam delas. Os líderes do G20 podem implementar cotas de recrutamento ou financiamento público para apoiar o emprego desses grupos específicos da população.

### Reduzir a dependência de importações

Incentivar a produção local reduz a dependência de importações e as emissões de gases de efeito estufa associadas ao transporte internacional. Essa abordagem apoia a sustentabilidade ambiental e a autonomia econômica das comunidades locais. O G20 poderia propor uma redução de impostos para as empresas que aderirem a essa estratégia.

Estimular a economia local por meio do consumo local

Promover uma economia circular onde a renda gerada localmente seja reinvestida na comunidade. Incentivar o gasto local apoia os negócios locais e estimula a demanda por bens e serviços, criando um ciclo virtuoso de crescimento econômico. Os países do G20 poderiam implementar políticas nacionais para incentivar o consumo local, criando esquemas de certificação ou rotulagem local ou oferecendo isenções fiscais e redução das taxas de IVA, por exemplo.

### Fortalecer a coesão social

Criar empregos locais e apoiar a economia local fortalece os laços comunitários e o senso de pertencimento. Indivíduos mais investidos em suas comunidades ajudam a promover maior coesão social e melhor qualidade de vida, o que contribui para um ambiente social e econômico mais estável e harmonioso.

Investir no desenvolvimento econômico local cria dinâmicas positivas que impactam a comunidade internacional, contribuindo para um mundo mais estável, sustentável e próspero.

## REFERÊNCIAS

- 1) United Nations Development Programme (UNDP) (2023). Global Multidimensional Poverty Index (MPI) 2023. [online] Available at: <https://hdr.undp.org/content/2023-global-multidimensional-poverty-index-mpi#/indicies/MPI> [Accessed 31 July 2024].
- 2) Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) (2018). Global Warming of 1.5°C [online] Available at: <https://www.ipcc.ch/sr15/> [Accessed 26 July 2024].
- 3) Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) (2023). Sixth Assessment Report. [online] Available at: <https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar6/> [Accessed 26 July 2024].
- 4) United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) (2023). Global Trends: Forced Displacement in 2023. [online] Available at: <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2023> [Accessed 26 July 2024].
- 5) Deloitte (2018). Diversity and inclusion at work:

Eight powerful truths. Deloitte Review, [online] Issue 22. Available at: <https://www2.deloitte.com/us/en/insights/deloitte-review/issue-22/diversity-and-inclusion-at-work-eight-powerful-truths.html> [Accessed 23 July 2024].

6) McKinsey & Company. (2015). Diversity Matters. [online] Available at: <https://www.mckinsey.com/business-functions/organization/our-insights/why-diversity-matters> [Accessed 23 Jul. 2024].

7) Boston Consulting Group. (2018). How Diverse Leadership Teams Boost Innovation. [online] Available at: <https://www.bcg.com/publications/2018/how-diverse-leadership-teams-boost-innovation> [Accessed 23 Jul. 2024].

8) Swedish Discrimination Act (Diskrimineringslagen) (2009). Available at: <https://www.do.se/choose-language/english/discrimination-act-2008567> [Accessed 31 July 2024].

9) Statistics Sweden (2022) Labor Force Surveys (LFS) - 4th Quarter 2021. [online] Available at: <https://www.scb.se/en/finding-statistics/statistics-by-subject-area/labour-market/labour-force-surveys/labour-force-surveys-lfs/pong/statistical-news/labour-force-surveys-lfs-4th-quarter-2021/> [Accessed 31 July 2024].

10) Swedish Gender Equality Agency (2020). Parental leave and gender equality. Available at: <https://www.jamstalldhetsmyndigheten.se/en> [Accessed 31 July 2024].

11) World Economic Forum. (2023) Global Gender Gap Report 2023. [online] Available at: <https://www.weforum.org/publications/global-gender-gap-report-2023/in-full/benchmarking-gender-gaps-2023/> [Accessed 31 July 2024].

12) Migrant Integration Policy Index (MIPEX) (2020). Sweden's integration policy. Available at: <http://www.mipex.eu/sweden> [Accessed 31 July 2024].

13) Mondragon Corporation 2023 Annual report. [online] Available at: <https://www.mondragon-corporation.com/urtekotxostena/> [Accessed 31 July 2024].

14) Agora Energiewende. (2020). The German Energiewende and its Climate Impact. [online] Available at: <https://www.agora-energiewende.org/about-us/the-german-energiewende/q1-what-is-the-german-energiewende> [Accessed 23 Jul. 2024].

15) Canadian Heritage. (2023) Annual Report on the Canadian Multiculturalism Act 2022-2023. [online] Available at: <https://www.canada.ca/en/>

[canadian-heritage/corporate/publications/plans-reports/annual-report-canadian-multiculturalism-act-2022-2023.html](https://www.canada.ca/en/canadian-heritage/corporate/publications/plans-reports/annual-report-canadian-multiculturalism-act-2022-2023.html) [Accessed 31 July 2024].

16) Statistics Canada. (2018) The Canadian Immigrant Labour Market: Recent Trends from 2006 to 2017. [online] Available at: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/pub/71-606-x/71-606-x2018001-eng.htm> [Accessed 31 July 2024].

17) OECD/European Union (2016), Inclusive Business Creation: Good Practice Compendium, Local Economic and Employment Development (LEED), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264251496-en>.

# LIDERANÇA RESPONSÁVEL PARA POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO INCLUSIVAS: CULTIVANDO CARREIRAS SUSTENTÁVEIS PARA CÔNJUGES DE MIGRANTES ALTAMENTE QUALIFICADOS

Autores:

Lina Daouk-Öyry / BI Norwegian Business School – Oslo,  
Noruega

Sahizer Samuk / BI Norwegian Business School – Oslo,  
Noruega

**RESUMO**

Atrair migrantes altamente qualificados (MAQ) tornou-se um fator importante para muitos países do hemisfério norte, como forma de enfrentar os desafios de uma população envelhecida e a diminuição das taxas de natalidade, que geram desafios econômicos, sociais e políticos significativos. Vários países adotaram estratégias especificamente voltadas para atrair esses trabalhadores, no entanto, reter os MAQs tem se mostrado um desafio, especialmente devido à ausência de inclusão sociocultural e econômica dos cônjuges dos MAQs no país anfitrião. Os cônjuges muitas vezes também são altamente qualificados e têm o potencial de contribuir de maneira significativa para a economia do país anfitrião. No entanto, enfrentam uma série de desafios durante o processo de realocação, incluindo o reconhecimento de suas habilidades, desqualificação (ou seja, migrantes trabalhando em empregos que exigem habilidades de nível inferior às que realmente possuem), trabalhos precários, além de isolamento social, dificuldades de adaptação a uma nova sociedade sem estruturas de apoio estabelecidas. Além disso, frequentemente lidam com a difícil tarefa de criar filhos em ambientes desconhecidos, sem suas redes de apoio tradicionais.

O desenvolvimento sustentável depende de um fornecimento robusto de trabalhadores saudáveis e produtivos. Este informe de políticas aborda a questão muitas vezes negligenciada da integração econômica e sociocultural dos MAQs e seus cônjuges nos países anfitriões e propõe intervenções políticas direcionadas para ajudar os cônjuges de MAQs a construir carreiras sustentáveis, melhorar seu bem-estar e maximizar suas potenciais contribuições para as economias anfitriãs. O informe também defende uma abordagem holística para as políticas de MAQ que ative parcerias colaborativas entre governos, empregadores e organizações da sociedade civil. O objetivo é garantir que os cônjuges de MAQs sejam reconhecidos como valiosos contribuintes para as economias anfitriãs, priorizando sua empregabilidade e suas ambições profissionais de longo prazo. Os estados receptores podem investir em programas de inclusão econômica, social e cultural para esse grupo, visando sua chegada, assentamento e contribuição futura sustentável para a sociedade anfitriã, além de monitorar e

aprimorar continuamente a eficácia dos programas de integração para os casais qualificados. Exercitar essa responsabilidade coletiva está no cerne da liderança responsável, onde as esferas financeira, sociopolítica, ecológica e moral se intersectam. Isso aprimorará o bem-estar, o senso de pertencimento e as chances de trabalho decente e carreiras sustentáveis para os cônjuges de MAQs.

**PRINCIPAIS DESTAQUES**

A composição demográfica global está mudando rapidamente, marcada pelo aumento da expectativa de vida e pela queda da taxa de natalidade, o que pode levar a desafios sociais e econômicos multifacetados em alguns países. Em 2020, o grupo etário de crescimento mais rápido foi o dos “idosos”, com 65 anos ou mais (Nações Unidas, 2024), o que aumenta a pressão sobre os sistemas de saúde. Isso é agravado pela diminuição da população em idade ativa (Ahmed, Cruz, Quillin, & Schellenkens, 2016), o que causa escassez de mão de obra e afeta profundamente os sistemas de pensões, com menos contribuintes para apoiar os aposentados. Na Europa, projeta-se que, a partir de 2026, a queda populacional não será compensada pela migração interna (Eurostat, 2024).

**DESAFIOS**

Atrair migrantes altamente qualificados (HSM) tornou-se um fator essencial para muitos países do norte global enfrentarem esses desafios (Comissão Europeia, 2023). Especificamente, esse grupo pode ajudar a mitigar essas deficiências demográficas, preenchendo lacunas no mercado de trabalho em diversos setores, reduzindo a carga sobre os sistemas de saúde ao preencher papéis vitais e oferecer serviços essenciais às populações envelhecidas, além de reforçar os fundos de pensões com suas contribuições. No entanto, são necessárias políticas para atrair e reter esse grupo, apoiando suas necessidades de integração como uma comunidade migrante, o que inclui suas famílias.

Em 2017, estimou-se que cerca de 3,5% da população global, aproximadamente 258 milhões de indivíduos, eram migrantes internacionais vivendo fora de seus países de origem (ONU, 2017). De maneira geral, as pessoas decidem migrar para reassentamento permanente, trabalho ou para buscar

refúgio. Alguns podem se deslocar como resultado da “migração atrelada”, que é a migração feita para o bem-estar coletivo do casal ou da família (Banerjee & Phan, 2015).

Não é fácil para as famílias migrantes se reunirem em um prazo razoável devido às rígidas políticas migratórias. Muitos migrantes altamente qualificados estarão acompanhados de membros da família, ou seja, cônjuges e filhos. No entanto, os cônjuges acompanhantes enfrentam desafios no país de acolhimento devido a diferentes fatores, particularmente na integração ao mercado de trabalho. Muitas vezes, assume-se que esses migrantes qualificados e seus cônjuges se integram bem ao mercado de trabalho, mas muitos cônjuges, que frequentemente também são altamente qualificados, não conseguem construir uma carreira no país de acolhimento (Weiner et al., 2020). A falta de reconhecimento de qualificações, exigências elevadas de idiomas, discriminação e a ausência de redes de apoio estão entre os desafios que atuam como barreiras para a entrada no mercado de trabalho.

Alguns argumentam que as políticas de integração são projetadas com uma abordagem “tamanho único”, o que reflete a falta de conscientização sobre as conquistas educacionais dos migrantes familiares, incluindo os cônjuges qualificados (Purkayastha & Bircan, 2023). As políticas de integração não acomodam qualificações obtidas no exterior, resultando em grandes obstáculos sociais, econômicos e de carreira para os HSM. Em muitos casos, os cônjuges não conseguem entrar no mercado de trabalho, o que não lhes proporciona independência econômica. Outro cenário enfrentado por esses cônjuges é a desqualificação, onde eles acabam aceitando empregos que exigem habilidades de nível inferior às que possuem, sendo esses empregos muitas vezes precários e desmoralizantes para quem investiu em educação, treinamento e trabalho durante muitos anos. O Migration Policy Institute estimou o valor das perdas salariais causadas pelo subemprego entre migrantes nos EUA em US\$ 40 bilhões por ano (Ro, 2022). Sob a perspectiva de carreira, os cônjuges que aceitam empregos abaixo de seu nível de habilidades enfrentam dificuldades para construir carreiras sustentáveis, que podem não se alinhar com suas experiências passadas ou aspirações futuras. Isso também os coloca em posições que limitam os fundos que podem

enviar de volta para casa. A incapacidade dos cônjuges de construir carreiras sustentáveis no país de acolhimento pode ser uma das razões pelas quais os estados anfitriões não conseguem reter talentos altamente qualificados a longo prazo.

### SOLUÇÕES

Promover a integração dos cônjuges e das famílias dos migrantes altamente qualificados (HSM) pode ajudar a enfrentar os desafios demográficos e apoiar o crescimento econômico sustentável, alinhando-se com os objetivos do G20. Isso também é fundamental para abordar vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, particularmente o ODS 10.7, que pede aos países que: “facilitem a migração e mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas” por meio da elaboração e implementação de políticas migratórias abrangentes. Políticas migratórias que incluem os cônjuges são mais responsáveis pela promoção e gestão da igualdade e diversidade.

Intervenções políticas direcionadas podem ajudar os cônjuges a construir carreiras sustentáveis, melhorar seu bem-estar e maximizar suas contribuições potenciais para as economias anfitriãs. Existem exemplos de práticas que funcionaram bem e podem ser adotadas e aprimoradas para promover a plena integração desses membros da família. Por exemplo, o programa de trabalhadores de apoio médico no Reino Unido criou oportunidades para médicos estrangeiros qualificados, sem registro no General Medical Council, trabalharem em alguma capacidade no Serviço Nacional de Saúde do país. Outro exemplo vem do Canadá, que leva em consideração as responsabilidades de criação de filhos ao avaliar a experiência de trabalho. Na Austrália, o visto de parceiro com direitos de trabalho permite que cônjuges de trabalhadores qualificados solicitem vistos, como o visto de escassez temporária de habilidades ou o visto de trabalho independente qualificado, que permite ao cônjuge trabalhar sem a necessidade de um visto de trabalho separado. Da mesma forma, na UE, a diretiva do Cartão Azul permite que os cônjuges dos titulares do Cartão Azul trabalhem e estudem nos estados membros da UE.

No entanto, todas essas políticas de integração precisam reconhecer as qualificações estrangeiras para

permitir que os cônjuges ingressem no mercado de trabalho. Exercitar essa responsabilidade coletiva para com os HSM e seus cônjuges está no cerne da liderança responsável, onde as esferas financeira, sociopolítica, ecológica e moral se interseccionam.

### RECOMENDAÇÕES

Os líderes do G20 devem considerar uma abordagem holística para as políticas de migração de trabalhadores altamente qualificados, que ative parcerias colaborativas entre governos, empregadores e organizações da sociedade civil, por meio de:

1) Reconhecer os cônjuges de HSM como contribuintes valiosos para as economias anfitriãs e priorizar sua empregabilidade e ambições de carreira a longo prazo através de:

- Adotar uma abordagem holística para as políticas de migração de trabalhadores altamente qualificados, que leve em consideração as habilidades dos cônjuges e suas contribuições potenciais no país anfitrião.

- Criar acordos bilaterais intergovernamentais entre os países para o reconhecimento dos diplomas dos cônjuges altamente qualificados.

- Desenvolver um programa de parceria entre governo e setor privado para informar os empregadores sobre as habilidades disponíveis e o que esses migrantes podem trazer para a economia. Isso ajudará não apenas a melhorar a diversidade e inclusão nas organizações, mas também a reduzir os custos econômicos do subemprego.

2) Investir em programas de inclusão econômica, social e cultural para os cônjuges de HSM, que comecem desde a sua chegada ao país anfitrião: Criar serviços de colocação de emprego, reconhecer credenciais, oferecer aulas de idioma e atividades de construção de comunidade. Também é importante continuar a defender práticas inclusivas nas organizações, abrangendo recrutamento e seleção, para aumentar a equidade e reduzir a discriminação.

- Estabelecer redes de apoio para esses cônjuges, a fim de facilitar sua integração econômica e social, ao mesmo tempo que expande as oportunidades de encontrar um emprego significativo.

- Oferecer programas de mentoria para ajudar a aumentar a conscientização sobre as oportunidades no mercado de trabalho e as culturas de trabalho.

3) Monitorar a eficácia dos programas de integração para casais qualificados e melhorar os programas

conforme necessário para garantir sua eficácia em atender às necessidades dos HSS.

### REFERÊNCIAS

Ahmed, S., Cruz, M., Quillin, B., & Schellekens, P. (2016). Demographic change and development: a global typology. World Bank Policy Research Working Paper, (7893).

Banerjee, R., & Phan, M. P. (2015). Do tied movers get tied down? The occupational displacement of dependent applicant immigrants in Canada. *Journal of International Migration and Integration*, 16, 333–353.

Bonini, E. (2024). Eurostat: “From 2026, the EU population in decline, and immigration won’t help anymore”. Retrieved from <https://www.eunews.it/en/2024/07/10/eurostat-from-2026-the-eu-population-in-decline-and-immigration-wont-help-anymore/>.

European Commission (2023, July 18th). Harnessing Talent in Europe: Commission launches new Platform and working groups to tackle demographic challenges across the Union [https://ec.europa.eu/regional\\_policy/whats-new/newsroom/18-07-2023-harnessing-talent-in-europe-commission-launches-new-platform-and-working-groups-to-tackle-demographic-challenges-across-the-union\\_en](https://ec.europa.eu/regional_policy/whats-new/newsroom/18-07-2023-harnessing-talent-in-europe-commission-launches-new-platform-and-working-groups-to-tackle-demographic-challenges-across-the-union_en) accessed on the 7th of August 2024.

Eurostat (2024). Population projections in the EU. Retrieved from <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?oldid=497115>

Kurian, M. C. (2023). ‘But why did you come back in the first place?’ Return Migration to India: Narratives of Longing and Belonging, ‘Home’ and Identity.

Purkayastha, D., & Bircan, T. (2023). Present but not counted: highly skilled migrant women in Belgium. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 49(1), 294-312.

Ro, C. (2022). “Brain waste: The skilled workers who can’t get jobs”. BBC. Retrieved from <https://www.bbc.com/worklife/article/20220203-brain-waste-the-skilled-workers-who-cant-get-jobs>

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2024). World Population Prospects 2024, Online Edition.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). Trends in International Migrant Stock: The 2017 revision (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2017)

Weinar, A., Klekowski von Koppenfels, A. (2020). The State and the Highly Skilled Immigrant. In:

Highly-Skilled Migration: Between Settlement and Mobility. IMISCOE Research Series. Springer, Cham.  
[https://doi.org/10.1007/978-3-030-42204-2\\_3](https://doi.org/10.1007/978-3-030-42204-2_3)

# A COALIZÃO DAS COMUNIDADES CULTURAIS DE MANITOBA PARA FAMÍLIAS INC. (CMCCF)

Autor

Martin Itzkow / (CEO, Coalizão de Comunidades Culturais de Manitoba para Famílias Inc. - CMCCF) / Canadá

### Reimaginando o futuro das Comunidades Culturais como Líderes Inclusivos, praticando Justiça Social por meio de Engajamento Autêntico com o Governo e suas Agências

#### 1. PONTOS-CHAVE

A Liderança Inclusiva é o tema central onde as ‘comunidades culturais’ desempenham um papel vital para engajar autenticamente, defender e cocriar soluções com diversos formuladores de políticas, ajudando a reconstruir a confiança e fomentar a mudança social. Isso é demonstrado por quatro pontos principais:

1. **Participação Inclusiva:** O primeiro princípio da CMCCF defende a liderança inclusiva para garantir que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas durante o desenvolvimento e implementação de políticas. Isso envolve a criação de estruturas legais, estruturas de governança diversas e avaliações regulares de impacto para criar políticas equitativas.
2. **Engajamento das Comunidades Culturais:** Para garantir que a liderança inclusiva seja refletida, é essencial fomentar a participação ativa de todas as comunidades culturais. Ao se envolver com essas comunidades, líderes culturais e políticos podem construir confiança, aprimorar a competência cultural e garantir que as políticas atendam às necessidades específicas. Isso ajuda a promover uma sociedade mais inclusiva e justa.
3. **Equilíbrio de Abordagens:** A liderança inclusiva eficaz envolve equilibrar integração e acomodação como uma estrutura na formulação de políticas. Os líderes devem navegar por essas abordagens para promover a unidade, a multiculturalidade e o respeito pelas diferenças culturais, criando uma sociedade coesa e diversificada.
4. **Engajamento Autêntico:** Demonstrar liderança inclusiva por meio de um engajamento autêntico significa abraçar a participação genuína e significativa, caracterizada pelo compromisso, transparência e benefício mútuo. Essa abordagem garante que as interações sejam sinceras, promovam a confiança e resultem em políticas mais eficazes e inclusivas.

#### 2. DESAFIOS

### Desafio 1: Abraçando a Diversidade e a Evolução

- **Pressupostos:** As comunidades culturais no Canadá são inerentemente diversas, em constante evolução e refletem um mosaico de direitos coletivos e individuais.
- **Desafios:** Como aqueles que estão no poder podem adaptar políticas e iniciativas para acomodar as mudanças demográficas e os valores dentro dessas comunidades, garantindo uma abordagem flexível e responsiva à governança?

### Desafio 2: Garantindo Inclusividade em Todas as Idades e Diversidades

- **Pressupostos:** As comunidades culturais consistem em indivíduos de todas as idades e diversidades, cada um contribuindo com perspectivas e valores únicos.
- **Desafios:** Como os formuladores de políticas podem garantir que as aspirações de todos os membros da comunidade sejam atendidas, proporcionando representação e voz para diversas origens no processo de construção do futuro do Canadá?

### Desafio 3: Respeitando a Autodeterminação e a Voz da Comunidade

- **Pressupostos:** Existe uma forte busca por autodeterminação dentro das comunidades culturais, onde as vozes dos membros da comunidade são respeitadas e sua visão de um futuro positivo é primordial.
- **Desafios:** Como aqueles que estão no poder podem priorizar e respeitar a autonomia das comunidades culturais, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e seus caminhos autodeterminados sejam apoiados nos processos de tomada de decisão?

### Desafio 4: Comprometendo-se com Iniciativas de Paz Positiva

- **Pressupostos:** As comunidades culturais estão comprometidas em liderar iniciativas de paz positiva voltadas para a redução do racismo, ódio e discriminação.
- **Desafios:** Como os formuladores de políticas e influenciadores podem apoiar e destacar

## COMMUNIQUE

iniciativas que promovem a paz, compreensão e colaboração, combatendo ativamente a discriminação e promovendo um Canadá mais inclusivo?

### ENTENDENDO OS DESAFIOS PARA O FUTURO DO CANADÁ

#### Pressupostos da Visão:

- **Diversidade Cultural:** Reconhecer que as comunidades culturais no Canadá são diversas e evolutivas.
- **Inclusividade:** Garantir a inclusividade em todas as idades e diversidades dentro dessas comunidades.
- **Autodeterminação:** Respeitar a busca pela autodeterminação e pela voz da comunidade.
- **Paz Positiva:** Comprometer-se com iniciativas que promovem a paz positiva e combatem a discriminação.

Construindo a Visão: Formuladores de políticas, políticos e influenciadores de poder devem:

1. **Adaptar-se à Diversidade:** Desenvolver políticas que sejam flexíveis e responsivas às mudanças demográficas e aos valores das comunidades culturais.
2. **Garantir Representação:** Criar processos inclusivos que dêem voz a indivíduos de origens e idades diversas.
3. **Respeitar a Autonomia:** Apoiar os caminhos autodeterminados das comunidades culturais, respeitando sua autonomia na tomada de decisões.
4. **Promover a Paz:** Apoiar ativamente e destacar iniciativas voltadas para a redução do racismo, ódio e discriminação, promovendo uma sociedade colaborativa e inclusiva.

### 3. SOLUÇÕES:

#### Solução #1. Campo de Jogo Nivelado

Criar um campo de jogo nivelado em uma sociedade dominada por normas da maioria exige uma estratégia abrangente para garantir que os direitos das minorias sejam respeitados e valorizados. Criar um campo de jogo nivelado assegura equidade, reduz discriminação, fomenta a coesão social, impulsiona o crescimento econômico e defende os

## VISÕES DE VALOR: A vantagem colaborativa

princípios democráticos.

### Principais estratégias para um campo de jogo nivelado podem incluir:

1. **Estruturas Legais e Políticas**
  - o Estabelecer e fazer cumprir leis que protejam os direitos das minorias e promovam a igualdade.
  - o Implementar leis e políticas robustas contra a discriminação e que promovam o multiculturalismo e a diversidade.
2. **Governança Inclusiva**
  - o Garantir que os corpos de tomada de decisão e as estruturas de governança representem as comunidades minoritárias.
  - o Utilizar cotas, conselhos consultivos e práticas de contratação inclusivas para integrar diferentes perspectivas.
3. **Competência Cultural**
  - o Exigir treinamento de competência cultural e sensibilidade em todos os setores, incluindo governo, educação, saúde e segurança pública.
4. **Conscientização Pública e Educação**
  - o Implementar campanhas de conscientização pública e integrar a educação sobre diversidade nos currículos escolares para mudar normas sociais e reduzir preconceitos.
5. **Engajamento Comunitário**
  - o Envolver as comunidades minoritárias por meio de consultas regulares, pesquisas participativas e apoio a iniciativas lideradas pela comunidade.
6. **Empoderamento Econômico**
  - o Desenvolver programas para apoiar o empoderamento econômico das comunidades minoritárias, oferecendo acesso a financiamentos, apoio ao desenvolvimento de negócios e oportunidades de emprego.
7. **Representação na Mídia**
  - o Defender uma representação diversificada na mídia para normalizar a diversidade, combater estereótipos e promover a aceitação social mais ampla.
8. **Distribuição Equitativa de Recursos**
  - o Garantir que os recursos sejam distribuídos

de forma justa, considerando as necessidades específicas das comunidades minoritárias em áreas como educação, saúde, habitação e serviços sociais.

9. **Redes de Apoio**  
o Estabelecer e fortalecer redes e alianças entre comunidades minoritárias e entre grupos minoritários e majoritários.

10. **Avaliação do Impacto das Políticas**  
o avaliar regularmente o impacto das políticas nas comunidades minoritárias e fazer os ajustes necessários para evitar efeitos negativos desproporcionais.

Ao implementar essas estratégias de campo de jogo nivelado, as sociedades podem trabalhar para criar um ambiente mais inclusivo e equitativo, alinhado aos objetivos de promover justiça social, equidade e diversidade.

### Solução #2. Engajamento Autêntico

O engajamento autêntico envolve uma participação genuína, sincera e significativa, onde todas as partes estão comprometidas, transparentes e alinhadas com suas verdadeiras intenções. Os principais elementos incluem:

1. **Genuinidade:** Interações sinceras e transparentes, com ações alinhadas aos valores verdadeiros.
2. **Comprometimento:** Dedicção total e investimento emocional no processo.
3. **Benefício Mútuo:** Esforços colaborativos focados em objetivos compartilhados que beneficiam todas as partes.
4. **Confiança e Respeito:** Construção de confiança por meio de ações consistentes e respeito pelas perspectivas diversas.
5. **Interação Significativa:** Conversas profundas e escuta ativa, valorizando a contribuição de cada um.
6. **Transparência:** Comunicação aberta e compartilhamento de informações e feedback.

No engajamento entre o governo e as comunidades culturais, o engajamento autêntico garante

interações significativas e colaboração eficaz. Envolve escuta ativa, cocriação de políticas, resposta às necessidades da comunidade e diálogo contínuo. Essa abordagem fortalece relacionamentos e leva a políticas mais inclusivas e eficazes.

### Estabelecendo e Sustentando uma Estrutura de Engajamento de Liderança Inclusiva

1. **Representação e Voz**  
o **Objetivo:** Garantir que as comunidades culturais tenham uma plataforma para expressar suas perspectivas e influenciar a tomada de decisões governamentais.

o **Ação:** Cocriação de fóruns regulares e estruturas consultivas com representantes de diversas comunidades culturais, intergeracionais e interculturais.

2. **Abordando Necessidades Específicas**  
o **Objetivo:** Adaptar políticas e programas governamentais para atender às necessidades únicas das comunidades culturais.

o **Ação:** Cocriação de avaliações de necessidades e engajamentos comunitários para reunir contribuições sobre desafios e prioridades específicas.

3. **Construindo Confiança e Relacionamentos**  
o **Objetivo:** Fomentar confiança e relacionamentos fortes entre o governo e as comunidades culturais.

o **Ação:** Cocriação de comunicação consistente e transparente e cumprimento dos compromissos assumidos durante os engajamentos.

4. **Garantindo Equidade e Inclusão**  
o **Objetivo:** Advogar por tratamento equitativo e inclusão das comunidades culturais nas estruturas sociais.

o **Ação:** Revisar e revisar políticas em discussão com as comunidades culturais para eliminar barreiras sistêmicas e promover a inclusão nos serviços governamentais.

5. **Aprimorando a Competência Cultural**  
o **Objetivo:** Melhorar a compreensão e respeito do governo pelas práticas culturais e perspectivas.

o **Ação:** Fornecer treinamento de competência

cultural e outras habilidades para aprimorar a escuta e compreensão dos funcionários e representantes do governo, com base nas contribuições da comunidade.

### 6. Criando Oportunidades

o **Objetivo:** Aumentar o acesso a recursos e oportunidades governamentais para as comunidades culturais.

o **Ação:** Cocriação de programas e iniciativas direcionadas para apoiar o desenvolvimento comunitário e a participação.

### 7. Fortalecendo a Coesão Social

o **Objetivo:** Promover a unidade e harmonia dentro da sociedade mais ampla por meio de um engajamento construtivo.

o **Ação:** Cocriação de atividades comunitárias e diálogos interculturais que incentivem a compreensão mútua e o respeito.

### 8. Aprendizagem Mútua

o **Objetivo:** Fomentar múltiplos intercâmbios bidirecionais de conhecimento, melhores práticas e sabedoria tradicional comunitária.

o **Ação:** Organizar workshops, encontros comunitários, eventos culturais, seminários e conferências com as comunidades culturais, onde tanto membros do governo quanto membros da comunidade possam compartilhar ideias e aprender uns com os outros.

## 4. RECOMENDAÇÕES

Para alcançar um engajamento autêntico, os governos devem aplicar uma lente de liderança inclusiva por meio de educação, apoio institucional, recursos, responsabilidade e mudanças culturais. Isso promove a confiança com as comunidades culturais, levando a melhores políticas e maior coesão social.

Considerações:

1. Avaliar se as práticas de engajamento estão tendenciosas para certos padrões culturais.
2. Refletir sobre a forma de ver os novos cidadãos, seja por meio de assimilação, integração ou acomodação.
3. Priorizar a acomodação, respeitando e incorporando os diversos contextos culturais.

### AÇÕES PROPOSTAS

1. **Compreendendo e Desafiando os Preconceitos:** Avaliar preconceitos no engajamento, questionar assimilação vs. integração, garantir um engajamento imparcial.
2. **Abraçando Caminhos Diversos:** Refletir sobre modelos de acomodação, promover a preservação da identidade cultural, garantir políticas inclusivas.
3. **Priorizar a Acomodação:** Projetar políticas integradoras e acomodativas, garantir práticas flexíveis, permitir que novas populações moldem políticas.
4. **Compreendendo o Engajamento Autêntico:** Realizar treinamentos, apresentar estudos de caso, envolver especialistas, construir confiança, melhorar políticas, aumentar a participação.
5. **Apoio Institucional e Comprometimento:** Desenvolver políticas de engajamento autêntico, oferecer incentivos, apoiar o engajamento.
6. **Infraestrutura e Recursos:** Nomear responsáveis pelo engajamento, alocar recursos, investir em ferramentas de apoio.
7. **Métricas e Responsabilidade:** Desenvolver métricas de engajamento, implementar mecanismos de relatórios e feedback.
8. **Mudança Cultural:** Fomentar uma cultura de engajamento, construir relacionamentos comunitários de longo prazo, incorporar transparência e respeito na ética. question assimilation vs. integration, ensure unbiased engagement.

### DO LOCAL AO GLOBAL:

O Modelo de Conexão do Local ao Global é um modelo poderoso para amplificar as vozes locais e promover um impacto global. Ao unir práticas orientadas pela comunidade com iniciativas internacionais, ele capacita as comunidades culturais a enfrentarem desafios compartilhados como justiça social, inclusão e equidade. Fundamentado nos valores de participação e liderança, esse modelo transforma experiências locais em catalisadores de mudanças globais, incentivando a colaboração intercultural e o aprendizado. Ele promove uma visão coletiva em que diversas perspectivas informam políticas e soluções inclusivas. À medida que as

comunidades se conectam globalmente, elas contribuem para a construção de um mundo mais justo, equitativo e coeso, fundamentado no respeito mútuo e em objetivos compartilhados.

RESUMO

A liderança inclusiva enfatiza o papel vital das comunidades culturais na formação de políticas equitativas e no fomento da mudança social. Existem muitos defensores das comunidades culturais para uma participação inclusiva, engajamento comunitário, equilíbrio entre assimilação e multiculturalismo e engajamento autêntico. Os principais desafios incluem adaptar as políticas aos valores em evolução das comunidades, garantir representação em todas as idades e diversidades, respeitar a autodeterminação e apoiar iniciativas de paz positiva. As soluções envolvem a criação de um campo de jogo nivelado por meio de estruturas legais, governança inclusiva, competência cultural e engajamento autêntico.

As recomendações enfatizam a compreensão de preconceitos, a priorização da acomodação e o investimento em recursos e métricas para garantir um engajamento comunitário significativo, transparente e com melhores resultados políticos.

REFERÊNCIAS

1. Barrett, R. (2013). *The Values-Driven Organization: Unleashing Human Potential for Performance and Profit*. Routledge.
2. Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299.
3. Kania, J., & Kramer, M. (2011). Collective impact. *Stanford Social Innovation Review*, 9(1), 36–41.
4. Kymlicka, W. (1995). *Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights*. Oxford University Press.
5. MacKinnon, S. (2015). *Decolonizing Employment: Aboriginal Inclusion in Canada’s Labour Market*. University of Manitoba Press.
6. Arapis, T., & Reeves, A. (2018). Engagement of minority communities in local governance: A case study of Latino engagement in U.S.

- municipalities. *Journal of Public Affairs*, 18(4), e1753. <https://doi.org/10.1002/pa.1753>
7. Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
8. Betancourt, J. R., Green, A. R., & Carrillo, J. E. (2002). Cultural competence in health care: Emerging frameworks and practical approaches. *The Commonwealth Fund*.
9. Carroll, W. K., & Ratner, R. S. (1996). Master frames and counter-hegemony: Political sensibilities in contemporary social movements. *Canadian Review of Sociology/Revue canadienne de sociologie*, 33(4), 407–435. <https://doi.org/10.1111/j.1755-618X.1996.tb02402.x>
10. City of Toronto. (2017). *Toronto newcomer strategy: Supporting the integration and inclusion of newcomers*. City of Toronto.
11. Cornwall, A., & Jewkes, R. (1995). What is participatory research? *Social Science & Medicine*, 41(12), 1667–1676. [https://doi.org/10.1016/0277-9536\(95\)00127-S](https://doi.org/10.1016/0277-9536(95)00127-S)
12. Cross, T., Bazron, B., Dennis, K., & Isaacs, M. (1989). *Towards a culturally competent system of care, Volume I*. Georgetown University.
13. Department of Indigenous Services Canada. (2017). *Engaging Indigenous communities in Canada: A policy framework*. Government of Canada.
14. Freire, P. (1970). *Pedagogy of the oppressed*. Continuum.
15. Kania, J., & Kramer, M. (2011). Collective impact. *Stanford Social Innovation Review*, 9(1), 36–41.
16. Kretzmann, J. P., & McKnight, J. L. (1993). *Building communities from the inside out: A path toward finding and mobilizing a community’s assets*. ACTA Publications
17. McCloskey, D. J., McDonald, M. A., Cook, J., Heurtin-Roberts, S., Updegrove, S., Sampson, D., ... & Eder, M. (2011). Community engagement: Definitions and organizing concepts from the literature. In D. J. McCloskey et al. (Eds.), *Principles of community engagement* (2nd ed., pp. 3–41). National Institutes of Health. <https://doi.org/10.1037/e573362012-001>
18. Schwartz, R., & Roussin, J. (2013). *The skilled facilitator: A comprehensive resource for consultants, facilitators, coaches, and trainers*. John Wiley

& Sons.

19. Sue, D. W., & Sue, D. (2012). *Counseling the culturally diverse: Theory and practice* (6th ed.). John Wiley & Sons.

20. Wenger, E. (1998). *Communities of practice: Learning, meaning, and identity*. Cambridge University Press.

# O VALOR DA DIGNIDADE HUMANA ESTÁ NO CENTRO DA INTEGRIDADE DA LIDERANÇA E DA INCLUSÃO SOCIAL

Autora:

Patricia Berba / Faculdade Nacional de Administração Pública e Governança, Universidade das Filipinas / Escola de Educação e Desenvolvimento Humano, Universidade da Ásia e do Pacífico / Filipinas

### DESTAQUES PRINCIPAIS

Temos uma humanidade compartilhada em meio à diversidade enraizada em nossa unicidade. Dotados de mentes e vontades para pensar e agir livremente, somos capazes de transcendência pessoal para o desenvolvimento individual e podemos todos contribuir para o progresso mundial. Independentemente de desenvolvermos ou não nosso pleno potencial, essa natureza humana e potencial é nossa fonte comum de dignidade e igualdade humana.

Em todos os níveis de governança, respeitar a dignidade humana inviolável de todos é essencial para formular leis, políticas e programas para o desenvolvimento integral de todos.

### DESAFIOS

Em diferentes áreas da vida, as pessoas enfrentam desafios como a inacessibilidade a serviços de saúde e educação de qualidade, mudanças climáticas, desigualdades econômicas, injustiças ambientais e legais, violência e discriminação. Além desses desafios, as pessoas também lidam com a corrupção ou a falta de integridade de algumas pessoas no poder, o que pode resultar na exclusão social de setores específicos. Quando as pessoas são privadas de direitos humanos fundamentais, os problemas podem se agravar e levar a agitações sociais, o que, por outro lado, também pode ser um catalisador para mudanças positivas ou um chamado à ação. Embora protestos pacíficos possam ser um canal necessário para que as reais preocupações dos cidadãos sejam ouvidas (Radaelli e Baldoli, 2021), alguns podem se aproveitar desses protestos para explorar pessoas inocentes ou grupos militantes podem abusar desses eventos para promover suas agendas. Em alguns casos extremos, partes agressivas podem pressionar ilicitamente legisladores a reverter leis baseadas em princípios para obter vantagens políticas.

Na raiz de tudo isso está uma compreensão insuficiente da dignidade humana. A importância de entender a dignidade humana não pode ser exagerada. Essa compreensão pode gerar empatia e respeito por todos os indivíduos, independentemente de suas circunstâncias. Infelizmente, algumas pessoas com agendas políticas podem até desviar

fundos públicos para ganhos pessoais em vez de investir no bem comum. Isso revela uma necessidade real de entender a essência da autoridade como um serviço público e sua responsabilidade final de cuidar de todos, sem exceção.

O mesmo se aplica globalmente quando nações poderosas minam a dignidade de outros países por meio de agressões para obter controle sobre as pessoas e seus recursos. Isso destaca a necessidade urgente de priorizar os direitos humanos e o bem-estar, pois, atualmente, há uma profunda falta de humanidade, onde ganhos materiais e os recursos do planeta são mais valorizados do que o bem-estar das comunidades. Embora a causa dos problemas nem sempre seja a corrupção ou a má intenção, há culpabilidade de líderes que carecem de competência profissional e integridade. Os cidadãos sofrem devido a políticas mal elaboradas e implementadas e a decisões equivocadas. O papel dos líderes é fundamental, e cabe a eles garantir que as decisões políticas promovam justiça social e direitos humanos.

### SOLUÇÕES

As evidências mostram que líderes com integridade promovem a dignidade humana, o que lhes permite impulsionar resultados de desempenho de forma sustentável. Um exemplo é a liderança que conduziu a transformação corporativa da antiga empresa estatal de águas das Filipinas, a Metropolitan Waterworks and Sewerage System (MWSS), durante sua privatização e subsequente aquisição pela Ayala, por meio da Manila Water Company (MWC), responsável pelo fornecimento de água na Zona Leste do país.

Em 1997, o presidente Fidel Ramos promulgou a Lei de Crise Nacional da Água nas Filipinas, abrindo caminho para a privatização da MWSS. A agência tinha a reputação de ser mal gerida, e seus funcionários eram considerados ineficientes. O acesso dos clientes ao serviço de água 24 horas era de apenas 26%, enquanto a água não faturada (NRW, uma das principais métricas de desempenho de sistemas de água) representava 63% de sua produção total. Na época da privatização, o novo CEO e a equipe de gestão da Manila Water adotaram uma abordagem centrada nas pessoas para conduzir a

transformação corporativa de forma eficaz, levando a empresa a atingir um recorde sustentado em desempenho. A companhia foi reconhecida globalmente como um modelo de privatização e foi elogiada por organizações internacionais como a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, além de ser registrada como um estudo de caso de sucesso pela Harvard Business School.

Enquanto otimizavam processos e investiam em tecnologias para melhorar as operações, a equipe de gestão priorizou mudanças que impactassem diretamente sua força de trabalho, demonstrando compromisso com a inclusão e o serviço público. Isso incluiu intervenções de desenvolvimento organizacional para mudar mentalidades, fomentar o entendimento cultural entre trabalhadores locais e expatriados e capacitar todos os funcionários.

Embora a maioria dos funcionários da MWSS tenha escolhido permanecer na MWC, a empresa teve que reduzir o quadro de funcionários, considerando o tamanho da força de trabalho antes da privatização. A gestão introduziu um programa de aposentadoria antecipada, oferecendo oportunidades de desenvolvimento de habilidades e treinamentos para geração de renda. Os funcionários aposentados continuaram a ter oportunidades de trabalhar na empresa em projetos temporários.

A empresa também melhorou significativamente as condições de trabalho dos funcionários, implementando imediatamente o programa de Qualidade e Organização 5S, juntamente com reparos físicos e renovações nas instalações de trabalho.

O CEO, acompanhado por um membro da equipe de gestão, frequentemente se reunia com grupos de funcionários durante o almoço para conhecê-los pessoalmente e entender suas experiências de trabalho no dia a dia.

Foi introduzido um prêmio de “empregado modelo” para reconhecer o bom desempenho dos funcionários em todos os níveis e funções. Muitos premiados pela empresa chegaram a receber prêmios nacionais, o que inspirou outros a seguirem o mesmo padrão de disciplina no trabalho.

Além disso, a gestão estabeleceu contato com líderes do sindicato trabalhista, que eram militantes e resistentes à privatização no início. A autenticidade da gestão conquistou a confiança dos líderes sindicais, pois as preocupações dos membros foram abordadas, o que mudou suas atitudes e mentalidades, tornando-os fortes apoiadores dos programas da empresa.

Para garantir que todos se beneficiassem do crescente desempenho da empresa, 6% das ações da empresa foram alocadas e distribuídas para todos os funcionários a ₱1 por ação. Quando a MWC foi listada na Bolsa de Valores das Filipinas pouco depois de sua fundação, no mesmo ano, os funcionários obtiveram lucro, com a oferta pública inicial sendo de ₱6,5 por ação.

Sua abordagem centrada nas pessoas provou ser eficaz, pois a empresa continua a apresentar um ótimo desempenho até hoje. Em 2023, por exemplo, registrou lucros consolidados de ₱5,6 bilhões, seu preço de ações ultrapassou ₱25, refletindo forte confiança do mercado, e sua Água Não Faturada (NRW) é de 13,5%, comparável aos melhores níveis da região. Em novembro de 2023, a Manila Water possui uma base de 7,6 milhões de clientes que recebem água limpa e potável 24 horas por dia, sete dias por semana. A empresa continua a receber diversos prêmios em áreas de gestão e operações, incluindo o prêmio de Exemplar Regional do Empregador do Ano de 2023 da National Capital Region pela Associação de Gestão de Pessoas das Filipinas.

A Harvard Business Publishing e a Singapore Management University continuam acompanhando o sucesso desta história de caso, publicando artigos sobre a Manila Water.

### RECOMENDAÇÕES

Líderes devem se esforçar para desenvolver e proteger o bem-estar de todas as pessoas a quem servem em sua busca pelo bem comum. Isso é essencial para apoiar o papel do G20 na promoção do desenvolvimento sustentável em três dimensões — econômica, social e ambiental — ao reformar a governança internacional. As estratégias a seguir contribuem para o desenvolvimento da integridade

na liderança em prol de uma sociedade inclusiva:

- Programas de Educação em Valores e Desenvolvimento de Liderança Baseada em Integridade

Líderes éticos são formados e desenvolvidos desde a infância, no seio da família e na escola. O sistema educacional deve estar preparado para ajudar a moldar e inculcar valores éticos em toda a experiência de aprendizagem, desde a infância até a educação adulta. Isso deve incluir a educação de pais e de uma ampla gama de profissionais relevantes, onde o treinamento em liderança é oferecido. Organizações internacionais confiáveis, com competência no desenvolvimento de módulos sobre educação em valores familiares, como a Federação Internacional para o Desenvolvimento da Família, que possui Status Consultivo Geral com o Conselho Econômico e Social da ONU, organizam regularmente congressos internacionais sobre a família. Esses recursos podem ser aproveitados para parcerias colaborativas nesse esforço.

- Órgãos e processos de tomada de decisão:

a) Histórias de casos de sucesso de governança baseada em integridade e transformações organizacionais devem ser celebradas como exemplos de melhores práticas, onde lições relevantes possam ser aplicadas a organizações similares ou de outros tipos, especialmente aquelas do setor público que afetam uma base mais ampla de stakeholders.

b) Líderes e membros de órgãos de decisão em qualquer nível devem ser cuidadosamente selecionados entre pessoas íntegras e competentes, de forma a representar justamente todos os setores da comunidade.

c) Os critérios de tomada de decisão devem ser o bem comum para todos, garantindo a inclusão de todos.

d) Processos de formulação de políticas e tomada de decisões devem ser centrados nas pessoas, promovendo uma abordagem de pensamento sistêmico, diversa e multidisciplinar, fundamentada nos princípios universais de verdade, justiça, liberdade, solidariedade e bem comum.

Compreender a natureza e a dignidade humanas é essencial para desenvolver uma sociedade inclusiva onde todos possam prosperar. Focar no valor

da dignidade humana e no desenvolvimento holístico pode promover líderes éticos, responsáveis por criar políticas equitativas que promovam liberdade, justiça e amor. Essas iniciativas são cruciais para construir um mundo justo e um planeta sustentável.

### REFERÊNCIAS

1. Berba, F. (2015). Leadership for Extraordinary Results – Bringing Out the Best in People. 1st ed. Manila.
2. Radaelli, C., Baldoli, R.(2021). Building Integrity in People with Nonviolence. Available at: <https://www.values20.org/wp-content/uploads/2022/02/2021-V20-Communique-and-Policy-Briefs-Integrity-Policy-Brief.pdf> (Accessed: 8 August 2024).
3. Weldon, E., Beer, M. (2000). 'Manila Water Company (A) ', Harvard Business School Publishing, p.13.
4. Weldon, E., Beer, M. (2000). 'Manila Water Company (B) ', Harvard Business School Publishing, pp.1-22.
5. (2023). Our Business Review. Available at: <https://reports.manilawater.com/2023/performance/east-zone-concession> (Accessed: 8 August 2024).



## FORÇA TAREFA:

# IA E ÉTICA DIGITAL – INTRODUÇÃO

### RESUMO EXECUTIVO:

1. **Valores Humanos na Inteligência Artificial (IA):** Incorporar valores humanos nas políticas de IA é essencial para garantir que os avanços em IA atendam às necessidades da sociedade e reflitam o que significa ser humano.
2. **Framework Ação e Baseado em Evidências:** Existe uma necessidade de frameworks simples, estruturados e baseados em evidências para a governança da IA, oferecendo orientações claras para os formuladores de políticas.
3. **Ética e Equilíbrio Técnico:** Os líderes de políticas devem navegar entre considerações éticas e garantias técnicas para evitar que a IA ofusque as necessidades humanas.
4. **Desenvolvimento Global Equitativo da IA:** Um framework conceitual é proposto para guiar a adoção multilateral de políticas de IA, abordando os riscos de acesso desigual às inovações impulsionadas pela IA.
5. **Equilibrando Natural e IA:** A introdução de “inteligência natural” na política de IA enfatiza a incorporação das necessidades planetárias e ambientais juntamente com os avanços tecnológicos.
6. **Recomendações Práticas de Política:** Quatro recomendações acionáveis e três direções de política são delineadas, fornecendo medidas específicas para os governos adotarem.
7. **Destinado a Formuladores de Políticas:** O conteúdo é direcionado a formuladores de políticas e conselheiros de IA, antecipando que as nações compartilham a necessidade de aplicar a IA em saúde, defesa e energia.

**8. Inovador e Voltado para o Futuro:** Ao adotar esses frameworks, os líderes podem garantir que o desenvolvimento da IA seja tanto inovador quanto sustentável, com benefícios de longo prazo para a humanidade e o planeta.

A questão dos valores humanos no desenvolvimento de políticas de IA, ou a integração do que significa ser humano no clima tecnológico em constante avanço, está presente em cada discussão sobre como uma nação ou uma organização pode progredir com a IA. Alguns líderes recorrem à linguagem da ética e da governança, enquanto outros se concentram nos detalhes técnicos para garantir que as necessidades humanas não sejam superadas.

De modo geral, parece claro que são necessários pontos de partida simples e originais para a IA, que sejam acionáveis e baseados em evidências. Os líderes reconhecem que algum tipo de framework é necessário para que as decisões sejam fundamentadas nas melhores práticas, juntamente com conceitos que ofereçam garantias e orientações. Os documentos apresentados por Mashael Alzaid et al. e André Ribeiro Coutinho et al. fornecem, respectivamente, aos líderes de políticas e suas equipes um framework inicial estruturado, relacionável e escalável para a governança, além de um pensamento original para fomentar conversas sobre a representação da “inteligência natural” equilibrada com a IA.

A contribuição de Alzaid et al. estabelece um framework para o desenvolvimento equitativo global, focando nos riscos de acesso desigual à inovação impulsionada por IA e posicionando valores como uma âncora confiável e precisa para benefícios multilateralmente vantajosos – as quatro recomendações serão opções sensatas para os países adotarem.

O artigo de Ribeiro Coutinho et al. apresenta o caso para equilibrar “inteligência natural” com IA. Esta submissão representa o papel e as necessidades do planeta nessas discussões, como se a Mãe Natureza fosse uma participante – qual seria sua contribuição e como modificaríamos nossas abordagens de acordo?

O artigo de Ribeiro Coutinho et al. é uma introdução extraordinária a tal abordagem, coescrito por uma comunidade de especialistas multidisciplina-

res para oferecer uma perspectiva sobre a IA que será refrescante e altamente original para aqueles que leem amplamente sobre o tema. Três direções de políticas são oferecidas, juntamente com exemplos de alavancas de transformação acessíveis, recomendações de alto nível e uma gama de opções para consideração e adoção. No futuro, líderes que adotarem essas considerações vitais em suas políticas de IA se perguntarão como conseguimos progredir tecnologicamente sem a inteligência natural.

O conteúdo oferecido por este grupo de trabalho não inclui comentários editoriais generalistas, mas é especificamente voltado para formuladores de políticas e suas equipes especializadas. Este grupo de trabalho e seus colaboradores continuarão o desenvolvimento deste tópico por meio de postagens em blogs, que esperamos que ajudem na continuidade durante a presidência do G20 da África do Sul.

Como você poderia esperar de um grupo de trabalho focado em IA, pedimos a um GPT que comentasse sobre nosso trabalho. O resumo executivo acima, com uma pequena edição do sétimo ponto, mostra os resultados. Um comando simples pedindo um resumo em tópicos de cada artigo gerou os resultados compartilhados na próxima página e demonstra a extraordinária eficácia da IA.

### Capítulo 1: Framework Conceitual para IA

1. IA e Desigualdades Globais: O avanço rápido da IA está remodelando dinâmicas globais, mas as disparidades nas capacidades de IA estão criando desigualdades significativas, limitando a competitividade econômica e o acesso à inovação.
2. Falta de Cooperação Global em IA: As nações estão competindo para desenvolver tecnologias de IA para ganhos econômicos, com cooperação global insuficiente. Isso reflete corridas armamentistas do passado, levantando preocupações sobre o potencial da tecnologia em áreas como armas autônomas e cibersegurança.
3. Desigualdade em IA: A ascensão da “desigualdade em IA” espelha disparidades econômicas, onde nações sem essas capacidades lutam para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como melhorias na saúde e ação climática.
4. Inovação Global em Lenta: O desenvolvimento desigual de tecnologias, sistemas de IA que con-

- somem muita energia e políticas protetoras de nações avançadas estão fragmentando a inovação global e impedindo o progresso colaborativo.
5. Framework Equitativo para IA: O documento defende um framework conceitual global baseado em valores para garantir acesso equitativo à IA, promovendo cooperação multilateral para prevenir abusos e fragmentação na implementação.
  6. Valores como Âncoras para IA: Valores globais compartilhados, como inclusão, sustentabilidade e colaboração, devem ancorar discussões sobre o desenvolvimento de IA para evitar ações unilaterais que priorizem interesses nacionais em detrimento da equidade global.
  7. Cidadania em IA e Pontes de IA: Uma abordagem sem fronteiras para a IA, promovendo “cidadania em IA” e colaborações transfronteiriças, pode fomentar a distribuição justa de benefícios e abordar desafios globais por meio da inovação inclusiva.
  8. Parcerias Tecnológicas Diplomáticas: Nações em desenvolvimento podem se beneficiar de parcerias tecnológicas equitativas com nações avançadas em IA, aproveitando seus recursos para o desenvolvimento compartilhado, enquanto garantem práticas éticas e comércio justo.
  9. Framework de Não Proliferação em IA: Semelhante aos tratados de controle de armas da era da Guerra Fria, recomenda-se uma convenção global de IA para prevenir implementações unilaterais arriscadas de IA e estabelecer padrões éticos para a governança global.
  10. Recomendações para o G20: As propostas incluem integrar a equidade em IA na agenda do G20, criar métricas para desigualdade em IA, estabelecer frameworks legais para parcerias justas e fomentar a cooperação internacional em aplicações militares, energéticas e de saúde digital.

### Capítulo 2: Inteligência Natural e IA

1. Co-criação colaborativa: Uma comunidade liderada por voluntários focada em discussões profundas e conscientes sobre dilemas sociais. Em 2024, colaborou com a Força-Tarefa V20 4 para explorar IA, “Tecnocética” e Natureza, produzindo três direções políticas principais.
2. Direção Política 1: Sensoriamento Natural para a ‘Próxima Natureza’: Promove a fusão da natureza e da IA para proteger a natureza, redesignar taxonomias culturais e possibilitar soluções ino-

- vadoras, como a personificação legal da natureza e tecnologia inspirada na biomimética.
3. Princípios-chave para a Política 1: A fusão da IA com a natureza deve respeitar a complexidade da natureza, aumentar a biodiversidade, promover o uso ético de dados e se inspirar na biomimética para inovações sustentáveis.
  4. Alavancas de Transformação do Sistema para a Política 1: Tecnologias como IoT para sensoria-mento natural, frameworks legais que reconhe-cem os direitos da natureza e educação sobre monitoramento da natureza podem impulsionar a transformação sistêmica em direção a uma “pró-xima natureza”.
  5. Direção Política 2: Modelos Naturais de Grande Escala (MNG): Defende a modelagem de natu-reza em larga escala impulsionada por IA como um bem público global e descentralizado. MNGs podem democratizar o acesso a dados naturais, melhorar a compreensão dos ecossistemas e apoiar a governança que protege a privacidade.
  6. Princípios Orientadores para a Política 2: Ex-pandir o conhecimento coletivo natural, garantir soberania digital e de dados e promover ecossis-temas descentralizados para o desenvolvimento tecnológico. MNGs devem equilibrar o acesso a dados abertos com a proteção da privacidade.
  7. Transformação do Sistema para a Política 2: Fer-ramentas como dados abertos, commons de da-dos e plataformas colaborativas podem avançar na integração de MNGs. Tecnologias como Pixel e Synspective usam dados de satélite para ges-tão ambiental e de desastres.
  8. Direção Política 3: Deterritorialização e Reter-ritorialização podem encorajar a redefinição de territórios com base em fenômenos naturais, pro-movendo a harmonia entre tecnologia e natureza. O conhecimento Indígena, dados espaciais e uso sustentável da terra devem orientar essa mudan-ça.
  9. Alavancas do Sistema para a Política 3: Iniciati-vas como a Política de Um Mapa da Indonésia, blockchain para transparência e portais de da-dos geoespaciais podem fomentar participação, transparência e equidade no uso da terra, espe-cialmente para comunidades Indígenas.
  10. Impactos Esperados das Políticas: Essas di-reções políticas visam alcançar preservação da biodiversidade, distribuição equitativa de terras, soberania digital, inclusão cultural, diálogos ge-

rativos entre humanos e natureza e redução das emissões de carbono nos ecossistemas nacio-nais de IA e tecnologia.

# NAVEGANDO NA CORRIDA GLOBAL DA IA: UMA ESTRUTURA CONCEITUAL PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL EQUITATIVO

Autores:

Dra. Afaf Aljubayr, Fundadora da Unidade de Pesquisa e Inovação na Princess Noura bint Abdulrahman University (ex-funcionária)

Dr. iur. Kuan-Wei Chen, Pesquisador de Direito Público em Taiwan

Dr. Manuel Schubert, Diretor Executivo da Behavia, Alemanha/Arábia Saudita

Mashaal Alzaid, Pesquisadora de IA na Arábia Saudita

## 1. PRINCIPAIS DESTAQUES DO ARTIGO

O rápido avanço da tecnologia de IA está transformando dinâmicas globais, mas as disparidades nas capacidades de IA estão gerando desigualdades significativas e prejudicando a competitividade econômica. Para enfrentar esses desafios, este artigo destaca o acesso à tecnologia de IA como uma questão global e defende uma estratégia colaborativa para impulsionar a competitividade econômica, promover a inovação global e fomentar a inclusão. O artigo enfatiza a importância de orientar as discussões sobre IA em torno de valores fundamentais: Conexão, Inclusão, Cidadania Global, Colaboração e Igualdade.

## 2. DESAFIOS

### 2.1 Falta de Cooperação Global na corrida da IA

O rápido avanço da tecnologia de IA apresenta desafios globais significativos. Os fortes incentivos econômicos para automação estão impulsionando o desenvolvimento de IAs Agentes, que se espera que superem as IAs Ferramentas em inteligência (Gwern, 2016).

Os países do G20 têm priorizado o crescimento econômico como o principal objetivo dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) ao longo dos anos, conforme mostrado na análise da AxiaOrigin.

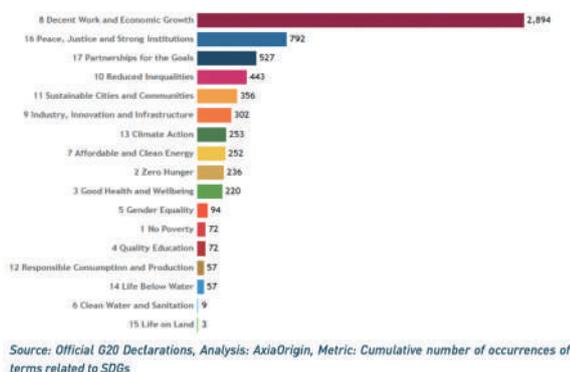


Figura 1: Número cumulativo de ocorrências de termos relacionados aos ODS em declarações do G20 (Values20 Communique, 2022)

Participar da corrida pela IA pode aumentar significativamente a competitividade econômica de um país, posicionando a IA como um fator chave para o

crescimento, a transformação digital e a reputação global da nação.

Embora esses avanços pareçam ser claramente benéficos em nível nacional, de uma perspectiva global mais ampla, eles podem também trazer prosperidade compartilhada entre setores conectados internacionalmente. No entanto, esses avanços também introduzem grandes riscos, comparáveis aos riscos da corrida armamentista nuclear durante a Guerra Fria, principalmente devido ao potencial da IA para transformar áreas estratégicas, como sistemas de armas autônomas, cibersegurança, comando e controle nuclear e coleta de inteligência (Meacham, 2023). A presença de mecanismos governados e deliberados para cooperação global na corrida pela IA ajudará a enfrentar esses riscos.

### 2.2 O surgimento de uma nova 'desigualdade de IA'

Disparidades significativas nas capacidades de IA entre nações podem agravar as desigualdades existentes, mensuráveis por índices como o coeficiente de Gini — comumente usado para medir desigualdade de renda, mas aplicável a qualquer distribuição, como expectativa de vida (Hasell & Rosser, 2023). Medidas como essas podem evidenciar distribuições desiguais que dificultam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, afetando o progresso em áreas como educação, saúde e sustentabilidade ambiental, em escalas locais e globais. Por exemplo: a IA tem o potencial de revolucionar a saúde, melhorando métodos já estabelecidos (como diagnósticos mais eficazes ou tratamentos personalizados) e introduzindo formas completamente novas de trabalhar para aumentar a eficiência e o acesso aos serviços de saúde (como consultas virtuais e monitoramento remoto). Sem IA, alguns países podem enfrentar desafios para alcançar o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) (Goirand & Austin, 2021). O impacto pode se estender a nível global em todos os tópicos, onde países sem capacidades de IA podem ter dificuldades para implementar políticas e tecnologias eficazes, limitando os esforços colaborativos globais, como no combate às mudanças climáticas (ODS 13 - Ação Climática) (Nordgren, 2022).

### 2.3 Redução do ritmo da inovação global

A IA exige sistemas de computação com grandes áreas de silício para sustentar o desempenho e a

competitividade. Centros de dados são equipados com clusters de computadores poderosos e GPUs para atender à crescente complexidade dos sistemas de IA (Mishty & Sadi, 3034), e à medida que a IA se torna cada vez mais integrada às nossas vidas diárias, isso significa aumento de custos em termos de energia e emissões. Um estudo indica que modelos de IA generativa de múltiplos propósitos, como o ChatGPT, são significativamente mais intensivos em energia do que sistemas específicos para tarefas (Luccioni et al., 2024).

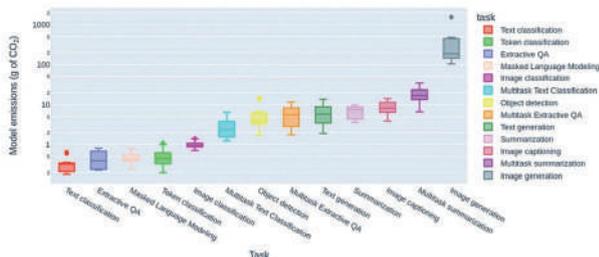


Figura 1. Emissões de carbono que elas produziram (em g de CO<sub>2</sub>e) para 1.000 consultas, organizadas da menor para a maior média de emissões. (Luccioni et al., 2024)

Consequentemente, os países que desenvolvem IA avançada também precisam obter tecnologias que possam suportar esse custo computacional e energético, considerados até hoje mercados controlados por um grupo muito restrito de países. Países com indústrias líderes em IA (como o desenvolvimento de GPUs) podem implementar políticas protetivas para salvaguardar sua vantagem tecnológica, como restrições a investimentos estrangeiros. Isso pode levar a disputas comerciais e reduzir o fluxo de tecnologia e conhecimento entre fronteiras e, embora tradicionalmente os países resolvam seus desafios locais, a natureza sem fronteiras da IA agrava essa fragmentação tecnológica. Diferentes países desenvolverão padrões e sistemas de IA incompatíveis, limitando a interoperabilidade global e a inovação em casos de uso compartilhados e realistas, como monitoramento remoto ou consultas virtuais na área da saúde. Isso pode escalar para tarifas, cotas, tensionando relações econômicas globalmente e piorando a qualidade de vida localmente (Zahoor et al., 2023).

### 3. SOLUÇÃO

Este artigo busca desenvolver uma estrutura conceitual que assegure acesso equitativo à tecnologia

de IA e integre perspectivas diversas e considerações éticas nas normas e regulamentações globais de IA, prevenindo abusos, seja em países já avançados, em rápido avanço com IA, ou em novos entrantes.

#### 3.1 Valores como o eixo das discussões sobre IA

Sem uma estrutura conceitual acordada para o desenvolvimento equitativo global da IA, as nações que avançam em sua agenda de IA podem favorecer acordos bilaterais que priorizam seus próprios interesses em detrimento da cooperação multilateral. Isso pode enfraquecer instituições internacionais e as estruturas essenciais que existem hoje para abordar desafios globais coletivamente. Portanto, um risco potencial específico é que as nações líderes em IA busquem estabelecer padrões e normas globais para o uso da IA, o que pode ser interpretado como imposição de seus valores e interesses sobre outros países.

Tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento compartilham valores de inovação, sustentabilidade e responsabilidade social. A colaboração em IA pode reforçar esses valores comuns e contribuir para os esforços globais de acesso equitativo à tecnologia e alinhamento de valores nas ambições e planos de transformação digital compartilhada. Abordar explicitamente os valores como um tema para o desenvolvimento equitativo global da IA ajudará a garantir a prevenção de riscos de ações unilaterais e bilaterais.

Isso é especialmente relevante devido aos desafios únicos que a IA apresenta à humanidade, especialmente quando é considerada um “agente de socialização” (Agents of Socialization, 2024), onde o mundo é moldado significativamente pelas escolhas que esses agentes fazem. Mais comumente, agentes de socialização são os muitos indivíduos, grupos e forças que impactam o crescimento e a compreensão do mundo de um indivíduo. A IA está claramente emergindo como um novo tipo de agente que desempenha um papel em nossa sociedade, exemplificado pela observação de que um computador com habilidades de aprendizado em nível humano geralmente superaria a inteligência humana devido a vantagens tecnológicas adicionais (Yoshuabengio, 2023).

À medida que a IA desafia o que significa ser exclusivamente humano, nossos valores como espécie precisarão estar presentes em nossas discussões. Como Yuval Hariri afirma, o que fez dos humanos os dominantes no planeta não foi a habilidade individual, mas sim nossa capacidade coletiva, incluindo a habilidade de cooperar com flexibilidade em grande escala. Grandes redes de cooperação podem ser vistas no G20 através da disseminação de ideias e histórias, e da rede de comércio global (Farnam Street, 2020) - são expressões de nossos valores que precisamos ancorar nas discussões sobre os efeitos da IA.

### 3.2 'Cidadania IA' sem fronteiras e Pontes de IA

Quando um país está aberto ao comércio, ele pode crescer economicamente ao acessar tecnologia estrangeira, conhecimento e recursos (como matérias-primas) dentro de um contexto de normas internacionais para comércio e investimento. Tipicamente, nesse contexto, adotando melhores tecnologias e focando no que fazem de melhor, os países podem produzir mais com a mesma quantidade de recursos (Madsen, 2009) e impulsionar o crescimento contínuo, organizado dentro de fronteiras nacionais e regido por leis correspondentes. Essas convenções podem ser insuficientes para a IA, pois a IA tem o potencial de promover crescimento inclusivo para muitas nações, abordando diretamente diversos desafios sociais e econômicos.

Como as nações podem chegar a um tipo de "contrato social" para influenciar uma estrutura conceitual para o desenvolvimento global equitativo da IA? Para resolver um problema como esse, o filósofo John Rawls sugeriu um experimento mental poderoso, chamado Véu da Ignorância (Veil of Ignorance, 2023). Em um mundo dinâmico onde ninguém sabe onde o próximo avanço da IA ocorrerá, os stakeholders podem se engajar hoje em discussões e decisões sob o véu da ignorância, ou seja, sem saber o status futuro de seu país na "loteria" da IA. Isso incentiva considerações justas e imparciais, promovendo estratégias que distribuam os benefícios da IA de forma equitativa.

Tal abordagem de desenvolvimento colaborativo serve como garantia de que

a) os benefícios sejam compartilhados igualmente mais tarde e, assim,

b) os incentivos de cada estado serão grandes o suficiente para se comprometer e contribuir para o ecossistema global de IA.

Isso levanta a questão: A IA pode fazer a ponte entre interesses unilaterais e o multilateralismo generoso? Para corresponder à escala de oportunidades oferecida pela IA, a estrutura conceitual para seu desenvolvimento equitativo global precisa incentivar uma "Cidadania IA" sem fronteiras para seus pioneiros e representantes e criar Pontes de IA, que conectem a demanda por IA com expertise e serviços, de modo que possam atravessar fronteiras ou conectar-se a temas específicos, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que não se limitam a fronteiras nacionais.

### 3.3 Situações de ganho mútuo

Construir laços diplomáticos por meio de parcerias tecnológicas (ou tecnopolítica) (A abordagem da techplomacy) pode fortalecer a posição de uma nação nas discussões de governança global relacionadas à ética, padrões e regulamentações da IA.

Essas parcerias oferecem benefícios mútuos econômicos e de governança para os participantes. Enquanto os países em desenvolvimento podem se beneficiar de avanços tecnológicos e oportunidades de trabalho, os países desenvolvidos podem obter acesso antecipado a mercados emergentes e recursos vitais, como no desenvolvimento de semicondutores, que são a base das GPUs e o principal facilitador dos avanços da IA. Especificamente, diversos países em desenvolvimento possuem matérias-primas essenciais, como cobalto, neodímio, cobre e tântalo; todas essas contribuições podem melhorar a participação dessas nações na cadeia de suprimentos global de semicondutores e no desenvolvimento equitativo global da IA.

Também é essencial garantir que essas colaborações sejam abordadas com consideração cuidadosa às práticas éticas e ao contexto histórico, e que sejam equitativas e sustentáveis. Isso exige que a estrutura conceitual para o desenvolvimento equitativo global da IA inclua uma convenção internacional para desencorajar países de implantar rapidamente a IA em áreas de maior risco para obter mais poder; de forma semelhante às convenções

internacionais sobre a não proliferação de bombas e mísseis nucleares e à proibição multilateral de armas biológicas, que agora são vistas como sucessos da Guerra Fria que desativaram corridas armamentistas.

#### 4. RECOMENDAÇÕES

1. Incorporar o desenvolvimento global de uma estratégia para acesso equitativo à IA nas Agendas do Grupo de Trabalho de Economia Digital e, potencialmente, como um resultado da presidência do G20 da África do Sul. Entender o alinhamento e o desalinhamento de valores é um passo vital para desenvolver a estratégia, que pode incluir a transferência desse tópico crucial do Brasil para a África do Sul.

2. Incluir valores e desigualdades de IA como parte de um novo conjunto de métricas para índices globais de desigualdade para medir disparidades nas capacidades e no acesso à IA. Essas novas métricas devem incluir avaliações de infraestrutura de IA, acesso a dados, dinâmica da cadeia de suprimentos e expertise técnica entre as nações, proporcionando uma visão abrangente da desigualdade digital mapeada para os valores. Deve haver um mecanismo de supervisão para essa avaliação, para garantir precisão, consistência e justiça.

3. Ao estabelecer parcerias tecnológicas, abordar explorações passadas e implementar estruturas legais para parcerias responsáveis e justas, promovendo transparência, práticas comerciais justas e compartilhamento equitativo de benefícios, assegurando compensação justa, contratos transparentes e igualdade de poder de negociação para os países em desenvolvimento.

4. Estimular a cooperação global sobre o uso da IA com foco em tópicos que todos os países do G20 precisam colaborar, começando com aplicações militares e energéticas e a transformação digital da saúde, para garantir a implementação das melhores práticas dos acordos internacionais, padrões éticos rigorosos e alinhamento com valores compartilhados, além de processos robustos de verificação.

#### 5. REFERÊNCIAS

1. Gwern (2016) Why tool ais want to be agent AIS, · Gwern.net. Available at: <https://gwern.net/>

tool-ai (Accessed: 01 August 2024).

2. Hasell, J. and Roser, M. (2023) Measuring inequality: What is the Gini coefficient?, Our World in Data. Available at: <https://ourworldindata.org/what-is-the-gini-coefficient#:~:text=Income%20inequality%3A%20Gini%20coefficient%2C&text=The%20Gini%20coefficient%20measures%20inequality,or%20toconsumption%2C%20per%20capita>. (Accessed: 01 August 2024).

3. V20-Communique (2022) Available at: <https://www.values20.org/wp-content/uploads/2022/11/V20-2022-Communique.pdf>. (Accessed: 01 August 2024).

4. Meacham, S. (2023) A race to extinction: How great power competition is making artificial intelligence existentially dangerous, Harvard International Review. Available at: <https://hir.harvard.edu/a-race-to-extinction-how-great-power-competition-is-making-artificial-intelligence-existentially-dangerous/> (Accessed: 01 August 2024).

5. Goirand, M., Austin, E., Clay-Williams, R., (2021). Implementing Ethics in Healthcare AI-Based Applications: A Scoping Review. *Sci Eng Ethics* 27, 61. <https://doi.org/10.1007/s11948-021-00336-3> (Accessed: 01 August 2024)

6. Nordgren, A., (2022). Artificial intelligence and climate change: ethical issues. *Journal of Information, Communication and Ethics in Society* 21, 1–15. <https://doi.org/10.1108/JICES-11-2021-0106> (Accessed: 01 August 2024)

7. Mishty, K. and Sadi, M. (3034) Chiplet-Gym: Optimizing Chiplet-based AI Accelerator Design with Reinforcement Learning, *IEEE TRANSACTIONS ON COMPUTERS*, VOL. XX. Available at: <https://arxiv.org/pdf/2406.00858v1> (Accessed: 01 August 2024).

8. Luccioni, A.S., Jernite, Y. and Strubell, E. (2024) Power Hungry Processing: Watts driving the cost of AI deployment?, *arXiv.org*. Available at: <https://arxiv.org/abs/2311.16863> (Accessed: 01 August 2024).

9. Zahoor, N. et al. (2023) De-globalization, international trade protectionism, and the reconfigurations of Global Value Chains - *Management International Review*, SpringerLink. Available at: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11575-023-00522-4> (Accessed: 01 August 2024).

10. (2024) Agents of socialization: Definition & examples, *Simply Psychology*. Available at: <https://www.simplypsychology.org/agents-of-socialization>.

html (Accessed: 01 August 2024).

11. Yoshuabengio (2023) How rogue AIS may arise, Yoshua Bengio. Available at: <https://yoshuabengio.org/2023/05/22/how-rogue-ais-may-arise/> (Accessed: 01 August 2024).

12. Farnam Street (2020) Yuval Noah Harari: Why we dominate the Earth, Farnam Street. Available at: <https://fs.blog/yuval-noah-harari-dominate-earth/#:~:text=About%2070%2C000%20or%20so%20years,extremely%20complex%20and%20versatile%20language.> (Accessed: 01 August 2024).

13. Madsen, J. B. (2009). Trade Barriers, Openness, and Economic Growth. *Southern Economic Journal*, 76(2), 397–418. Available at: <http://www.jstor.org/stable/27751473>. (Accessed: 01 August 2024).

14. Veil of ignorance (2023) Ethics Unwrapped. Available at: <https://ethicsunwrapped.utexas.edu/glossary/veil-of-ignorance/#:~:text=Philosopher%20John%20Rawls%20suggests%20that,consider%20how%20societies%20should%20operate.> (Accessed: 01 August 2024).

15. The techplomacy approach (no date) Office of Denmark Tech Ambassador. Available at: <https://techamb.um.dk/the-techplomacy-approach> (Accessed: 01 August 2024).

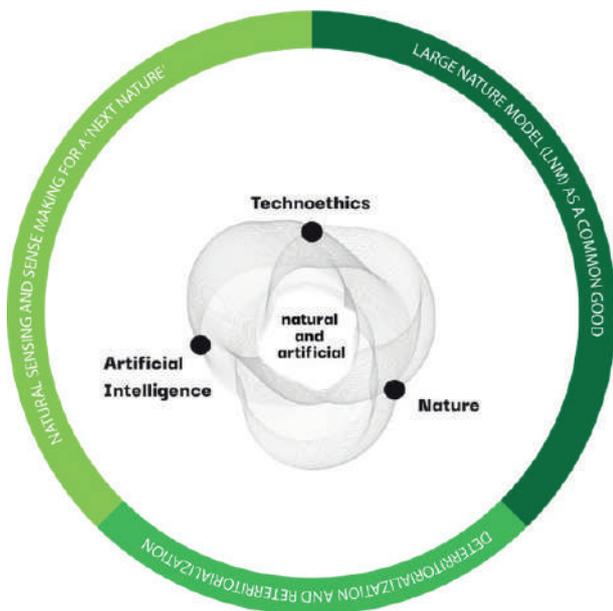
# **ENTRE O NATURAL E O ARTIFICIAL – ABORDANDO UM PONTO CEGO VITAL NO DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL DA IA**

Autores:

Equipe Recode Culture / Brasil / GoFW

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado de esforços colaborativos e co-criativos de uma comunidade de voluntários que promove diálogos profundos e conscientes sobre dilemas sociais contemporâneos. O artigo foca no tema “Entre o Natural e o Artificial”, abordando a relação entre Inteligência Artificial (IA), tecnoética e natureza. Apresenta três direções políticas como conceitos; princípios orientadores; alavancas de transformação sistêmica; e os resultados esperados dessas iniciativas.



Direção Política 1: Sensibilização e interpretação natural para uma “próxima natureza”

A Inteligência Natural e Artificial interagem de maneira simbiótica e sinestésica, expandindo a consciência e despertando conhecimentos naturais e ancestrais. O alinhamento e a fusão da inteligência natural e artificial antecipa riscos para o ambiente natural, promove e orienta inovações para proteger o planeta e outras espécies não humanas, reforça a aplicação das leis ambientais e possibilita o redesenho de posições e taxonomias, criando uma “próxima natureza”.

Princípios orientadores para o alinhamento e fusão da inteligência natural e da IA

- Adaptabilidade e simbiose da tecnologia com a natureza: entender a natureza em sua essência, respeitando sua complexidade e latência,

pode auxiliar no design da tecnologia e nas considerações éticas.

- Reconectar cultura e natureza para expandir a diversidade: a fusão entre o natural e o artificial deve reduzir divisões culturais, reviver a sabedoria ancestral, aumentar a biodiversidade e fomentar a diversidade no desenvolvimento da tecnologia.
- Uso ético dos dados naturais na transformação digital para o bem comum: promover métodos alternativos e avançados que transformem dados naturais em percepções e evidências para o bem público, priorizando o bem-estar e a prosperidade orientada por propósito.
- Biomimética como motor de inovação através da natureza: buscar inspiração na natureza para criar soluções tecnológicas inovadoras e sustentáveis.

Alavancas de transformação sistêmica para ajudar a criar uma “Próxima Natureza”

- Sensibilização para permitir a Internet da Natureza: adoção de tecnologias que possibilitem aprendizado, interação e inovação com o mundo natural. Exemplos incluem o Greenbug, que aplica a Internet das Coisas (IoT) para detectar e classificar sons em áreas remotas, como o barulho de motosserras. Outro exemplo é o OneSoil, que utiliza algoritmos e dados para ajudar na produção agrícola e reduzir os custos com sementes e fertilizantes, combinando sensores de solo para monitorar umidade e temperatura.
- Diálogo com a natureza para aprendizado profundo: exemplos como o Plantiverse da Ecobubble dão às plantas uma voz, poder de voto e capital.
- Novo vocabulário e linguagem: criar um vocabulário que reflita a complexidade entre os humanos e a natureza por meio de novas narrativas, mitos e histórias, para reformular a biodiversidade e a ancestralidade.
- Pessoa jurídica da natureza: reconhecer a natureza como uma entidade legal com direitos, promovendo sua proteção e regeneração. A sensibilização da natureza possibilita o estabelecimento e a aplicação deste framework regulatório. Em 2017, o rio Whanganui, na Nova Zelândia, recebeu a personalidade jurídica, permitindo que fosse tratado como uma pessoa em tribunal. Em 2018, o Equador se tornou o primeiro país a consagrar os Direitos da Natureza em sua Constituição.

## RECOMENDAÇÕES

Tome medidas iniciais o quanto antes para alinhar e integrar a inteligência natural e artificial na transformação digital, com os seguintes passos fundamentais:

- Reconhecer os direitos da natureza: conceder direitos legais e representação aos ecossistemas naturais e espécies não humanas, reforçados por aplicações tecnológicas.
- Educação e solidariedade intergeracional pela natureza: promover a conscientização e educar as gerações atuais e futuras para compreender, respeitar e regenerar o meio ambiente natural.
- Implementar rastreamento natural e gêmeos digitais naturais: coletar dados para monitorar a saúde, por exemplo, de árvores urbanas e vida selvagem, bem como os impactos ambientais e sociais, utilizando imagens de satélite, sensores IoT e processos de coleta de dados participativos.

Diretriz de Política 2: Modelo Natural de Grande Escala (LNM) como Bem Comum

A modelagem da natureza em grande escala representa uma abordagem inovadora na interseção de IA, inteligência natural, arte e ciência ambiental. Projetados para transformar a maneira como as pessoas percebem e interagem com os ecossistemas por meio de insights impulsionados pela IA, esses modelos devem ser regulamentados como bens comuns públicos, abertos e descentralizados, promovendo a cooperação global e o compartilhamento de protocolos.

Princípios orientadores para um modelo natural de grande escala (LNM)

- Expansão coletiva do conhecimento natural e ancestral: integrar dados biológicos, ecológicos, científicos e ancestrais de biomas abrirá novas fronteiras de conhecimento e aplicações em saúde, nutrição e bem-estar, ampliando o uso de dados para benefício público.
- Soberania digital e de dados: fornecer um mecanismo de proteção e governança dos bens comuns, permitindo que a sociedade decida como os dados naturais são criados, armazenados, processados, reutilizados e analisados dentro de um modelo natural de grande escala, e para quais fins primários e secundários específicos.
- Descentralização do ecossistema digital: países e regiões desenvolvem e aprimoram sua

cadeia de valor de modelos naturais de grande escala, incluindo software, hardware e conectividade de rede, para beneficiar suas populações de maneira distribuída, reduzindo a dependência de alguns poucos participantes tecnológicos no uso pioneiro de modelos naturais de grande escala.

Alavancas de Transformação Sistêmica para um modelo natural de grande escala

- Modelo Local de Natureza de Grande Escala: desenvolvido pelo Refik Anadol Studio, o Local LNM é o primeiro modelo de IA generativa dedicado exclusivamente à natureza, catalogando o mundo natural e estimulando os sentidos humanos. LNMs, assim como o Projeto Genoma Humano e o banco de sementes, devem ser regulamentados localmente para um uso ético e sustentável.
- LNMs e dados naturais como bem comum e representação do patrimônio mundial: LNMs devem ser vistos como uma forma de democratizar o acesso aos dados naturais. Disponíveis de forma aberta, ajudarão a reduzir as desigualdades digitais e garantir o acesso equitativo. Considerações específicas incluem:
  - Priorizar a privacidade em detrimento da exploração comercial.
  - Redefinir o conceito de “biopirataria” para permitir o uso ético e responsável dos dados naturais.
  - Adotar práticas inovadoras de governança de dados, como políticas de soberania digital em cidades como Barcelona e a Coalizão de Cidades para os Direitos Digitais, para regular o uso de dados para benefício social; “Data Commons” para gerenciar e compartilhar dados em nuvem para o bem comum; Dados Abertos para permitir o uso e a redistribuição governada de dados sob uma licença aberta; e o uso de inovações de mapas e visualizações como o MapWithAI do OpenStreetMap, que cria mapas em áreas com poucos dados devido a desafios socioambientais; a Pixxel, que opera uma constelação de satélites de imagem hiperespectral de alta resolução para criar um “monitor de saúde” planetário que aborda fenômenos globais; e a Synspective, especializada em satélites de radar de abertura sintética para monitoramento de desastres e gestão de riscos em infraestrutura.
- Geojurisdição de dados sensíveis na natureza: políticas devem estar alinhadas com estratégias nacionais e regionais, como a localização estrita, onde dados sensíveis devem ser armazenados

em servidores domésticos (ex.: China e Rússia); localização condicional, onde apenas dados sensíveis são armazenados localmente e outros dados são transferidos sob condições específicas (ex.: Índia); e localização setorial em setores críticos (ex.: Alemanha). Leis de localização de dados, como na Escócia, já exigem que dados sejam coletados, processados e armazenados domesticamente antes de serem transferidos para o exterior.

### Recomendação

Comprometa-se com a integração de um modelo inaugural nacional de natureza de grande escala nas prioridades de políticas nacionais de IA, com os seguintes passos fundamentais:

- Implementar diretrizes para regular dados naturais para uso em um LNM: análogo ao Projeto Genoma Humano, regulando dados naturais em relação à proteção da privacidade, uso ético e responsável, sustentabilidade, conservação, governança e supervisão. Políticas e legislações que reconheçam dados espaciais naturais como infraestrutura crítica e promovam sua integração no planejamento público com usos primários e secundários claramente estabelecidos.
- Engajar-se na governança global colaborativa e coordenada para o desenvolvimento de LNM: a adoção de padrões internacionais, como os do Consórcio Geoespacial Aberto, será essencial para a gestão e o compartilhamento eficaz de dados, como no caso da mineração de dados na Tailândia<sup>19</sup>.
- Estabelecer uma política de Data Commons para biomas específicos, organizando dados fragmentados em um formato padronizado e acessível, disponibilizando os dados gratuitamente por meio de ferramentas de pesquisa, APIs e ferramentas de visualização de conjuntos de dados e criando um commons para que pesquisadores, formuladores de políticas e outros tenham acesso e possam analisar os dados naturais.
  - Essa política enfatizará a governança coletiva e sustentável dos dados da natureza pelas comunidades, equilibrará o acesso aberto com proteções adequadas para dados sensíveis, apoiará um ecossistema de aplicações (não apenas um sistema único) e atenderá aos requisitos de segurança e conformidade.

Direção de Política 3: Desterritorialização e Reterritorialização

Para que tecnologia e natureza coexistam harmoniosamente e promovam um futuro próspero para todas as espécies, o território pode precisar ser redefinido com base em fenômenos naturais. Isso permitirá repensar os arranjos ambientais, políticos, sociais e culturais concomitantes. Essa perspectiva transforma espaços e biomas, redefine fronteiras e reduz conflitos tradicionais, sobreposições e divisões, ao mesmo tempo que reconecta o cultural ao natural e valoriza o conhecimento local, especialmente o dos povos indígenas.

Princípios Orientadores para Desterritorialização e Reterritorialização para equilibrar a inteligência natural e artificial

- Território como demarcação adaptativa e regenerativa: definido através de uma relação cultural e ancestral, preservando a memória ao mesmo tempo que promove novas possibilidades e emergências.
- Participação e justiça socio-territorial: envolvimento público em mapeamentos participativos que reconheçam e incorporem as reivindicações territoriais das comunidades e dos povos indígenas, garantindo representação equitativa e mapas que reflitam as realidades locais.
- Transparência, responsabilidade e publicidade do mapeamento: garantir transparência nas práticas de mapeamento entre instituições, tornando os dados publicamente disponíveis para permitir melhor monitoramento e responsabilização no licenciamento de uso da terra.
- Soberania de dados dos povos indígenas: reconhecimento de que os dados dos povos indígenas devem estar sob governança e aspirações dessas comunidades.
- Transição de cadeias sustentáveis para fluxos sustentáveis: focar em práticas de baixo carbono e regeneração urbana.

Alavancas de Transformação Sistêmica para Desterritorialização e Reterritorialização para equilibrar a inteligência natural e artificial

- Reconfiguração do planejamento espacial através da Política de Mapa Único: exemplificado pela Política de Mapa Único da Indonésia, que visa resolver conflitos de terra e melhorar a gestão territorial com um mapa geoespacial unificado e acessível. Ele integra sete camadas temáticas — cobertura do solo, hidrografia, hipsografia, edificações,

transporte, serviços públicos, fronteiras administrativas e nomes de lugares — em uma única referência para eliminar discrepâncias e conflitos de uso da terra.

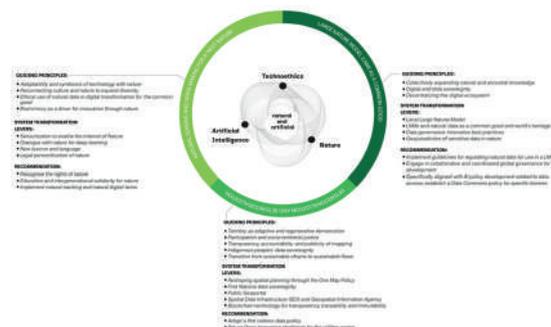
- Soberania de dados das Primeiras Nações: exemplificado pelo Te Manga Raraunga22 na Nova Zelândia, que promove a governança dos dados Maori de acordo com valores culturais e interesses da comunidade, abordando as licenças sociais e culturais para operação e o impacto da integração e compartilhamento de dados entre o governo e cidadãos Maori.
- Geoportal Público: mapas acessíveis e disponíveis para o público como uma ferramenta transformadora para garantir transparência e incentivar o engajamento público. Exemplos de referência incluem o Terrastories na Indonésia, um aplicativo gratuito e de código aberto projetado para povos indígenas mapearem e compartilharem histórias culturais de lugares significativos, permitindo que as comunidades controlem suas narrativas, mesmo offline.
- Informação Geoespacial: otimizar a gestão de dados geográficos através de mapas base comuns, evitando duplicação e desperdício de recursos, geridos por uma Agência de Informação Geoespacial.

RECOMENDAÇÃO

Crie um conjunto de mapas para evidenciar e destacar características territoriais que revelem a natureza de uma forma que celebre o patrimônio natural e a relação de uma nação com a natureza, com os seguintes passos fundamentais:

- Adotar uma política de dados das Primeiras Nações: instruir o departamento ou ministério do Governo mais focado em transparência de dados e dados abertos a implementar uma política de dados das Primeiras Nações que incorpore os Princípios CARE (Benefício Coletivo, Autoridade para Controlar, Responsabilidade, Ética) para Governança de Dados Indígenas. Essa política deve buscar:
  - Garantir que as Primeiras Nações tenham autoridade sobre os dados sobre suas terras, recursos e pessoas, estabelecendo iniciativas de mapeamento cultural que permitam que comunidades documentem e compartilhem histórias de lugares significativos em seus próprios termos, tanto online quanto offline.

- Viabilizar a criação de acordos de compartilhamento de dados entre governos e Primeiras Nações que respeitem protocolos indígenas, protejam informações sensíveis e ofereçam benefícios tangíveis para as comunidades.
- Estabelecer um desafio de Inovação Aberta para o setor de utilidades: introduzir um desafio para empresas de utilidades e seus parceiros criarem um mapa geoespacial unificado e acessível com camadas temáticas para contar a história da natureza e do patrimônio natural de uma comunidade de forma a desafiar a visão convencional do nível nacional de um ODS específico da ONU.



IMPACTO ESPERADO DAS DIREÇÕES DE POLÍTICA 1, 2 E 3

Para o avanço dessa nova interpretação dos desafios éticos e de governança da IA enfrentados pelas nações, é necessário um quadro de avaliação que forneça evidências robustas sobre a natureza, para serem colocadas ao lado de medidas convencionais de acesso à IA e desenvolvimento equitativo. Serão necessários KPIs (Indicadores-Chave de Desempenho) e OKRs (Objetivos e Resultados-Chave) para:

- Preservação e conservação ambiental e da biodiversidade
- Regeneração/circularidade nos territórios
- Redução da pegada de carbono
- Diálogo generativo entre humanos e natureza
- Ampliação do conhecimento natural com benefícios distribuídos de forma justa e equitativa
- Soberania de dados e digital
- Conhecimento ancestral incorporado nas culturas das pessoas
- Solidariedade entre povos, culturas e gerações
- Equidade na distribuição de terras

- Conscientização e responsabilidade efetiva de governos e sociedade em relação à proteção e regeneração da natureza

Agradecimentos

Este artigo é um resultado da comunidade RecoDeCultures, gerida pela organização GoFw, com os seguintes voluntários integrados: Alana Vasconcelos, Alexandre del Rey, Alexandre Lacerda, Alice Sosnowski, Anderson Penha, André R. Coutinho, Ará Candio, Ariane Totti, Clara Bianchini, Eliane Caffé, Gabriel Howell, Gustavo Nemezio, Índio San, H. D. Mabuse, Juliana Dreher, Laura Maringoni, Lucas Bambozzi, Lucas Nicolov, Luisa Oliveira, Marcus Maida, Patrícia Aborisá, Thomas Job, Regiane Bochini, Rico Lins.

5. REFERÊNCIAS

1. Steeneken et al (2023) Sensors in agriculture: towards an Internet of Plants. Available at: <https://www.nature.com/articles/s43586-023-00250-x>
2. <https://www.greenbug.com.br/>
3. <https://onesoil.ai/en>
4. <https://www.plantiverse.it/>
5. Łaszewska-Hellriegel (2022) Environmental Personhood as a Tool to Protect Nature. Available at <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s11406-022-00583-z.pdf>
6. Fischer-Lescano (2020) Nature as a Legal Person: Proxy Constellations in Law. Available at <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1535685X.2020.1763596?needAccess=true&>
7. <https://www.theguardian.com/world/2017/mar/16/new-zealand-river-granted-same-legal-rights-as-human-being>
8. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/013642987.2024.2314536>
9. Wang et al. (2022) Integrating Real Tree Skeleton Reconstruction Based on Partial Computational Virtual Measurement (CVM) with Actual Forest Scenario Rendering: A Solid Step Forward for the Realization of the Digital Twins of Trees and Forests. Available at [https://mdpi-res.com/remotesensing/remotesensing-14-06041/article\\_deploy/remotesensing-14-06041.pdf?version=1669716561](https://mdpi-res.com/remotesensing/remotesensing-14-06041/article_deploy/remotesensing-14-06041.pdf?version=1669716561)
10. Large Nature Model — Living Art <https://refikanadol.com/works/large-nature-model-living-art/>
11. Barcelona City Council technological sovereignty guide. Available at <https://www.barcelona.cat/digitalstandards/en/>

[tech-sovereignty/0.1/\\_attachments/barcelona\\_tech\\_sovereignty\\_0.1.en.pdf](https://tech-sovereignty/0.1/_attachments/barcelona_tech_sovereignty_0.1.en.pdf)

12. Cities Coalition for Digital Rights. Available at <https://citiesfordigitalrights.org/>
13. van Maanen et al (2024) Data commons. Available at <https://policyreview.info/pdf/policyreview-2024-2-1748.pdf>
14. <https://www.hotosm.org/>
15. <https://www.pixxel.space/>
16. <https://synspective.com/>
17. <https://www.itpro.com/infrastructure/data-centres/scotland-could-be-the-next-big-data-center-powerhouse-offering-greener-options-significant-savings-and-direct-access-to-renewable-energy>
18. <https://www.ogc.org/>
19. Charoenbunwanon et al (2016) Web-based Mineral Information System of Thailand Using Free and Open Source Software and Open Geospatial Consortium Standards: A Case Study of ASEAN Region. Available at: [https://www.jstage.jst.go.jp/article/geoinformatics/27/2/27\\_31/\\_pdf](https://www.jstage.jst.go.jp/article/geoinformatics/27/2/27_31/_pdf)
20. [https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2001/01/case-study\\_Indonesia\\_One-Map-Policy.pdf](https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2001/01/case-study_Indonesia_One-Map-Policy.pdf)
21. Setyowati et al (2018) ESDM One Map Indonesia: Opportunities and Challenges to Support One Map Policy based on Applied Web-GIS. Available at: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1755-1315/165/1/012021/pdf>
22. <https://www.temanararaunga.maori.nz/>
23. Baptista (2021) Evaluating Narrative in Geoportals for Territorial Public Policies. Available at: <https://www.utpjournals.press/doi/abs/10.3138/cart-2021-0023?journalCode=cart>
24. <https://terrastories.app/>
25. Russo Carroll (2020) The CARE Principles for Indigenous Data Governance. Available at: <https://datascience.codata.org/articles/10.5334/dsj-2020-043>



## FORÇA TAREFA: TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E SABEDORIA DA NATUREZA – INTRODUÇÃO

### CONSTRUÇÃO DO FUTURO

A discussão internacional sobre a dinâmica da fratura progressiva da relação entre humanos e natureza não é nova e passou por uma série de transformações. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, é considerada por muitos especialistas como o primeiro passo na busca por desenvolvimento sustentável, consciência ecológica e direitos ambientais.

No entanto, desde então, o que testemunhamos é a intensificação da crise com a natureza e o planeta, cunhando o termo Era do Antropoceno. Esta é uma Era em que o grau de intervenção humana na natureza está causando instabilidade em todo o sistema da Terra, ameaçando a estabilidade climática.

Hoje, a comunidade científica global reconhece que a mudança climática, a biodiversidade e a estabilidade socioeconômica são interdependentes, alterando-se continuamente e sendo alteradas umas pelas outras. Além disso, como a economia global é extremamente conectada, qualquer retrocesso na biodiversidade pode afetar todos os mercados, mesmo aqueles situados a longas distâncias. Portanto, a emergência climática é um desafio planetário (embora não igual para todos os países) e exige uma conexão urgente entre o global e o local.

A Força Tarefa – Transição Ecológica e Sabedoria da Natureza – focou na avaliação dos fatores que contribuiriam para ajudar a enfrentar essa emer-

gência climática, com recomendações que abordam a justiça e a inclusão no desenho de políticas públicas.

Vivemos em uma sociedade que converte recursos naturais em bens e serviços para melhorar nosso padrão de vida, mas a um ritmo que reduz o “capital natural global”, ou seja, não é sustentável. Nossa satisfação com o consumismo de curto prazo é alcançada sem considerar os efeitos a longo prazo. Essa contradição de lidar com escolhas de curto prazo e seus impactos futuros é ainda mais injusta, dado que o esgotamento desse capital natural beneficia apenas uma pequena parte da população global. Os 10% mais ricos do planeta detêm 52% da renda global, enquanto metade da população global detém apenas 8% da renda (Laboratório Mundial de Desigualdade).

Assim, nossa primeira recomendação é a promoção da igualdade global.

A promoção de uma sociedade mais justa e honesta, com respeito às diferenças, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades, alinha-se às três prioridades estabelecidas pela Presidência Brasileira do G20, que são: (i) combater a fome, a pobreza e a desigualdade; (ii) desenvolvimento sustentável; e (iii) reforma da governança global. Entre países e dentro de cada país, a luta contra a desigualdade aborda a fome e a pobreza e cria elementos para o desenvolvimento sustentável e o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Também enfatiza que a representação desigual na estrutura de governança internacional dificulta as reformas necessárias para construir um mundo mais justo e um planeta mais sustentável.

Dada a complexidade do momento atual, o segundo valor que precisamos reforçar é a transparência, especialmente a transparência financeira. A adoção da transparência financeira deve ser um princípio fundamental no processo de tomada de decisão internacional dos membros do G20, focado nos fluxos de capital e na alocação de recursos para projetos sustentáveis, fortalecendo a responsabilização e permitindo uma maior cooperação internacional na abordagem dos desafios necessários para promover um desenvolvimento social e econômico equitativo em todas as partes do planeta.

Este tema é explorado em profundidade na contribuição “Transição Energética Baseada em Valores: Garantindo a Transparência Financeira” [Shekhawat, D; Saha, D].

Redesenhar o sistema internacional para enfrentar os desafios do século XXI requer considerar diferentes formas de viver e coexistir, equilibrando a ciência tradicional com a sabedoria tradicional das comunidades Indígenas. Precisamos mudar nossa mentalidade para parar de ver a humanidade, a natureza e o clima como entidades separadas.

O verdadeiro desafio de uma visão de mundo Indígena para uma visão de mundo Ocidental é que tudo é um organismo vivo, onde todos os seres vivos incluem humanos, flora, fauna, solo, rochas, vento e o planeta. Adiciona-se a isso que “Todas as formas de vida são sencientes” (Gráfico de Visão de Mundo de Wahinkêe Topa (Four Arrows), também conhecido como Don Trent Jacobs, Ph.D).

Como expressado pela Dra. Jennifer Grenz, “a visão de mundo Indígena é uma visão de mundo relacional, com uma teia de conexões onde você vê que não está fora do ambiente natural, mas é parte dele. Você está em relação com os seres em nossa Mãe Terra.” (Medicine Wheel for the Planet – A Journey toward Personal and ecological Healing).

No entanto, tentar estabelecer uma conexão entre uma visão científica Ocidental e a sabedoria Indígena nem sempre teve sucesso. De acordo com Vanessa Machado de Oliveira, devemos estar cientes de que tentativas anteriores de incluir a sabedoria Indígena levaram a desilusões, pois a inclusão foi feita sob a suposição de que continuaríamos a realizar “negócios como sempre”, onde a pessoa Indígena foi contratada para descolonizar ou indigenizar. (Hospicing Modernity, Vanessa Machado de Oliveira). Essa visão é ainda mais endossada pela Dra. Jennifer Grenz, que afirma: “A tendência de incorporar nossos conhecimentos tradicionais na ecologia, muitas vezes limita nossas contribuições, tratando-nos como historiadores e colonizando nossos conhecimentos por meio de desequilíbrios de poder e/ou tentativas de simplesmente adicioná-los às formas coloniais de conhecimento.” (Roda de Medicina para o Planeta – Uma Jornada em Direção à Cura Pessoal e Ecológica).

Portanto, com esse pensamento em mente, nossa terceira recomendação é estabelecer centros de conhecimento onde a sabedoria Indígena e a ciência Ocidental se encontrem em pé de igualdade.

A quarta recomendação é o valor da natureza pelo que podemos aprender com ela, em vez de vê-la como algo que pode ser extraído, domesticado e cultivado. A biomimética, ou os princípios da vida, permite a decodificação e a compreensão da natureza como um sistema que opera de forma interdependente em uma rede interconectada e complementar. Integrar esses princípios na formulação de políticas públicas, pode fornecer soluções sustentáveis e equilibradas para os desafios contemporâneos. Isso ajudará a transformar a abordagem governamental, promovendo uma gestão mais sustentável e resiliente dos recursos naturais, sociais e econômicos. A sobrevivência e a prosperidade de inúmeras espécies ao longo de bilhões de anos destacam a robustez e a adaptabilidade desses princípios.

O tema é apresentado em profundidade pela autora [Araújo, A] no capítulo, “Princípios de Vida como Princípios Orientadores para Políticas Públicas.” Neste artigo, a autora defende que entender esses princípios e incorporá-los em políticas públicas pode: (i) garantir a sustentabilidade por meio do uso responsável e renovável de recursos, o que ajudará a prevenir a degradação ambiental e garantir a disponibilidade de recursos para as futuras gerações; (ii) promover a resiliência, ajudando comunidades e economias a se recuperarem rapidamente de crises, sejam elas naturais, econômicas ou sociais; (iii) fomentar a cooperação internacional e a colaboração entre diferentes grupos e setores, criando uma sociedade mais coesa e harmoniosa, onde os benefícios são compartilhados e os esforços são coordenados para enfrentar desafios comuns; (iv) inovar com base em soluções orientadas pela natureza que são mais eficientes, sustentáveis e harmoniosas com o meio ambiente, abordando as crises interligadas do clima e da biodiversidade.

Um elemento central na construção do futuro é entender e melhorar as condições atuais que impedem ou dificultam o avanço da equidade e da cooperação. Um desses elementos é a mobilidade em grandes centros urbanos nos países em desenvolvimento.

O crescimento da população urbana em todo o mundo, especialmente em países em desenvolvimento, tem sido contínuo, e nessas grandes cidades, a mobilidade urbana é um fator crucial que impacta a qualidade de vida dos residentes e o funcionamento da democracia local. A infraestrutura de transporte inadequada leva à segregação espacial, com bairros mais pobres isolados dos centros de emprego e serviços. A melhoria da mobilidade urbana quebra essas barreiras, facilitando o acesso a oportunidades econômicas e serviços essenciais e, importante, reforça a democracia ao promover a participação ativa dos cidadãos, especialmente para aqueles que vivem em áreas de periferia.

Dada a crônica falta de recursos para mudanças estruturais de curto prazo, é importante incorporar ao planejamento urbano as melhores práticas que melhoram a mobilidade e reduzem a congestão e a poluição. Isso ajudará a criar um ambiente urbano mais saudável e acessível para todos. Entre essas práticas está o uso crescente de tecnologia da informação e a vasta quantidade de dados disponíveis.

A quinta recomendação é o reconhecimento das tecnologias de informação e comunicação no processo de engajamento da população na tomada de decisões. O artigo “Mobilidade Inteligente no Brasil: Dados e a Importância da Participação Cidadã na Tecnologia” [Hiroki, S] apresenta como a colaboração entre empresas de tecnologia, governo e população pode contribuir para soluções de mobilidade urbana e como esse processo pode ser ampliado com um maior engajamento dos cidadãos.

O processo de maior engajamento é um passo fundamental para fortalecer a democracia e melhorar a vida dos cidadãos. Ao garantir que todos, independentemente de sua localização geográfica, tenham acesso igual a oportunidades e serviços, as cidades podem construir comunidades mais inclusivas, participativas e resilientes, promovendo um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável.

Acreditamos que os princípios orientadores neste capítulo ajudarão a promover uma nova e alternativa maneira de pensar e abordar a melhoria das práticas atuais de governança ambiental e gestão de recursos naturais, no contexto do aumento da interconexão e da pluralidade cultural da globalização.

# PRINCÍPIOS DA VIDA COMO PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Autora

Alessandra Araujo, Brasil / Bio-inspirations

### FRASE INICIAL

Decodificar a sabedoria da natureza é possível através da compreensão e aplicação dos Princípios da Vida. Esses princípios formam uma estrutura que age de maneira interdependente em uma rede interconectada e complementar para demonstrar como a vida conseguiu sobreviver e prosperar por 3,8 bilhões de anos. Integrar esses princípios nas políticas públicas pode fornecer soluções sustentáveis e equilibradas para os desafios contemporâneos. Isso pode ajudar a transformar as abordagens governamentais, promovendo uma gestão mais sustentável e resiliente dos recursos naturais, sociais e econômicos. A sobrevivência e prosperidade de inúmeras espécies ao longo de bilhões de anos destacam a robustez e adaptabilidade desses princípios.

### SOLUÇÕES PROPOSTAS

A justificativa para adotar os Princípios da Vida nas políticas públicas reside em sua eficácia comprovada ao longo da história da vida na Terra. Políticas públicas inspiradas nesses princípios poderiam:

**Garantir Sustentabilidade:** Assim como a natureza usa os recursos de maneira eficiente e sustentável, as políticas baseadas nesses princípios podem ajudar a promover o uso responsável e renovável dos recursos, prevenindo a degradação ambiental e garantindo a disponibilidade dos recursos para as futuras gerações.

**Promover Resiliência:** Os Princípios da Vida possuem mecanismos para resistir e se adaptar às mudanças e adversidades. Políticas públicas que incorporam essa resiliência podem ajudar comunidades e economias a se recuperar rapidamente de crises, sejam elas naturais, econômicas ou sociais.

**Fomentar Cooperação:** A interdependência é fundamental na natureza. Políticas que incentivam a colaboração e os esforços conjuntos entre diferentes grupos e setores podem ajudar a fomentar uma sociedade mais coesa e harmoniosa, onde os benefícios são compartilhados e os esforços são coordenados para enfrentar desafios comuns.

**Inovar com Base na Natureza:** A biomimética, ou imitação de modelos, sistemas e elementos da

natureza, pode ser usada para resolver problemas humanos. A natureza pode ser uma rica fonte de inovação para as políticas públicas, onde soluções baseadas na natureza podem ser mais eficientes, sustentáveis e harmônicas com o meio ambiente. Através dos Princípios da Vida na formulação de políticas públicas, é possível criar um sistema de governança que não só aborda de maneira eficaz os desafios atuais, mas também se prepara para as incertezas futuras, garantindo prosperidade e sustentabilidade a longo prazo.

### RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

#### 1. Integrar Crescimento com Desenvolvimento

Estratégias que promovam o crescimento com desenvolvimento, entendendo que o crescimento ocorre de “baixo para cima” em dimensões unitárias que podem ser agregadas conforme o desenvolvimento avança.

- **Redes de Pesquisa e Desenvolvimento:** Criar redes internacionais de pesquisa e desenvolvimento para acelerar a inovação em tecnologias de energia renovável e eficiência energética.
- **Plataformas de Colaboração:** Estabelecer plataformas digitais e fóruns internacionais para facilitar a colaboração e o intercâmbio de informações entre governos, empresas, ONGs e cientistas.
- **Aliança de Financiamento Sustentável:** Formar uma aliança global de financiamento sustentável para coordenar e aumentar os investimentos no capital natural.
- **Transparência e Responsabilidade:** Garantir transparência e responsabilidade por meio de relatórios regulares e auditorias independentes, promovendo confiança e colaboração entre as nações.

#### 2. Adaptar-se às Condições em Mudança

Estratégias para responder adequadamente a contextos dinâmicos por meio da diversidade e resiliência.

- **Certificados de Investimento Verde:** Desenvolver certificados de investimento verde que incentivem empresas e indivíduos a investir em projetos de conservação e restauração ambiental.
- **Regulamentações Ambientais Rigorosas:** Estabelecer e harmonizar regulamentações ambientais rigorosas para limitar as emissões de poluentes, promover a gestão sustentável dos

recursos hídricos e proteger a biodiversidade em regiões ecológicas e ecossistemas de alto valor.

- Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA): Implementar sistemas PSA que recompensem proprietários de terras e comunidades locais por conservarem e restaurarem ecossistemas.
- Fundo Internacional para o Clima: Estabelecer um fundo internacional para financiar iniciativas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, incluindo a transição para energias renováveis e o fortalecimento da resiliência das comunidades vulneráveis.

### 3. Reconhecer os Ativos Locais para Melhor Capacidade de Resposta

Estratégias de integração com contextos locais, reconhecendo recursos locais e regionais para aprimorar a capacidade de resposta e buscar os melhores padrões socioambientais.

- Incentivos para Práticas Sustentáveis: Oferecer incentivos financeiros e técnicos para a adoção de práticas de produção sustentáveis, como a agricultura orgânica, pesca sustentável e manejo responsável das florestas.
- Impostos sobre Degradação Ambiental: Introduzir impostos sobre atividades que causam degradação ambiental, direcionando os recursos arrecadados para projetos de recuperação ambiental.
- Programas Globais de Saúde e Educação: Desenvolver programas globais que ofereçam apoio financeiro e técnico para melhorar os sistemas de saúde e educação em países de baixa e média renda.
- Fundo Global para Equidade: Criar um fundo global para financiar iniciativas que promovam justiça social e sustentabilidade ambiental, garantindo que todos os países tenham os recursos necessários para alcançar os objetivos estabelecidos.

### 4. Utilizar Responsavelmente os Recursos Materiais e Energéticos

Estratégias para identificar e otimizar recursos e materiais facilmente disponíveis e abundantes.

- Normas Internacionais de Reciclagem: Desenvolver e implementar normas internacionais para reciclagem e gestão de resíduos, facilitando a cooperação e o intercâmbio de melhores práticas entre os países.
- Governo Internacional: Estabelecer e garantir uma estrutura de governança internacional para supervisionar a implementação das políticas,

assegurando que todos os países cumpram seus compromissos.

- Indicadores de Desempenho: Desenvolver indicadores de desempenho para medir o progresso em relação às metas locais e regionais de sustentabilidade, permitindo ajustes contínuos nas estratégias e ações e acordos entre as nações sobre transferências de conhecimento.

### 5. Evoluir Compartilhando Processos de Aprendizagem com Sucessos e Falhas

Estratégias para incorporar e incluir informações continuamente, garantindo um desempenho sustentável.

- Acordos de Energia Renovável: Estabelecer acordos internacionais que incentivem investimentos e o intercâmbio de tecnologias em energias renováveis.
- Plataformas de Monitoramento: Desenvolver plataformas internacionais de monitoramento para acompanhar o progresso dos projetos usando tecnologias como satélites e drones para coletar dados ambientais em tempo real.
- Conselho de Sustentabilidade: Formar um conselho de sustentabilidade composto por representantes de governos, ONGs, setor privado e comunidades locais para orientar e avaliar políticas e investimentos.
- Parcerias Público-Privadas: Promover parcerias público-privadas para potencializar recursos e expertise, aumentando a eficácia dos projetos de conservação e restauração.

### 6. Buscar e Aproveitar a Química Verde

Estratégias de produção visando o máximo reaproveitamento de matérias-primas e a redução de desperdício.

- Educação e Conscientização: Lançar campanhas globais de educação e conscientização para promover a importância da reciclagem e do reaproveitamento, incentivando comportamentos sustentáveis entre os cidadãos.
- Tecnologias Verdes: Promover o desenvolvimento e a adoção de tecnologias verdes que reduzam o impacto ambiental das atividades humanas, estimulando inovações sustentáveis.
- Infraestrutura Circular: Identificar, colaborar e compartilhar conhecimentos sobre economia circular e infraestrutura para processos industriais, com o objetivo de reduzir a geração de resíduos e a

demanda por matérias-primas.

- Parceria entre Indústria e Academia: Desenvolver pesquisas sobre métodos de produção estudando o ciclo de vida dos materiais, facilitando e possibilitando o reaproveitamento de partes e a reciclagem.

## **REFERÊNCIAS**

- Barker, T. W. (2017). Teeming: How Superorganisms Work to Build Infinite Wealth in a Finite World.
- Gordon, D. M. (2010). Ant Encounters: Interaction Networks and Colony Behavior.
- Seeley, T. D. (2010). Honeybee Democracy.
- Sumpter, D. J. T. (2010). Collective Animal Behavior.
- Wilson, E. O., & Hölldobler, B. (2009). The Superorganism: The Beauty, Elegance, and Strangeness of Insect Societies.
- Woolley, A. W., Chabris, C. F., Pentland, A., Hashmi, N., & Malone, T. W. (2010). Evidence for a Collective Intelligence Factor in the Performance of Human Groups. *Science*, 330(6004), 686-688.
- Margulis, L. (1981). Symbiosis in Cell Evolution.
- Benyus, J. M. (1997). Biomimicry: Innovation Inspired by Nature.
- Collins, K. (2016). The Nature of Investing: Resilient Investment Strategies through Biomimicry.
- Raworth, K. (2017). Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist.

# TRANSIÇÃO ENERGÉTICA BASEADA EM VALORES: GARANTINDO TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA

Autoras

Debrima Saha, Índia, (Associada Sênior, tGELF)

Devika Shekhawat, Índia, (Diretora da The Global Education & Leadership Foundation tGELF), (Fundadora da Dhara Shakti Foundation)

**FRASES PRINCIPAIS**

Integrar a transparência financeira como um princípio central no setor de energia pode desbloquear uma vitória tripla para as nações do G20: maior responsabilidade, aumento da cooperação internacional em financiamento climático e uma transição justa que promove a inclusão social e econômica.

Para alcançar isso, os líderes dos países do G20 e seus membros devem priorizar a adoção de relatórios financeiros obrigatórios e padronizados em todo o setor de energia, garantindo visibilidade clara das fontes de financiamento, alocação de projetos e riscos potenciais – um passo crucial para construir confiança, atrair investimentos, prevenir o uso indevido de recursos e garantir que todas as comunidades se beneficiem da transição para uma economia de baixo carbono.

**DESAFIOS GLOBAIS**

A transição para sistemas de energia de baixo carbono e confiáveis envolve custos substanciais, levantando questões significativas sobre responsabilidade, transparência nos processos financeiros e descarbonização equitativa. A Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA) prevê que os investimentos globais anuais devem pelo menos dobrar para viabilizar a transição energética. Somente em 2023, mais de US\$ 500 bilhões foram investidos em iniciativas de transição energética (Relatório S&P Global, 2024). Apesar de muitos países possuírem recursos abundantes de energia solar e eólica, o Sul Global, que representa 85% da população mundial, recebeu apenas 20% dos investimentos em energia renovável em 2022.

Dado o grande número de atores envolvidos em projetos de transição energética e o volume crescente de financiamento climático, a transparência e a eficiência na alocação e no uso dos recursos financeiros climáticos é um ponto-chave.

Os fluxos de capital são distribuídos de maneira desigual entre as economias e regiões, com os investimentos fortemente concentrados no Norte Global. Essa disparidade persiste apesar das taxas de crescimento mais altas e das lacunas significativas no fornecimento de energia no Sul Global, onde

os investimentos em energia limpa poderiam ter um impacto mais substancial. Estruturas regulatórias ambíguas desestimulam ainda mais os investimentos em energia limpa, criando incertezas e riscos percebidos, afetando particularmente tecnologias emergentes que exigem políticas claras e consistentes para investimentos de longo prazo. Um melhor alinhamento entre os marcos internacionais e nacionais é essencial para proporcionar a estabilidade e previsibilidade necessárias para incentivar o investimento em projetos de energia limpa. Embora acordos internacionais como o Acordo de Paris busquem padronizar políticas climáticas, a aplicação robusta a nível nacional ainda é frequentemente insuficiente.

Tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento enfrentam desafios significativos para alcançar relatórios consistentes e transparentes sobre a mobilização de recursos privados e o recebimento de financiamento climático. Esses desafios podem ser políticos e econômicos (por exemplo, acordos orçamentários plurianuais para financiamento climático), técnicos (por exemplo, métodos para quantificar o financiamento climático mobilizado por intervenções políticas) e institucionais (por exemplo, ampliação do escopo ou da frequência da coleta de dados). Os fornecedores de financiamento também podem relatar recursos direcionados a entidades subnacionais ou não governamentais, que os governos receptores podem ter dificuldade em monitorar. Especialistas em clima da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) destacam questões metodológicas na avaliação do capital climático mobilizado, particularmente em determinar o equilíbrio ideal entre o financiamento público e o financiamento privado mobilizado para o clima (Caruso e Ellis, 2013; Jachnik, Caruso e Srivastava, 2015).

Estruturas financeiras opacas no setor de energia também levantam preocupações sobre “greenwashing” e dificultam a responsabilidade. Embora iniciativas como a Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima (TCFD) forneçam diretrizes, é necessário uma adoção mais ampla e padrões de relatórios financeiros abrangentes para mitigar os riscos de “greenwashing” e melhorar a responsabilidade.

A falta de transparência sobre as emissões de carbono e os riscos climáticos por parte de muitas empresas de energia leva à precificação inadequada de ativos e dificulta a transição energética global. Relatórios abrangentes e obrigatórios e a adoção mais ampla de iniciativas como o Carbon Disclosure Project (CDP), uma organização internacional sem fins lucrativos que ajuda empresas, cidades, estados, regiões e autoridades públicas a divulgar seu impacto ambiental, pode ajudar a melhorar a eficiência do mercado e impulsionar os investimentos em energia sustentável.

Também existem lacunas e fraquezas técnicas, originadas de padrões de dados e repositórios incompletos, inconsistentes e sobrepostos. Questões como múltiplos requisitos de relatórios de financiadores para diferentes instituições e padrões de dados inconsistentes dificultam a eficiência e a transparência do financiamento climático.

### SOLUÇÃO PROPOSTA

Abordar os desafios à transparência financeira na transição energética exige uma abordagem multifacetada, incluindo a melhoria do sistema de justiça, do poder judiciário, das autoridades reguladoras locais e da legislação nos países receptores de assistência financeira internacional. Pesquisa de Vyas-Doorgapersad (2022) constatou que comportamentos antiéticos, má gestão financeira e corrupção continuam a assolar o setor público em muitos países em desenvolvimento. Existe uma necessidade urgente de aprimorar metodologias para contabilidade integrada e relatórios sobre o recebimento e uso de fundos climáticos, além de monitorar os impactos de longo prazo da implementação de projetos.

Existem estruturas de divulgação padronizadas, como o TCFD, mas que se concentram principalmente no risco financeiro. Ao incluir métricas como fluxos de receita de baixo carbono, essas estruturas podem oferecer aos investidores uma visão holística dos compromissos de sustentabilidade de uma empresa, alinhando as decisões de investimento com valores mais amplos e impacto social.

A divulgação desagregada para a UNFCCC pelas partes e organizações de forma consistente e

comparável pode facilitar maior transparência e ajudar a preencher lacunas existentes nos relatórios, como as relacionadas ao financiamento climático mobilizado. O relatório coletivo do financiamento privado mobilizado bilateral ou multilateralmente, com métodos e definições subjacentes consistentes, pode garantir precisão e evitar a dupla contagem. A nível internacional, essa transparência ajuda a construir confiança de que os países desenvolvidos estão cumprindo seus compromissos de financiamento climático, incentivando uma ação climática mais ambiciosa nos países em desenvolvimento. Embora o quadro de transparência de financiamento climático do Acordo de Paris inclua o relatório de financiamento climático fornecido, mobilizado e recebido, ele não cobre o financiamento climático proveniente de fontes domésticas.

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e o International Development Finance Club estabeleceram princípios comuns para o rastreamento de financiamento climático tanto para mitigação quanto para adaptação, que incluem um conjunto de definições e diretrizes. Outras iniciativas, como a Iniciativa de Transparência de Ajuda Internacional, também visam melhorar a transparência do financiamento climático.

A corrupção impede investimentos e distorce a alocação de recursos no setor de energia. Melhorar a transparência sobre a titularidade efetiva pode tornar o financiamento privado para a transição energética mais responsável e alinhado com padrões ambientais, sociais e de governança, ao mesmo tempo em que garante responsabilidade pelas emissões relacionadas às atividades empresariais.

Padronizar os relatórios de sustentabilidade é crucial, exigindo definições claras para “investimentos verdes” e promovendo frameworks internacionalmente reconhecidos como o TCFD e o Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD). Esses frameworks devem ser adaptados aos contextos regionais, usando benchmarks globais como base para soluções locais e capacitação comunitária, em vez de uma abordagem única para todos. Regras abrangentes de divulgação financeira, incluindo taxonomias verdes, são essenciais para garantir a transparência no setor de energia. Empresas públicas e grandes instituições financeiras

devem divulgar riscos climáticos, oportunidades e os impactos financeiros de suas estratégias de transição. O relatório obrigatório sobre as emissões de Escopo 1, 2 e 3, a receita de produtos de baixo carbono e o uso de compensações para reivindicações de “emissões líquidas zero” pode ajudar os investidores a avaliar e precificar riscos materiais com precisão. Frameworks como o TCFD e o TNFD fornecem padrões de excelência para essas divulgações.

Governos, empresas e a sociedade civil devem se comprometer a um esforço e recursos adicionais para construir responsabilidade no setor de energia limpa, sendo a ação precoce mais eficaz.

### RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS

O financiamento climático para a mitigação sustentável das mudanças climáticas exige políticas consistentes e de longo prazo:

1. Para viabilizar uma transição energética transparente, os países do G20 e seus estados membros devem implementar instrumentos econômicos, seja um imposto sobre o carbono, um mercado de carbono ou um instrumento híbrido para acelerar a transição energética e econômica para uma sociedade de baixo carbono.
2. Formular uma estratégia abrangente que aborde questões regulatórias e fiscais e inclua elementos tanto do lado da oferta quanto da demanda. O G20 deve considerar integrar essa estratégia em marcos nacionais mais amplos, como planos nacionais de desenvolvimento e planos de ação para energias renováveis.
3. Regras obrigatórias de divulgação financeira, incluindo taxonomias verdes, para empresas públicas e grandes instituições financeiras também devem ser implementadas. Esses padrões devem incluir relatórios sobre riscos climáticos, oportunidades e os impactos financeiros das estratégias de transição. Isso poderia ser complementado pela criação de um Registro Global de Transparência de Titularidade Beneficiária para expor estruturas de propriedade ocultas em projetos de energia limpa. Isso ajudaria a proteger as comunidades locais da exploração de recursos e garantiria que os benefícios dos projetos chegassem aos destinatários previstos.

### REFERÊNCIAS

1. Ellis, J. and Moarif, S. (2016). Enhancing transparency of climate finance under the Paris Agreement: lessons from experience. [online] Available at: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/469d7fec-en.pdf?expires=1721884671&id=id&accname=guest&checksum=6254A91D50D-4F8B90ABE6D7600710BF9> [Accessed 25 Jul. 2024].
2. Building transparency and accountability into the energy transition (no date). <https://www.openownership.org/en/publications/shining-a-light-on-company-ownership-the-role-of-beneficial-ownership-transparency-in-the-energy-transition/building-transparency-and-accountability-into-the-energy-transition/>.
3. Bozhenko, V., Buriak, A., Andrii Bozhenko and Oleksandr Roienko (2023). Transparency and Corruption Prevention in Financing Climate Action. *Financial markets, institutions and risks*, 7(2), pp.88–94. doi:[https://doi.org/10.21272/fmir.7\(2\).88-94.2023](https://doi.org/10.21272/fmir.7(2).88-94.2023).
4. Saha, S. (2024). Financing the energy transition. [online] Spglobal.com. Available at: <https://www.spglobal.com/commodityinsights/en/market-insights/blogs/energy-transition/010824-financing-the-energy-transition>.
5. Elizabeth Mrema & David Craig. (2022b). The TNFD Nature-Related Risk & Opportunity Management and Disclosure Framework Beta V0.1 release. <https://tnfd.global/wp-content/uploads/2022/03/220321-TNFD-framework-beta-v0.1-FINAL.pdf>
6. Financing the transition: Making money flow for net zero - ETC. (2023, August 25). Energy Transitions Commission. <https://www.energy-transitions.org/publications/financing-the-transition-etc/#:~:text=March%202023&text=It%20also%20identifies%20%E2%80%9Cconcessional%2Fgrant,%241%20trillion%20per%20annum%20today>.
7. Lakic, I. et al. (2024) A just energy transition takes an ecosystem. <https://www.bcg.com/publications/2023/exploring-challenges-of-just-transition>.
8. Makhtar Diop, & Mohamed Jameel Al Ramahi. (2023, October 25). The energy transition is under threat as the Global South lags behind. <https://finance.yahoo.com/news/>

energy-transition-under-threat-global-104536479.html

9. Ministerio de Energía & International Energy Agency. (2018). Energy Transitions in G20 countries: Energy data transparency and market digitalization. In International Energy Agency [Report]. [https://iea.blob.core.windows.net/assets/1cd505b1-eecc-46ef-aacf-3bf23f3a9215/G20\\_Energy\\_data\\_transparency\\_and\\_market\\_digitalization.pdf?t](https://iea.blob.core.windows.net/assets/1cd505b1-eecc-46ef-aacf-3bf23f3a9215/G20_Energy_data_transparency_and_market_digitalization.pdf?t)
10. System value. <https://www.weforum.org/projects/system-value/>.
11. Why the switch to clean energy means shining a light on beneficial owners. (n.d.). openownership.org. <https://www.openownership.org/en/blog/why-the-switch-to-clean-energy-means-shining-a-light-on-beneficial-owners/>
12. World Economic Forum. (2024). Building Trust through an Equitable and Inclusive Energy Transition. [https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_Building\\_Trust\\_through\\_an\\_Equitable\\_and\\_Inclusive\\_Energy\\_Transition\\_2024.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_Building_Trust_through_an_Equitable_and_Inclusive_Energy_Transition_2024.pdf)
13. Becker, S. et al. (2019) 'Of profits, transparency, and responsibility: Public views on financing energy system change in Great Britain,' *Energy Research & Social Science*, 55, pp. 236–246. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2019.05.013>.

# MOBILIDADE INTELIGENTE NO BRASIL: DADOS E A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM PROJETOS TECNOLÓGICOS

Autora

Prof. Dr. Stella Marina Yuri Hiroki - Pesquisadora sobre Cidades Inteligentes, Doutora em Tecnologias de Inteligência e Design Digital - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

### PRINCIPAIS DESTAQUES DO ARTIGO

O crescimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a expansão do uso da internet contribuíram para que as cidades mudassem suas estratégias urbanas para a adoção de iniciativas de cidades inteligentes. A aplicação de tecnologias de ponta e o intenso compartilhamento de dados estão transformando e aprimorando as infraestruturas urbanas existentes em plataformas multifuncionais de informações e transporte.

Este capítulo é baseado no Projeto de Mobilidade Inteligente na cidade de Joinville. Esta foi uma parceria entre o Waze, as autoridades locais de Joinville e a Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável (Sepud). O capítulo descreve práticas de uso de dados para alcançar um plano de mobilidade sustentável, que também se foca no engajamento dos cidadãos.

### DESAFIOS

A mobilidade é um desafio complexo para muitas cidades enfrentarem (Firmino & Simão, 2019), devido aos diferentes parceiros que precisam trabalhar juntos e ao fato de que as TICs são fornecidas por diferentes prestadores de serviços, o que pode tornar a implementação mais difícil (Benevolo et al., 2016). Alguns desafios podem ser causados pela falta de acesso para coletar, armazenar e decifrar dados de mobilidade. Existe também o problema adicional de usar os dados de mobilidade coletados para soluções urbanas, devido ao comportamento gerencial e à falta de compreensão sobre o problema, juntamente com interesses políticos pessoais.

As cidades brasileiras não enfrentam apenas problemas de mobilidade, mas também possuem acesso e infraestrutura de internet restritos. Isso dificulta a coleta de dados precisos para ajudar no planejamento urbano, especialmente em relação à mobilidade. De acordo com pesquisa conduzida pelo NIC.br (2024), no Brasil, 84% de seus habitantes têm acesso à internet, mas apenas 22% dos brasileiros com mais de 10 anos possuem condições satisfatórias de conectividade. Enquanto a maioria (57%) enfrenta dificuldades para acessar a rede.

Além disso, uma abordagem de cima para baixo e

a dependência de caminho também podem ser desafios para coletar dados de mobilidade precisos. Para uma cidade alcançar a maturidade como uma Cidade Inteligente, um foco de cima para baixo precisa ser complementado com uma abordagem de baixo para cima. Isso significa que projetos desenvolvidos por empresas de tecnologia terão um maior engajamento dos cidadãos, já que a tecnologia não será a única solução para problemas urbanos (Picon, 2015).

A estratégia do Brasil para desenvolver um plano de mobilidade é centrada nos carros, o que pode ser chamado de dependência de caminho (Carrier, Duarte & Follador, 2018). Em outros países, como os Estados Unidos, pode-se verificar que esse cenário continua com o uso de carros elétricos e, no futuro, carros autônomos. Enquanto na Europa, muitos países têm uma dependência de caminho do transporte público, focado no transporte público elétrico e até em barcos autônomos.

A falta de continuidade de projetos por futuros governos no Brasil foi destacada como um fator chave para dificultar a implementação de dados de mobilidade na gestão urbana. No Brasil, as disputas entre partidos políticos dificultam a consolidação de projetos que envolvem tecnologia, infraestrutura e políticas públicas. Esses desentendimentos políticos podem retardar o desenvolvimento e a implementação de projetos por mais de quatro anos, atrasando a região (Hiroki, 2021).

### SOLUÇÕES

Semelhante a outras cidades brasileiras, a cidade de Joinville (localizada na Região Sul do Brasil) enfrenta um tráfego intenso. A cidade possui uma população de 590.466 habitantes e aproximadamente 410.000 veículos (Prefeitura de Joinville, 2019). Dados coletados mostram que a mobilidade não está alinhada com nenhum planejamento que possa beneficiar esse espaço urbano. Para reverter esse quadro, Joinville desenvolveu o Projeto de Mobilidade Inteligente em 2019 e criou uma parceria com o programa de compartilhamento bidirecional de dados Waze for Cities, que fornece dados de mobilidade em tempo real. Foi desenvolvida uma metodologia para criar soluções que atendam às necessidades dos cidadãos de Joinville. Essa

colaboração também focou em aumentar o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões urbanas (Hiroki, 2021).

O orçamento para essa colaboração era limitado, e soluções foram encontradas usando o software de dados da Sepud, que ajudou a apoiar a metodologia, utilizando aplicativos como Sumo para simulação de estradas, OpenStreetMap, uma plataforma colaborativa de mapeamento, e QGIS para análise de dados georreferenciados. programa Waze for Cities Data contribuiu para este projeto, reportando dados sobre eventos e acidentes no perímetro urbano. Isso, por exemplo, destacou fatores como engarrafamentos e tempos de atraso, e a velocidade dos veículos. Os dados fornecidos pelo Waze foram usados pela Sepud nas seguintes cinco etapas:

6. Diagnóstico e priorização: Indicava quais ruas precisavam de atenção e intervenções;
7. Demanda estimada: Avaliava o volume de tráfego nessas vias;
8. Simulação: Mostrava como o tráfego responderia a possíveis intervenções;
9. Análise de cenários: Demonstrava a melhor opção de intervenção;
10. Medição de resultados: Revelava como o tráfego respondeu à intervenção.

Esta iniciativa de Joinville fornece um modelo para outras cidades seguirem, ajudando a aprimorar seu próprio planejamento de mobilidade e iniciativas para o bem-estar dos cidadãos. Abaixo estão os nove passos chave para ajudar na implementação (Hiroki, 2021):

1. Identificar quais aspectos de um plano de mobilidade precisam ser aprimorados;
2. Recomendar o uso de opções de dados como o Waze para criar parcerias mutuamente benéficas;
3. Entrar em contato com o Waze ou outro provedor de dados de mobilidade;
4. Parceria com o programa Waze for Cities Data ou outro projeto que forneça dados precisos sobre a mobilidade da cidade;
5. Implementar uma metodologia similar ao Projeto de Mobilidade Inteligente;
6. Verificar as mudanças na mobilidade com os cidadãos;
7. Implementação das mudanças nas vias;
8. Coleta de dados sobre mobilidade através do Waze ou uma organização similar ao Waze;

9. Verificar os resultados.

O Projeto de Mobilidade Inteligente aumentou a participação dos cidadãos de Joinville no processo de tomada de decisões para a mobilidade da cidade. Fez isso organizando reuniões com a comunidade e aplicando técnicas de design thinking para coletar informações dos cidadãos. Dessa forma, Joinville conseguiu tornar sua abordagem mais centrada no cidadão, em vez de uma tomada de decisão tecnocrática para a sua mobilidade.

O Projeto de Mobilidade Inteligente também deu ao Brasil reconhecimento como uma referência mundial na adoção de dados coletados pelo Waze. Os resultados demonstraram que os dados coletados por plataformas tecnológicas podem ser usados para atender às preocupações dos cidadãos. Este projeto mostra que é possível criar soluções para a gestão urbana que beneficiem o bem-estar dos cidadãos e também possam reduzir as emissões de carbono.

### RECOMENDAÇÕES

Com base no Projeto de Mobilidade Inteligente de Joinville-SC, o G20 deveria considerar as seguintes ações:

- Desenvolver e implementar diretrizes claras de longo prazo que vão além das disputas entre partidos políticos; criar metodologias que possam ser aplicadas e garantir que os resultados da mobilidade possam ser verificados;
- Focar em cidades de pequeno e médio porte, que podem, então, ser usadas como modelo para outras cidades ao redor do mundo;
- Aplicar metodologias baseadas em dados de mobilidade para coletar informações precisas e em tempo real sobre o cenário urbano. Isso ajudará a envolver a participação dos cidadãos;
- Alocar recursos para o desenvolvimento de encontros dentro das cidades, como hackathons, e incentivar o design thinking para ajudar a promover o diálogo com os cidadãos. Dedicar tempo para entender os desafios urbanos que os cidadãos enfrentam e quais tecnologias podem ser usadas para ajudar a mediar a relação entre cidadãos e planejamento urbano;
- Aplicar software de dados abertos, para ajudar a promover o engajamento dos cidadãos e ajudar a desenvolver soluções para os desafios urbanos.

## REFERÊNCIAS

- Benevolo, C., Dameri, R. P. and D'Auria, B. (2016). Smart mobility in Smart City: Action taxonomy, ICT intensity and public benefits. Empowering organizations. Enabling platforms and artefacts, 11, 13-28. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-23784-8\\_2](https://doi.org/10.1007/978-3-319-23784-8_2)
- Carrier, M., Duarte, F. and Follador, D. (2018). Informal institutions and path dependence in urban planning: The case of Curitiba, Brazil. Journal of Urban Affairs, 44(1), 2–21. <https://doi.org/10.1080/07352166.2018.1495040>
- Firmino, R. J. and Simão, M. de M. B. (2019). A construção social de um sistema de mobilidade inteligente: mapeando controvérsias no caso do Swipass. Cadernos Metrôpoles, 21(44), 331-354. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4414>
- Hiroki, S.M.Y. (2021). Mobilidade, participação e dados: o caso da aplicação do Waze for Cities Data na cidade de Joinville (SC). urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana, 13, p. e20200030. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200030> [<https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200030>]
- Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR- NIC.br. (2024). Conectividade Significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Recuperado em 30 de julho de 2024, de <https://cetic.br/pt/publicacao/conectividade-significativa-propostas-para-medicao-e-o-retrato-da-populacao-no-brasil/>
- Picon, A. (2015). Smart Cities: A Spatialised Intelligence, Wiley, Hoboken, NJ.
- Prefeitura de Joinville (2019). Smart Mobility: Cidades Inteligentes, Dados abertos de mobilidade. Apresentação da Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável para o Prêmio Smart City Business 2019. Joinville: Prefeitura de Joinville.

# TIME V20 BRASIL 2024

## SECRETARIADO V20 2024

### V20 Sherpa 2024

Regina Esteves - CEO e Fundadora da COMUNITAS

### V20 Chair 2024

Inês Medeiros - CEO e Fundadora da Values Move Consulting

### Equipe V20 Força Tarefa 2024

Prof. José Vicente – Líder da Força Tarefa  
Rosalina Soares – Líder da Força Tarefa  
Thyago Correa – Líder da Força Tarefa  
Pamela Doherty – Líder da Força Tarefa  
Shaibal Roy – Líder da Força Tarefa  
Karoline Muniz – Líder da Força Tarefa  
Valéria Amoroso – Líder da Força Tarefa  
Talita Veron – Líder da Força Tarefa  
Valdelice Veron – Líder da Força Tarefa

### Organizador do V20 2024

Values Move Consulting

### Equipe V20 2024

Andreia Koda  
Ann Rosenberg  
Américo Mattar  
Devika Shekhawat  
Debrima Saha  
Inês Medeiros  
Isabel Valle  
José Vicente  
Karoline Muniz  
Dr. Manuel Schubert  
Pamela Doherty  
Regina Esteves  
Rosalina Soares  
Thyago Correa  
Shaibal Roy  
Talita Veron  
Valdelice Veron  
Valéria Amoroso  
Vitória Dias

### Editora do Comunicado V20 2024

Sangeeta Waldron, Autora e Fundadora, Serendi Pity PR & Media

## PATROCINADORES MASTER



## PATROCINADORES INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGICOS



AxiaOrigin



GOFLW



Nenilai



## ORGANIZADOR V20 2024

**Values Move** fundada em 2018, com a missão de contribuir para um mundo em que as pessoas e organizações se conectam apesar das diferenças. Acreditamos que cultura forte é cultura viva. É reunir no ponto ótimo presença e vulnerabilidade para entrar em ação. É colocar valores em movimento através de comportamentos e fala responsável, escuta ativa dos interesses do outro, e assim tomar decisões baseadas em propósito.

Values Move oferece experiências, workshops e processos personalizados para abrir diálogos profundos e harmonizar valores, crenças e comportamentos, promovendo uma tomada de decisão consciente e ações responsáveis. A Values Move acredita que uma cultura forte é construída com base em valores como amor, empatia e networking, criando espaços para que todos possam expressar seu máximo potencial. Para mais informações, visite: [www.valuesmove.com](http://www.valuesmove.com).



<https://www.values20.org/>

<https://www.valuesmove.com/>

<https://www.g20.org/pt-br>

